

**ANDRESSA MENEGHEL ARRUDA**

**A VIDA NAS RUAS: Aspectos psicossociais das vivências de  
moradores de rua de Campo Grande - MS.**

**UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO (UCDB)**

**MESTRADO EM PSICOLOGIA**

**CAMPO GRANDE/MS**

**2014**

**ANDRESSA MENEGHEL ARRUDA**

**A VIDA NAS RUAS: Aspectos psicossociais das vivências de  
moradores de rua de Campo Grande - MS.**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Psicologia da Universidade Católica Dom Bosco, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Psicologia, área de concentração: Psicologia da Saúde, sob a orientação da Profa. Dra. Luciane Pinho de Almeida.

**UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO (UCDB)**

**MESTRADO EM PSICOLOGIA**

**CAMPO GRANDE/MS**

**2014**

## Ficha catalográfica

Arruda, Andressa Meneghel

A779v A vida nas ruas: aspectos psicossociais das vivências de moradores de rua de Campo Grande – MS./ Andressa Meneghel Arruda; orientação Luciane Pinho de Almeida. 2014.

141 f.+ anexos

Dissertação (mestrado em psicologia) – Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2014.

1. Pessoas desabrigadas – Aspectos psicológicos 2. Exclusão social  
3. Moradores de rua 4. Saúde mental I. Almeida, Luciane Pinho de  
II. Título

CDD – 362.5

A dissertação apresentada por ANDRESSA MENEGHEL ARRUDA, intitulada “A Vida nas Ruas: Aspectos psicossociais das vivências de moradores de rua de Campo Grande – MS”, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Psicologia à Banca Examinadora da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), foi.....

### **BANCA EXAMINADORA**

---

Profa. Dra. Luciane Pinho de Almeida  
(Orientadora/UCDB)

---

Profa. Dra. Neide Aparecida de Souza Lehfeld (UNESP-SP)

---

Profa. Dra. Anita Guazzeli Bernardes (UCDB)

---

Prof. Dr. Márcio Luis Costa (UCDB)

Campo Grande, 04 de Junho de 2014.

*Aos meus pais, Heladio e Lizete, pelo carinho, compreensão e apoio, tornando os momentos difíceis mais leves.*

*Ao meu anjo amado, Carlos Heber, pela dedicação, pelo amor e apoio em tudo, me ensinando a ser alguém melhor.*

*Aos moradores de rua que participaram da pesquisa.*

## **AGRADECIMENTOS**

A D-s e a Jesus pelo dom da vida, pelo amor, pela sua misericórdia, graça e fidelidade. Gratidão ao Eterno por conduzir os meus passos até aqui, e por prover meios para que fosse possível concluir esse projeto.

À minha família, Heladio, Lizete e Georgia, pelo carinho, compreensão, incentivo e por acreditar na realização dos meus sonhos.

Ao meu namorado, Carlos Heber, pelo cuidado, carinho, atenção, e por tantos outros motivos. Sou grata a Deus por ter colocado você no meu caminho, por fazer parte desse processo de estudos e por me apoiar na construção e finalização desse projeto de pesquisa. Quero estar ao seu lado hoje, e todos os dias da minha vida. TE AMO!

Aos participantes dessa pesquisa, pela disposição em contar suas histórias de vida e por permitir conhecer um pouco de sua realidade vivenciada nas ruas.

À professora Dra. Luciane Pinho de Almeida, pelas orientações, pela dedicação em ensinar e compartilhar conhecimento. E pela oportunidade de poder participar do seu grupo de estudos na UCDB.

Às minhas queridas amigas Vanusa Meneghel e Regiane Dias Maximo Martins, pela amizade sincera, pelo incentivo e apoio, que foram essenciais para o ingresso, a realização e a conclusão do mestrado.

Às amigas e irmãs Talita Adrielle, Harue Daniele, Karen Wilson, Sara Santos, Susie Santana, Aline Ferreira, Joelma Mota e amigos William Wilson, Maiko Borges, Zalmen Santana, Filipe Castro e Eduardo Rizkallah, pelas orações intercessórias, tenho certeza que os frutos que estou colhendo hoje são respostas às orações de vocês. Obrigada pelo amor, carinho, cuidado e pela amizade... que perdure até a eternidade.

À Alyne e Erich Wilson, pela ajuda e apoio nos momentos que mais precisei. Sou grata pelo carinho, amizade, e pelas orações.

À diretora da Casa de Apoio São Francisco de Assis: Dona Maria Luiza e aos queridos amigos: Scheila, Vera, Iza e Luiz, pelo companheirismo no trabalho e pela compreensão e incentivo à realização desse projeto de pesquisa.

Às amigas e amigos do grupo de estudos da UCDB, pelas contribuições com materiais, sugestões, discussões sobre o tema dessa pesquisa, além do grande incentivo e apoio que recebi de todos os participantes, em especial da Francisca, Lilian, Michele e Zuleika.

À Andréia Rocha, da Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários (Proex), pelo carinho, atenção e pela torcida na conclusão desse trabalho.

Aos professores Dr. Márcio Luis Costa e Dra. Anita Guazzeli Bernardes, pela participação na avaliação dessa dissertação e pelas valiosas contribuições realizadas na qualificação.

À professora Dra. Neide Aparecida de Souza Lehfeld, por aceitar compor a Banca de Defesa.

Aos professores do Mestrado em Psicologia da UCDB, que com muita seriedade e empenho conduziram o curso, me proporcionando através dos seus saberes, importantes contribuições científicas.

A todos os parentes e amigos que oraram, torceram, ou simplesmente com uma palavra amiga, de alguma forma contribuíram para a realização e conclusão desse trabalho.

**“Somos muitos Severinos** iguais em tudo na vida: na mesma cabeça grande que a custo é que se equilibra, no mesmo ventre crescido sobre as mesmas pernas finas e iguais também porque o sangue que usamos tem pouca tinta.

**E se somos Severinos** iguais em tudo na vida, morremos de morte igual, mesma morte severina: que é a morte de que se morre de velhice antes dos trinta, de emboscada antes dos vinte de fome um pouco por dia (de fraqueza e de doença é que a morte severina ataca em qualquer idade, e até gente não nascida).

**Somos muitos Severinos** iguais em tudo e na sina: a de abrandar estas pedras suando-se muito em cima, a de tentar despertar terra sempre mais extinta, a de querer arrancar alguns roçado da cinza. Mas, para que me conheçam melhor Vossas Senhorias e melhor possam seguir a história de minha vida, passo a ser **o Severino que em vossa presença emigra”**.

Morte e Vida Severina  
(João Cabral de Melo Neto)

## RESUMO

O presente estudo teve como objetivo o de caracterizar os aspectos psicossociais das histórias de vida de um grupo de moradores de rua que passaram por atendimento em uma organização não governamental (ONG), na cidade de Campo Grande, MS. Foram selecionados para essa pesquisa 10 pessoas do sexo masculino. O método utilizado foi a pesquisa qualitativa, com base na teoria do materialismo histórico dialético. Para a coleta de dados foi realizado um roteiro de entrevista não estruturado para o relato das histórias de vida e uma pesquisa documental sobre os participantes da pesquisa na instituição em que estavam sendo atendidos. Os entrevistados da pesquisa relataram suas histórias de vida, e de como se encontravam inseridos no convívio social até se tornarem pessoas excluídas da sociedade. Para a análise dos dados foi feita a transcrição das entrevistas, na seqüência o conteúdo destas foi separado por categorias e dividido em subcategorias. A partir das subcategorias foram realizadas as análises das falas a partir de seus conteúdos. Os principais resultados versam sobre os relatos das pessoas que vivem em situação de rua, e sofrem pela quebra de vínculos, pela exclusão social, por encontrarem inúmeras dificuldades na convivência no espaço da rua e pela dificuldade de serem inseridos novamente na vida em sociedade. A partir dos resultados encontrados foi realizada uma reflexão sobre o sistema de consumo que vigora na sociedade atual, que exclui aquelas pessoas que não consomem, se tornando excluídos socialmente. Os dados dessa pesquisa são importantes para que os setores que atendem e que fazem políticas públicas para a população em situação de rua repensem o trabalho que já tem sido feito, e criem formas de articular todos os setores para que se possa incluir novamente essa população na sociedade. Sendo primordial que possamos avançar na área da assistência social, saúde, trabalho, habitação, cultura e lazer, tornando efetivas as garantias de direitos da população que vive em situação de rua.

Palavras-chave: População de rua, exclusão social, vida nas ruas.

## **ABSTRACT**

This study aims at understanding the psychosocial aspects of life stories of a group of homeless people who have been through the care of a non governmental organization (NGO) in the city of Campo Grande, MS. Ten males were selected for this study. The method used was the qualitative research, based on the theory of dialectical historical materialism. To collect data, was used an unstructured interview guide for the account of the life histories. A documentary research on the participants of the survey in the institution where they were being treated was also performed. Survey respondents reported their life stories, and how they were inserted into the social life until they become excluded from society. For data analysis, was performed the transcription of all the interviews, which were then separated by categories and divided into subcategories. And using the information in the subcategories, the analysis of the speech and its contents was performed. The main results concerned about reports of people living on the streets and suffering from broken links, social exclusion, finding many difficulties of living with others on the street and the difficulty of being inserted again in society. From the results is carried out a reflection on the system of consumption which prevails in postmodern society that excludes those who do not consume and treats them like human waste. The data from this research are important for the institutions that attend and make public policies for the population living on the streets, so they can rethink the work that has been done and create ways to articulate all sectors to include this population again in the society. It is essential that we can move forward in the area of social assistance, health, employment, housing, culture and entertainment, making effective the guarantees of rights of the street population.

**Keywords:** street population, social exclusion, life on the street.

## LISTA DE SIGLAS

AMSFRA – Associação de Apoio aos Moradores de Rua São Francisco de Assis

CASF – Casa de Apoio São Francisco

CAMRSFA – Casa de Apoio aos Moradores de Rua São Francisco de Assis

CAPS – Centro de Atenção Psicossocial

CAPS A/D – Centro de Atenção Psicossocial para dependentes de Álcool e Drogas

CEDAMI – Centro de Apoio ao Migrante

CENTRO POP – Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua

CETREMI – Centro de Triagem e de Apoio ao Migrante

CnaR – Consultório na Rua

CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social

CRAS – Centro de Referência da Assistência Social

CREAS POP – Centro de Referência Especializado de Assistência Social para População de Rua

ESF – Estratégia de Saúde da Família

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INSS – Instituto Nacional do Seguro Social

LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a fome

ONG – Organização Não Governamental

PNAB – Política Nacional de Atenção Básica

PNADs – Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios

PNDH – 3 – Programa Nacional de Direitos Humanos

PNPR – Política Nacional para a População em situação de Rua.

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PSB – Proteção Social Básica

PSE – Proteção Social Especial

SAS – Secretaria de Assistência Social

SAST – Secretaria de Assistência Social e do Trabalho

SESAU – Secretaria Municipal de Saúde Pública

SETAS – Secretaria de Estado de Trabalho e Assistência Social

SNAS – Secretaria Nacional de Assistência Social

SUAS – Sistema Único da Assistência Social

SUS – Sistema Único de Saúde

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>14</b>
<b>2 CONFIGURAÇÕES E TRAJETÓRIAS DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NO BRASIL .....</b>	<b>28</b>
2.1 A PRÁTICA DO DEGREDO NA EUROPA E A EXPLORAÇÃO COLONIAL NO BRASIL .....	29
2.2 POBREZA E EXCLUSÃO SOCIAL NO BRASIL .....	34
2.3 A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA E SUA TRAJETÓRIA NO BRASIL .....	39
<b>3 ASPECTOS PSICOSSOCIAIS DAS HISTÓRIAS DE VIDA DE PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA DE CAMPO GRANDE-MS .....</b>	<b>46</b>
3.1 HISTÓRICO FAMILIAR E O ROMPIMENTO DE VÍNCULOS DA POPULAÇÃO DE RUA .....	47
3.2 A SITUAÇÃO DE RUA E AS POSSIBILIDADES DE TRABALHO .....	64
3.3 MUDANDO DE LUGAR: O MOVIMENTO MIGRATÓRIO DO MORADOR DE RUA .....	71
<b>4 ASPECTOS PSICOSSOCIAIS: O COTIDIANO, A IDENTIDADE E A SAÚDE DE PESSOAS QUE VIVEM EM SITUAÇÃO DE RUA .....</b>	<b>78</b>
4.1 COTIDIANO E VIDA NAS RUAS .....	79
4.2 A IDENTIDADE ADQUIRIDA NAS RUAS .....	86
4.3 A CONDIÇÃO DE RUA E A QUESTÃO SAÚDE-DOENÇA .....	93
<b>5 POLÍTICAS PÚBLICAS E NOVAS PROPOSTAS PARA O ATENDIMENTO DE PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA .....</b>	<b>101</b>
5.1 CONFIGURAÇÕES DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A POPULAÇÃO DE RUA NO BRASIL .....	102
5.2 A CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA EM CAMPO GRANDE – MS.....	110
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>122</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>128</b>

<b>APÊNDICE A .....</b>	<b>139</b>
<b>APÊNDICE B .....</b>	<b>141</b>
<b>ANEXO .....</b>	<b>143</b>



Devido ao início da realização de um trabalho como psicóloga com moradores de rua na Casa de Apoio São Francisco de Assis, foram aparecendo vários questionamentos diante da realidade vivida por essas pessoas, em relação às políticas existentes, aos atendimentos prestados a essa população e qual a melhor forma de ajudá-los diante da situação de exclusão social. Dessa forma, a partir dos atendimentos realizados como psicóloga por meio de conversas individuais e trabalhos de grupos temáticos, surgiu a necessidade de se conhecer por meio da pesquisa um pouco mais sobre a pessoa que vive em situação de rua.

No decorrer do segundo semestre de 2013 após participar de uma audiência pública e de dois seminários sobre a população em situação de rua em Campo Grande-MS, a pesquisadora se dispôs a participar, como representante da Casa de Apoio aos Moradores de rua, de um grupo de trabalho que reuniu pessoas representantes de organizações governamentais, não governamentais, da sociedade civil e de pessoas que estão em situação de rua. O objetivo da formação do grupo de trabalho foi o de criar diretrizes para a política de atendimento municipal para as pessoas que vivem em situação de rua, considerando a Política Nacional para a população de rua já existente desde o ano de 2009, além de criar juntamente com representantes da população de rua do município uma Associação para os Moradores de Rua.

No decorrer dos anos a população que vive em situação de rua tem chamado a atenção de pesquisadores ligados a questões sociais, pois se encontram em condição de completa vulnerabilidade social e apresentam aspectos de fragilidade nas suas relações sociais e psicológicas.

No Brasil são recentes os estudos com a população em situação de rua, e de acordo com Andrade, Figueiredo e Faria (2008), foi no final da década de 1980 que surgiu a organização de um movimento social para identificar esses moradores nas cidades de Belo Horizonte e São Paulo. A partir desse movimento foi criada uma metodologia de estudo que possibilitou a criação do censo da população em situação de rua, que foi aplicado nessas duas cidades. O término desse trabalho influenciou na criação do Movimento Nacional da População de Rua.

Com a preocupação de se formular políticas públicas para as pessoas em situação de rua o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), realizou no ano de 2005, através da Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS), o I Encontro Nacional sobre População em Situação de Rua, e desse encontro surgiu a proposta do MDS, em parceria com outras instituições, de realizar uma pesquisa nacional sobre o tema no Brasil. A Pesquisa Nacional de População em Situação de Rua teve início no ano de 2007 e término em 2008, sendo realizada em algumas capitais do Brasil e suas principais cidades. Ficaram de fora as cidades e os estados que já haviam realizado ou estavam em processo de pesquisa semelhantes (BRASIL, 2008a).

Atualmente, conhecer as experiências de vida dessas pessoas desprivilegiadas socialmente tornou-se de extrema importância no âmbito das políticas sociais, para que se possa criar políticas públicas e medidas que beneficiem essa população que se encontra em completa situação de vulnerabilidade social. Segundo a Pesquisa Nacional de População em Situação de Rua realizada em 2008, constatou-se que 313 pessoas viviam em situação de rua na cidade de Campo Grande – MS (BRASIL, 2009).

Após três anos da realização da Pesquisa Nacional de População em Situação de Rua, não foram encontrados novos dados sobre o assunto em Campo Grande - MS, uma vez que, a pesquisa do censo demográfico brasileiro realizado em 2010 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), realiza sua coleta de dados a partir de base domiciliar, excluindo assim nos dados das pesquisas de censo demográfico as pessoas que vivem em situação de rua.

Desde o mês de setembro de 2011, como profissional da área de psicologia, realizo atendimento individual e encontros de grupos temáticos na Casa de Apoio aos Moradores de Rua São Francisco de Assis na cidade de Campo Grande – MS.

Em contato com os moradores da Casa de Apoio é possível observar que as pessoas que vivem em situação de rua passam por experiências dolorosas de exclusão e preconceito no convívio com a sociedade.

Pesquisas sobre a população de rua no Brasil são relevantes para a realização de mais estudos que procurem compreender um pouco mais sobre a vida

e as experiências do morador de rua no país, inclusive na cidade de Campo Grande - MS. Dessa forma, optamos pela realização de uma pesquisa qualitativa, tendo como problema: *Quais os aspectos psicossociais que caracterizam as pessoas que vivem em situação de rua na cidade de Campo Grande – MS?*

O objetivo geral da presente pesquisa foi o de caracterizar os aspectos psicossociais das histórias de vida de um grupo de moradores de rua, que passaram por atendimento na Casa de Apoio aos Moradores de Rua São Francisco de Assis.

Os objetivos específicos desta pesquisa foram:

- Analisar os aspectos psicossociais de acordo com a história de vida dos moradores de rua;
- Contextualizar o processo de exclusão social pelo qual os moradores de rua passam.
- Estudar a importância do vínculo familiar e os motivos para o rompimento e/ou afastamento dos parentes mais próximos; assim como o impacto causado na vida dos moradores de rua;
- Considerar a importância do contexto social e sua relação com os aspectos econômicos, psicossociais e compreender as políticas públicas atuais que influenciam diretamente no estilo de vida em que vivem esses moradores de rua.

A metodologia utilizada para a realização dessa pesquisa apóia-se nos fundamentos da pesquisa qualitativa, uma vez que, o pesquisador procura entender os fatos a partir da perspectiva das pessoas envolvidas na situação observada e a obtenção dos dados de estudo é através da relação direta e interativa do pesquisador com a situação e objeto de estudo.

Para Minayo (2004), a pesquisa qualitativa deve considerar o sujeito de estudo como um indivíduo que faz parte de uma condição social, que pertence a um grupo social ou classe, que por sua vez, apresentam suas crenças, valores e significados. Ainda segundo a autora em uma pesquisa qualitativa o objeto das

ciências sociais pode ser considerado complexo, contraditório, inacabado, e em permanente transformação.

A pesquisa qualitativa de acordo com Günther (2006, p.202) apresenta um conjunto de bases teóricas que caracteriza esse tipo de estudo, tais como:

[...] a) a realidade social é vista como construção e atribuição social de significados; b) a ênfase no caráter processual e na reflexão; c) as condições objetivas de vida tornam-se relevantes por meio de significados subjetivos; d) o caráter comunicativo da realidade social permite que o refazer do processo de construção das realidades sociais torne-se ponto de partida da pesquisa.

Para Silva et al. (2007), a maioria das pesquisas relacionadas às ciências sociais seguem a abordagem qualitativa devido suas características subjetivas baseadas na troca de experiências entre pesquisador e o sujeito pesquisado, e recebe críticas quanto a questões sobre a objetividade e a lógica argumentativa, entre outros aspectos, que a diferem da pesquisa voltada para a abordagem quantitativa. No modelo de abordagem qualitativa leva-se em conta todo universo das relações humanas, e tudo que faz parte da construção da pesquisa - o diálogo como troca de experiências de vida.

Para Gonzáles Rey (2002), na psicologia os estudos qualitativos devem procurar explicar os processos subjetivos que se apresentam a partir de uma inter-relação complexa e dinâmica, que para serem compreendidas exige-se do pesquisador um estudo integral que não pode ser fragmentado em variáveis.

A pesquisa foi desenvolvida na Casa de Apoio aos Moradores de Rua São Francisco de Assis na cidade de Campo Grande – MS, nos últimos meses do ano de 2012.

Foi realizado inicialmente um encontro com a Diretora da Casa de Apoio aos Moradores de Rua São Francisco de Assis (CAMRSFA), para apresentação do projeto e solicitação de autorização para a realização da gravação das entrevistas (realizadas de forma individual) sobre as histórias de vida dos voluntários participantes da pesquisa. Foi solicitado também autorização para acesso aos formulários de atendimentos (dos participantes da pesquisa) realizados pelos profissionais - Assistente Social, Psicologia e Técnica de Enfermagem - da Casa de

Apoio, para obter dados que complementassem a caracterização de cada participante da pesquisa, além da análise de documentos sobre a organização e o regimento interno da instituição.

Os participantes da pesquisa são moradores de rua que frequentam a Casa de Apoio aos Moradores de Rua São Francisco de Assis, onde é abrigada uma média de 30 a 40 pessoas no máximo que ficam internas na Casa de Apoio. Em alguns casos essas pessoas são encaminhadas por instituições religiosas e/ou por outras entidades que oferecem atendimento à população em situação de rua, ou o próprio morador de rua solicita uma conversa com o assistente social que avalia por meio de uma triagem a possibilidade de acolhimento, e define junto ao morador de rua o período de permanência na Casa de Apoio que pode variar de acordo com a necessidade de cada um.

Conforme citado anteriormente a pessoa que fica interna na Casa de Apoio é atendida por profissionais da área do Serviço Social, Psicologia e Técnica em Enfermagem. Seguem os atendimentos realizados por cada área, começando pelo atendimento do Assistente Social: com solicitação de 2º via de Registro de Nascimento, encaminhamentos para retirada de documentação, encaminhamento para cadastramento e recebimento de benefícios socioassistenciais tais como: cadastramento no Programa Bolsa Família, encaminhamentos para a defensoria pública (quando necessário), encaminhamentos para passar por inspeção no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), no caso dos Benefícios de Prestação Continuada e Auxílio Doença, entre outros.

A técnica em Enfermagem é responsável por fazer os encaminhamentos necessários para os atendimentos realizados no Sistema Único de Saúde (SUS), tais como: solicitação de carteirinha do SUS, encaminhamentos para o Centro de Atenção Psicossocial – Álcool e Drogas (CAPS - AD) agendamento de consultas, exames, cirurgias. Após realização das consultas caso o interno necessite fazer uso de medicamento a Técnica em Enfermagem fica responsável por dar o medicamento de acordo com a dose e o horário indicado na receita médica. Em alguns casos mais graves de saúde a Técnica faz o acompanhamento juntamente com o interno na consulta médica.

O serviço de Psicologia é realizado por meio de atendimentos individuais e com encontros em grupo, além de participar como representante da Casa de Apoio em reuniões voltadas para as ações em políticas públicas para a população de rua, conforme mencionado anteriormente.

O morador de rua que fica interno na Casa de Apoio não pode sair da instituição sem autorização prévia, a qual geralmente é fornecida pelo assistente social nos casos em que a pessoa foi encaminhada para outra instituição que faz parte da rede de atendimento. E nos casos de tratamento de saúde, a liberação para os postos de atendimento do SUS é realizada pela Técnica em Enfermagem.

Além dessas pessoas que ficam internas, a Casa de Apoio recebe uma média de 15 a 20 pessoas, que estão em situação de rua, e que recebem almoço e janta três vezes na semana. No entanto, para esta pesquisa foram consultadas pessoas que estavam de passagem pela Casa e que aceitassem participar da mesma.

Na busca de uma melhor compreensão da realidade social, como estratégia de pesquisa qualitativa entre as técnicas e instrumentos disponíveis de acordo com Minayo (2004), foram utilizados para o desenvolvimento da pesquisa ora proposta os seguintes instrumentos para a coleta de dados: análise documental e relatos de histórias de vida, de forma que estes instrumentos nos ajudaram na compreensão do objeto de pesquisa a que este trabalho se propõe.

Na pesquisa documental é possível ao pesquisador avaliar qualquer tipo de documento a partir do seu contexto, ou seja, considera o tempo, o local e a finalidade com que o texto foi produzido. De acordo com Appolinário (2009, p.67) podemos definir documento como “[...] qualquer suporte que contenha informação registrada, formando uma unidade, que possa servir para consulta, estudo ou prova”.

Para Cellard (2008), a análise documental ajuda na observação do processo de evolução de indivíduos, grupos, comportamentos, práticas, entre outros. Esse tipo de pesquisa favorece a compreensão de transformações ocorridas na sociedade ou em um grupo social que se encontra em um determinado tempo ou época. O uso da análise documental nessa pesquisa ajudou a obter dados dos participantes da mesma, por meio de fichas de triagem que contém os dados pessoais e como foi

realizado o acompanhamento dos profissionais no período em que os moradores estiveram na CAMRSFA.

A história de vida é um instrumento que faz parte da pesquisa biográfica, juntamente com a técnica da história oral, da biografia e da autobiografia, no entanto, apresentam particularidades em seus procedimentos técnicos que as diferem entre si (SILVA et al., 2007).

No relato da história de vida é permitido ao pesquisador visualizar as experiências da vida particular do sujeito, e em um determinado grupo social os relatos de experiências de vida de cada sujeito permitem ao pesquisador compreender o contexto social em que grupo está inserido de forma consistente. As principais características da história de vida de acordo com Silva et al. (2007, p.28) é que há uma:

Preocupação com o vínculo entre pesquisador e pesquisado; Há uma produção de sentido tanto para o pesquisador quanto para o sujeito: 'saber em participação'; História contada da maneira própria do sujeito; Ponte entre o individual e o social.

Portanto, a história de vida permite ao pesquisador analisar o sentido que o sujeito dá às suas experiências de vida, considerando o que as pessoas pensam, pois a partir do pensamento as pessoas compõem fatos históricos, se tornando uma história real de pessoas comuns (MINAYO, 2004).

Para a realização da pesquisa, em um encontro com o grupo de moradores da CAMRSFA foram apresentados os objetivos e a metodologia escolhida para a pesquisa, em seguida o grupo foi ouvido para esclarecer dúvidas e também para expor a disponibilidade de tempo para agendamento das entrevistas. Os encontros para a realização das entrevistas foram agendados com antecedência com o sujeito participante desta, de forma individual. No dia marcado para a entrevista foi realizada a leitura e a assinatura do termo de Consentimento Livre e Esclarecido sendo entregue uma cópia para cada morador da CAMRSFA que aceitou participar da pesquisa, e outra cópia ficou com a pesquisadora.

A análise e interpretação dos resultados foram realizadas após a transcrição literal de todos os dados colhidos durante os encontros realizados, na história de

vida. Para que não haja exposição dos participantes da pesquisa, e para garantir a confidencialidade dos relatos, cada participante recebeu no momento da transcrição um nome fictício.

As transcrições das histórias de vida foram categorizadas, divididas em subcategorias e as falas foram analisadas a partir de seu conteúdo, no qual, a partir da leitura mais simples procurou-se ir se aprofundando para atingir um nível que transpõe os significados evidentes.

Portanto, para a análise das falas foram realizados os seguintes passos: transcrições das entrevistas, criação de uma estrutura de categorias por assuntos elencados a partir do roteiro de entrevista não estruturado, de identificação e classificação dos relatos obtidos, segundo as categorias, a qual se referiam, foram elaboradas as subcategorias a partir da descrição do assunto e análise propriamente dita.

A análise conjuntural ao qual situa a relação do sujeito em situação de rua, bem como o desenvolvimento concreto da exclusão social foi feita conforme a abordagem da psicologia social e histórica, tendo como base o materialismo histórico e dialético, sendo que este método entende a história do homem em seus aspectos totalitários, avaliando o contexto em que está inserido, bem como avalia suas particularidades e singularidades, procurando identificar as transformações ocorridas na vida do ser humano, no decorrer de sua história.

O materialismo histórico dialético propõe que a matéria - a natureza tal como se apresenta, é fornecida ao homem independente de sua consciência, ou seja, é a realidade objetiva, pela qual, o mundo se apresenta da maneira como ele é. A dialética, a partir da visão marxista, está relacionada à forma de compreensão da realidade como contraditória e em permanente transformação. Portanto, o método procura explicar através da história os acontecimentos do presente, visando compreender as transformações ocorridas no decorrer da história (CAVALCANTE et al., 2005).

As principais características que compõem um percurso metodológico no materialismo histórico dialético são descritas como:

Materialidade do mundo; matéria anterior ao homem; dá ênfase a estruturação econômica; visa a transformação e a mudança da realidade; leva em consideração a história para explicar a prática social; vê o homem como sujeito na história; entende a ação como recíproca, na qual, tudo se relaciona, de forma que nenhum fenômeno da natureza pode ser compreendido isoladamente; o mundo está em constante transformação; a luta dos contrários, os objetos da natureza são contraditórios, sendo a mola mestra de toda a mudança; Negação da negação, é o resultado da luta dos contrários. Significa a passagem do inferior para o superior. Quando o novo surge não se elimina o velho (CAVALCANTE et al., 2005, p.18).

Portanto, o embasamento teórico do materialismo histórico dialético nos permite compreender o morador de rua como um ser histórico e ao mesmo tempo social, uma vez que, ele constrói sua própria história e é impactado pela realidade social do seu tempo. Compreendemos também que uma pessoa que se encontra em situação de rua, está destituída de todos os direitos sociais e humanos e por isso entendemos que se encontra em situação de exclusão social.

Conforme Sawaia (2011a, p.9), “a dialética inclusão/exclusão gesta subjetividades específicas que vão desde o sentir-se incluído até sentir-se discriminado ou revoltado”, dessa forma, a exclusão social é complexa e multideterminada as quais envolvem dimensões políticas, materiais, subjetivas e relacional sendo sempre um processo que envolve o homem concreto na sua relação com os outros, bem como produto do funcionamento do sistema social.

Frente às contribuições apresentadas pela teoria que sustenta o método do materialismo histórico e dialético ressaltam-se autores contemporâneos, tais como: Sawaia (2011), Guareschi (2011), Wanderley (2011), entre outros, os quais demonstram as contradições no meio social, bem como apresentam colaborações teóricas que sintetizam a dinâmica da exclusão.

Sendo assim, o materialismo dialético se respalda no movimento e por este ocorre a transformação do contexto social, essas modificações se dão através do conflito de forças contrárias que englobam a totalidade contida na natureza/sociedade e, se confrontam, se coagem e se interdeterminam como, por exemplo, a luta de classes, a oposição de aspectos subjetivos e objetivos dentre outros. Frente à ideia de transformação social, sugerimos o diálogo com Bauman, um autor contemporâneo, que analisa não somente o progresso no ambiente social,

mas também outros fatores que contribuem para analisar nosso objeto de pesquisa, assim como a situação da exclusão no contexto social, pode se tornar mais clara.

Muito se pensou ao longo da história sobre a emancipação do sujeito em seu meio social, a quantidade de fatores os quais determinavam cada ser humano, e por sua vez, atrelava suas ações e padrões ideológicos a uma estrutura rígida que pouco se comprometia com a liberdade do sujeito (BAUMAN, 2001).

Na teoria crítica composta por um grupo de intelectuais advindos de Frankfurt, todos alertavam em uma só voz a necessidade de o sujeito galgar os passos que lhe conduziam a uma emancipação plena que, para estes autores a emancipação do sujeito era conivente com o seu bem estar, bem como contrapunha uma realidade eminente de opressão. As reflexões mais amplamente discutidas estão no texto de Adorno e Horkheimer (1986 apud Bauman, 2001), *que* demonstra um contexto opressor pela sociedade de classes (patrão e proletariado), onde os últimos autores afirmam que a lógica do contexto social é regulada pelo capital valendo-se de ferramentas como a mídia para reforçar pressupostos ideológicos dominantes onde todos nós somos reféns de um sistema social deprimente, em detrimento de uma classe específica, para oprimir quem não é detentor dos meios de produção.

Entretanto, Bauman (2001), aposta em outra forma de ordenamento social ideológico, no qual os sujeitos estão ideologicamente emancipados para fazerem de suas vidas o que lhe vier à mente. A realidade fluida abriu margem para se viver e assumir as consequências irrestritas sobre as próprias ações. Todavia, isso não significa uma realidade de bem estar, outrora anunciada e sonhada pelos membros da teoria crítica. A ambiguidade aqui posta, apenas transfere do estado e demais instituições, a responsabilidade do bem estar de cada um para os ombros dos sujeitos que os compõem. Logo o estado de angústia do sujeito se potencializa, pois na realidade rápida e fluída os indivíduos se tornam senhores e autores do seu sucesso ou do seu fracasso.

Tal ponto de vista compactua com a visão da política nacional anunciada, que por um longo período de tempo a pessoa que vive em situação de rua foi avaliada como responsável por sua condição devido a algumas particularidades próprias da pessoa. No entanto, o surgimento em massa desse fenômeno e a diversidade de

fatores na trajetória do morador de rua têm colocado em dúvida as afirmações de caráter individual (BRASIL, 2013).

Conforme discutido anteriormente a responsabilização do sujeito e a individualização das pessoas que vigora no paradigma atual, acabam não levando em consideração o contexto histórico, cultural, econômico presentes na sociedade, pois estes são agentes que influenciam as ações e as escolhas das pessoas no decorrer de sua vida.

A sociedade atual é regida por um sistema consumista, que define a forma como as pessoas devem se portar e viver na sociedade. Nesse sistema de consumo encontra-se a corrida pelos avanços tecnológicos, a criação das necessidades de consumo, as identidades são produzidas, as relações são fluidas e superficiais, exigindo das pessoas uma flexibilidade para se transitar e se manterem incluídas em todas as esferas do meio social, e aqueles, que de alguma forma, não se encaixam nesse contexto, se tornam pessoas refugadas, inaptas para o consumo e para fazerem parte da vida em sociedade (BAUMAN, 2001).

O contexto social atual depende de fatores, os quais fabricam uma série de perigos que tangenciam a falta de segurança, de controle sobre as ações alheias que poderiam afetar as pessoas de forma negativa, aumentando a possibilidade de se tornar um excluído caso seja um consumidor falho no contexto social, entre outras variáveis que não estão sobre controle, e acabam ficando a mercê do mundo organizado pela lógica do consumo e regulação de mercado (BAUMAN, 2001).

Diante dessa insegurança que incide no meio social, surge o Estado como entidade responsável pela ordem, que por meio da legislação exerce um domínio coercivo junto à sociedade, seja para o bem, ou seja, para o mal. No entanto, a dinâmica da ambivalência, proposta por Bauman (1999), prevalece na medida em que, apesar da ordem e de certezas estabelecidas pelo Estado em função da sociedade, é necessário a busca e a criação de medidas alternativas para assim transpor as suas inconsistências (BAZZANELLA, 2012).

A partir disso, a presente pesquisa visa caracterizar as vivências das pessoas que estão em situação de rua, a partir da sua história de vida. Para a realização

desta pesquisa procurou-se desenvolver um estudo seguindo padrões éticos e normatizados para pesquisa com seres humanos.

Todas as exigências éticas e científicas para o desenvolvimento da pesquisa foram seguidas, tomando como referência a resolução do Ministério da Saúde, de n.196, de 10 de outubro de 1996, que regulamenta a pesquisa envolvendo seres humanos. O protocolo da pesquisa, o consentimento livre e esclarecido e o termo de consentimento foram encaminhados ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Católica Dom Bosco, para realização da devida análise e aprovação.

No Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (anexo A) foi informado ao participante que a sua aceitação para participar da pesquisa deve ser dada livremente, conscientemente, sem práticas de coação física, psíquica, moral ou enganosas impeditivas de livre manifestação da vontade pessoal.

Para a realização desta pesquisa o projeto do presente trabalho foi submetido à apreciação do Comitê de Ética em Pesquisa, como também seguiu a normatização do Conselho Nacional de Saúde (CNS), pelo Decreto nº 5.839/06, que define as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos e pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), estabelecidos na Resolução n. 196, de 10 de outubro de 1996 (BRASIL, 1996). Trata-se de uma investigação não invasiva e que não envolve qualquer tipo de manipulação que poderá atentar contra a ética em pesquisa e aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da UCDB, o qual tem a missão de salvaguardar os direitos e a dignidade dos sujeitos da pesquisa, além de contribuir para a qualidade das pesquisas e para a discussão do papel da pesquisa no desenvolvimento institucional e social da comunidade.

Esta dissertação foi estruturada em capítulos, sendo o primeiro a presente introdução, e em seguida quatro capítulos que discorrem sobre a situação do morador de rua no Brasil, e os aspectos psicossociais com base nas histórias de vida de moradores de rua do município de Campo Grande - MS, finalizando com as considerações sobre a pesquisa desenvolvida.

**O segundo capítulo** apresenta a situação do Brasil como colônia de exploração, a prática do degredo e as decorrências dessas práticas na situação da

pobreza e a exclusão social no país possibilitando visualizar o panorama histórico da situação de vulnerabilidade social em que o morador de rua se encontra. Segue com a apresentação da trajetória da população em situação de rua no Brasil nas últimas três décadas.

Os capítulos seguintes foram dispostos de acordo com a ordem em que as temáticas de análise foram elencadas a partir da história de vida dos participantes da pesquisa.

**O terceiro capítulo** analisa como eram estabelecidos os vínculos familiares dos participantes, e como gradativamente foi ocorrendo a quebra desses vínculos, que culminaram com a pessoa em situação de rua na cidade de Campo Grande – MS. Avalia como é a situação do trabalho para as pessoas que estão em situação de rua e como a sociedade moldada pela ótica do trabalho interfere na vida do morador de rua, sendo comum o desemprego e poucas possibilidades de emprego para essa população. Apresenta também a situação de migração do morador de rua devido a situação de exclusão social.

**O quarto capítulo** discute como é o cotidiano de vida da pessoa em situação de rua, quais são as situações vivenciadas, como exemplo, a de exclusão social, entre outras. As características dessas pessoas que vivem na rua são marcadas pela transformação de sua identidade em função dos preconceitos sofridos. Eles são rotulados como vagabundos, e acabam assumindo um papel imposto pela sociedade, decorrente da situação em que vivem. A questão de saúde e os cuidados com a mesma em situação de rua também são tratados a partir da situação de exclusão e da ênfase às políticas de saúde para o morador de rua.

**O quinto capítulo** faz uma avaliação, com base na Política Nacional para pessoas em situação de rua, de quais são as políticas existentes no município de Campo Grande-MS, e como as políticas são vistas pelas pessoas que vivem em situação de rua no município.

**2 CONFIGURAÇÕES E TRAJETÓRIAS DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE  
RUA NO BRASIL**

---

Na história sobre a colonização do Brasil são encontrados relatos de historiadores como Fausto (1996), Prado Jr. (1996), Pieroni (1997), entre outros que relatam a prática de degredo no período da colonização do Brasil, no qual os portugueses eram deportados para a colônia brasileira por não viverem conforme o regimento e as normas sociais da época. Em seguida o período da escravidão, os negros eram tratados como objeto e não como seres humanos e as desigualdades sociais desde o início da colonização do Brasil se evidenciam pela maneira como os escravos eram tratados. Com o passar do tempo surgiu uma classe de pessoas que viviam em situação de miséria e recebia ajuda de casas de caridade mantidas pela igreja católica.

Portanto a pobreza, a desigualdade social e a exclusão social se tornaram parte do contexto social dos brasileiros desde o Brasil colonial. A partir desse panorama da realidade vivida pelos brasileiros, nos últimos anos a população que vive em situação de rua continua sofrendo das mesmas mazelas de seus antepassados, ou seja, pela situação de miserabilidade, de desigualdade e de exclusão social.

## 2.1A PRÁTICA DO DEGREGO NA EUROPA E A EXPLORAÇÃO COLONIAL NO BRASIL

Na história do Brasil, encontram-se relatos de historiadores que o território brasileiro era povoado por indígenas. E segundo o historiador Fausto (1996), os nossos colonizadores, que vieram de Portugal, ficaram impressionados ao encontrarem muitas “nações” indígenas. Foi no final do século XV e início do século XVI, ou seja, a partir do ano de 1500 o Brasil começou a ser colonizado por Portugal, com finalidade de se explorar as riquezas naturais da terra. Portanto, a relação existente entre Portugal e Brasil era a de país explorador e colônia de exploração, respectivamente, e entre os produtos naturais mais importados pode-se citar o pau-brasil, entre outras especiarias, que eram extraídas e enviadas para Portugal.

Segundo Pieroni (1997), em Portugal, nesse mesmo período a Igreja Católica une suas forças ao poder monárquico da época para combater as ameaças sociais,

morais e religiosas, motivados por uma necessidade de se extinguir o “mal”, foram criadas, através do poder judiciário, leis e normas que adequassem e protegessem a sociedade. Portanto, as pessoas que, na sociedade portuguesa, cometiam algum crime, seja ele social, ou moral, ou um pecado religioso que ferisse os princípios da igreja, eram condenadas, e o mesmo recebia uma punição de acordo com a gravidade do erro, e uma das sentenças proclamadas contra estes era a sentença do degredo.

A prática do degredo conforme Toma (2006, p. 64), era realizada em Portugal não apenas para expulsar e/ou expatriar o condenado, mas também “[...] afastar os perturbadores da ordem mantendo-os sob jurisdição e uso do Estado”, sendo assim, a ordem era mantida no reino de Portugal, e ainda havia a mão de obra desses condenados ao degredo, a seu dispor no território ao qual foi enviado.

De acordo com Pieroni (1996, p.32), considerando que a sociedade portuguesa ao aplicar a pena de degredo, na época, demonstrava que as principais cidades e a corte de Portugal:

[...] queria ver-se livres de seus elementos indesejáveis, aqueles que prejudicavam a harmonia social e religiosa como também a ordem moral e espiritual estabelecida no Reino. Na sociedade portuguesa desta época, era muito difícil um lugar ao sol, para os heréticos, blasfemadores, feiticeiros, sodomitas, bígamos.

Ainda segundo o autor, os criminosos e pecadores condenados ao degredo, eram encaminhados para Lisboa, e ficavam em um presídio até serem enviados para terras além-mar de Portugal, ou seja, lugares longínquos (como o Brasil colonial, a África e a Angola), por um determinado período de tempo, calculados entre três a dez anos – dependendo da condenação. Assim, os condenados pagavam sua pena, sofrendo a punição de viver longe do ambiente, da família e dos bens que possuíam, e ao mesmo tempo os seus pecados eram purificados, segundo o poder eclesiástico da época.

Conforme Fernandes e Souza (2008), o Brasil colonial se tornou para os portugueses um purgatório colonial, onde os degradados poderiam sofrer muito por não se adaptarem ao “novo lugar” no qual passariam a residir, ou obter mudanças em relação sua má reputação e terem seus “pecados purificados”, de tal maneira,

que se o degradado se dedicasse ao trabalho e a produção de riquezas, o mesmo poderia alcançar a “salvação” recebendo honrarias pelos seus feitos e conquistas – primeiramente na colônia brasileira e, conseqüentemente, em Portugal.

Para Pieroni (1996), o Brasil foi colonizado em sua maior parte por degradados durante o século XVI, no entanto, a partir do século XVII a população encontrada no Brasil era um mistura de portugueses, de escravos, de indígenas convertidos ao Cristianismo e de mestiços, tornando o número de degradados um número pequeno diante do novo quadro populacional encontrado no Brasil colônia.

O autor ainda faz uma crítica a alguns historiadores brasileiros, que devido à falta de um estudo criterioso sobre as leis que envolviam a condenação do degredo, e de como a sociedade portuguesa fazia uso dessas leis, e baseados em relatos literários e não históricos, acabaram atribuindo ao Brasil colônia, a imagem de um lugar, utilizado pelos países europeus para enviar os seus restolhos da sociedade, além de atribuírem aos condenados da época o mesmo sentido para um criminoso em nossos dias atuais.

Para Pieroni (1996, p. 38), a partir de estudos realizados sobre como a sociedade portuguesa julgava os casos criminosos na época, é perceptível a ideia que “punia-se com a deportação os delitos não infamantes e mesmo as simples ofensas por pessoas consideradas de boa reputação”, e conclui que as pessoas que eram condenadas ao degrado naquela época, pelos mesmos motivos nos dias atuais seriam consideradas inocentes, devido à liberdade de pensamento, a liberdade de escolha da religião e a liberdade de escolha de opção sexual.

De acordo com Bauman (2005a, p. 42), que faz uma análise da convivência em sociedade, considerando as relações humanas e as formas como esse convívio é projetado, o autor pondera que aqueles que são considerados indesejáveis, ou seja, “[...] seres inválidos, cuja ausência ou obliteração só poderia beneficiar a forma projetada, tornando-a mais uniforme, mais harmoniosa, mais segura e ao mesmo tempo mais em paz consigo mesma”, e sob a luz dessas considerações pode-se avaliar a prática do degredo e outras formas de exclusão encontradas na sociedade, conforme o contexto em que se manifesta.

Segundo Siqueira (2009), no século XVI, na Europa, as diferenças sociais, o ideário de pobreza e de miséria, já eram condições estabelecidas na estrutura da sociedade, e já apresentavam problemas no aumento da população nas cidades, uma vez que, já não havia mais lugar para os pobres e os miseráveis, que viviam de trabalhos ocasionais e de pedir esmolas, tornando-se um quadro constante do cenário social europeu. Em Portugal a situação não era diferente dos demais países da Europa, e ainda enfrentava problemas de contradições internas, devido às questões de inovação na ordem burguesa e as práticas da inquisição realizadas pela Igreja Católica. Diante desse quadro político e social em Portugal, a colônia brasileira é influenciada na formação de suas bases sociais e consolidada com diversos problemas de ordem social.

O período do Brasil colonial, data do ano de 1500 a 1822, e é historicamente marcado pela exploração territorial, exploração no trabalho - através da escravidão. O latifúndio, a monocultura e a economia são baseados em um sistema mercantilista, além das guerras, revoltas internas e crises no sistema colonial que culminaram nos movimentos pela proclamação da independência (FAUSTO, 1996). E assim, se formam as bases da economia e da sociedade colonial brasileira.

Portanto, durante esse período, além da extração das riquezas minerais, teve início também o cultivo de cana-de-açúcar, surgindo a necessidade de mão de obra escrava, para que as pessoas trabalhassem de forma sistemática, e produzissem em grande escala, houve então a tentativa de se escravizar os índios nativos do Brasil colônia, no entanto, segundo Mires (1987, apud WANDERLEY, 2000a, p.91):

[...] a posse sobre os índios dava ao conquistador soberania política sobre suas pessoas, bem como sobre seus territórios, com o que passavam a ser súditos bem formais do Rei e bem verdadeiros de seus donos imediatos. Assim se explica que tanto o Estado como a Igreja houvessem se pronunciado contra a escravidão jurídica dos índios e não contra a dos negros.

Conforme Wanderley (2000a), o tratamento diferenciado dispensado entre os índios e os negros, era devido à visão que o Estado e a Igreja representados pela sociedade portuguesa faziam entre os indígenas, que eram os habitantes da terra descoberta, e os negros, pessoas que eram transplantadas e adquiridas – como um objeto - mediante o comércio de compra e venda.

Complementando a ideia acima, segundo Fausto (1996), a escravidão de negros no Brasil foi uma alternativa encontrada pelos colonizadores, que necessitavam de pessoas para trabalhar nas lavouras. Como já havia um comércio de tráfico de negros, que eram traficados da África para outros países, os colonizadores brasileiros aderiram à oferta, e quando os negros escravos chegavam ao Brasil, por se encontrarem em território estranho, muitos se sujeitavam ao trabalho escravo, devido à discriminação de sua raça e por não existirem leis que os amparassem, uma vez que, eram considerados e tratados juridicamente como coisa e não como pessoas.

À medida que foram se estruturando os setores da sociedade brasileira, foram surgindo também as diferentes classes sociais, como as herdadas do Império português, portanto, de acordo com Fausto (1996), a sociedade brasileira era dividida entre a nobreza, o clero e o povo, havia também os livres e os escravos, que eram diferenciados por raça e cor da pele. No entanto, o status de nível elevado era o de “Senhor de Engenho”, os comerciantes que aos poucos começaram a adquirir riquezas, acabaram conseguindo algum status social, a religião católica aliada ao Estado, fazia distinção entre católicos e não católicos, aqueles que se declaravam de outra denominação religiosa, e a discriminação da mulher, uma vez que, o modelo que imperava na época era o da família patriarcal, que tinha a figura masculina como dominante.

Segundo Prado Jr. (1996), a sociedade do Brasil colônia foi se consolidando, e crescendo. Com o passar dos anos, também foi crescendo o número de pessoas consideradas “desclassificadas”, “incultas” e “inadaptadas”; ou seja, pessoas com ocupações mais ou menos incertas e eventuais ou sem serviço algum, surgindo assim, as primeiras ocorrências de pobreza e de miséria no Brasil.

Concordando com o autor acima, Siqueira (2009), relata que os pobres faziam parte de uma camada social de pessoas criadas na miséria, sem as mínimas condições para a sobrevivência, eram consideradas “incapazes” e “desclassificadas” pela sociedade da época. Viviam de trabalhos ocasionais, como pedintes e pelos trabalhos e ações de caridade da Igreja Católica. Assim, até a libertação dos escravos a sociedade no Brasil foi sendo marcada pela desigualdade social e

caracterizada por uma situação de pobreza na área rural estendendo-se até aos centros urbanos.

Analisando essas características, das bases e da constituição da sociedade na história do Brasil, é possível afirmar de acordo com Veras (2011, p. 29), que “desde os tempos coloniais, portanto, ao Brasil do Império, ao das Repúblicas velha, nova e contemporânea, agravado durante a ditadura militar, processos sociais excludentes estão presentes em nossa história”, e entre esses processos de desigualdade social, encontramos uma diferença considerável entre a classe rica e a classe pobre.

Assim como os degradados, os escravos, os pobres, as pessoas que vivem em situação de rua fazem parte dessa parcela da população que sofre devido à situação de miserabilidade e de exclusão social, devido à precariedade de suas condições socioeconômicas, por falta de emprego, de moradia, de acesso e de garantia de seus direitos, além de serem alvos de manifestações de preconceito e de discriminação.

## 2.2 POBREZA E A EXCLUSÃO SOCIAL NO BRASIL

A população que vive em situação de rua no Brasil apresenta entre os fatores psicossociais de seu contexto de vida: a situação de pobreza e de exclusão social, os quais, conforme visto anteriormente são características marcantes na história do país. Considerando a importância desses fatores na vivência da população de rua seguem algumas considerações sobre a pobreza e a exclusão social no Brasil a partir de meados do século passado.

Em estudo realizado por Dantas, Oliveira e Yamamoto (2010), relata que a pobreza, no Brasil, é caracterizada por pessoas que vivem abaixo da “linha de pobreza” – um limite imaginário entre pobres e não pobres, e são considerados pobres aqueles que apresentam renda insuficiente para prover as suas necessidades, consideradas mínimas para se viver, com base em referências estabelecidas a partir de um contexto social de um determinado tempo e lugar.

No entanto, Salama e Destremau (2001), relatam que, para o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), a pobreza possui várias faces e para entendê-las é preciso avaliar os aspectos sociais, políticos, econômicos, além de questões sobre identidade, posição social e representação. Desta forma, avalia que a pobreza:

[...] se reflete também nas más condições de saúde e de educação, na falta de acesso ao saber e às possibilidades de comunicação, na impossibilidade de se exercer direitos políticos e de fazer valer os direitos da pessoa humana, na ausência da dignidade, de confiança e de respeito próprio. [...] se define numa análise de capacidades. De acordo com o conceito de capacidade, a pobreza de uma pessoa não se deve unicamente ao estado de indigência no qual ela se encontra efetivamente, mas também a falta de oportunidades reais – por razões sociais ou circunstâncias individuais – de usufruir de uma vida que valha a pena e que seja considerada em sua justa medida (PNUD, 1997 apud SALAMA; DESTREMAU, 2001, p.82).

No Brasil, começaram a surgir movimentos com características de integração social, nas décadas de 50 e 60, como a inclusão da classe operária e do trabalhador rural, ao receberem o reconhecimento político como cidadãos (NASCIMENTO, 2000).

As décadas de 60 e 70 também foram marcadas pela saída de inúmeras famílias que viviam em áreas rurais para os grandes centros, como São Paulo e Rio de Janeiro. Alguns estudos sobre o assunto atribuíram a esse fato, o surgimento de problemas urbanos como o de pessoas pedindo nas ruas, os crimes, infrações e o surgimento de favelas (VERAS, 2011). Assim, a pobreza e as desigualdades sociais começam a ganhar novos contornos no meio urbano.

Desde então, os movimentos sociais e as lutas para a integração social foram ganhando força no Brasil, principalmente nas décadas de 70 e 80, culminando no movimento de reforma na área da saúde, com a Constituição de 1988, as pessoas enquanto cidadãos começam a exigir direitos mais dignos para se viver como o direito à terra, à habitação, à saúde, à educação, à participação política, entre outros (NASCIMENTO, 2000). E segundo o autor, durante esse período, apesar do crescimento econômico no país, a desigualdade social não deixou de crescer.

De acordo com estudo realizado por Barros, Henriques e Mendonça (2000), sobre a desigualdade e a pobreza no Brasil, baseado em dados das Pesquisas

Nacionais por Amostra de Domicílios (PNADs), realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), analisam as informações entre os anos de 1977 a 1998, considerando o contexto econômico e as políticas redistributivas de enfrentamento às desigualdades sociais. Ao final do estudo os autores concluem que:

[...] o Brasil, no limiar do século XXI, não é um país pobre, mas um país extremamente injusto e desigual, com muitos pobres. A desigualdade encontra-se na origem da pobreza e combatê-la torna-se um imperativo. Imperativo de um projeto de sociedade que deve enfrentar o desafio de combinar democracia com eficiência econômica e justiça social. Desafio clássico da era moderna, mas que toma contornos de urgência no Brasil contemporâneo (BARROS; HENRIQUES; MENDONÇA, 2000, p.141).

Ao final do século XX, no Brasil e em outros países latino-americanos, perdura na realidade rural, assim como em vários períodos da história, a situação de injustiça e de desigualdade social, como exemplo, a concentração de muitas terras nas mãos de poucos, dificultando a vida de pessoas que dependem da vida no campo, de maneira que, sem terra e com dificuldades para se empregar, são obrigados a sobreviver com pouco recurso financeiro (WANDELEY, 2000).

Segundo Veras (2011, p. 29), em relação ao conceito e aos estudos sobre a questão da exclusão social, declara que, recentemente essa questão tem adquirido novos contornos, uma vez que, “[...] o dito pensamento sociológico europeu e mesmo o norte-americano passam a conhecer mais de perto processos já familiares à realidade latino-americana e, mais particularmente, à brasileira”.

Além dos diversos fatores a serem estudados na questão da pobreza, é necessário também considerar as características predominantes na sociedade devendo esta também ser avaliada. Sendo assim, no Brasil, a pobreza deve ser percebida pelas situações geradoras de exclusão, a partir da sua relação com os grupos marginalizados. E por fim, afirma que, surge do capitalismo as diversas situações de pobreza, desamparo e desigualdade social, configurando-se espontaneamente no social (BELUZZO, 2001).

A pobreza deve ser considerada como um fator excludente de natureza multidimensional, e não somente como a falta de renda financeira, uma vez que, as

peças e/ou um grupo de peças que se encontram na esfera da pobreza são excluídas de participarem de trocas sociais, de se integrarem socialmente, de possuírem uma identidade, deixando de ser somente uma questão de falta de trabalho, mas também falta de acesso à habitação e educação, entre outros (VERAS, 2011).

Para Castel (2000, p.24), os excluídos, em sua maior parte, são considerados aqueles que no seu trajeto de vida, obtiveram “[...] uma série de rupturas em relação a estados de equilíbrio anteriores, mais ou menos estáveis ou instáveis”. Segundo o autor, as políticas sociais lutam contra as formas de exclusão, por meio da criação de medidas preventivas e reparadoras para conter os fatores de separação social, uma vez que, é mais fácil agir sobre os efeitos de uma desestrutura social, por meio de intervenções técnicas, do que dominar os processos que o ativam, o qual demanda um tratamento político.

Em relação ao crescimento da violência na área urbana, Nascimento (2000), afirma que não está relacionado basicamente ao aumento da pobreza, mas supõe que possivelmente, está diretamente ligada à nova forma de exclusão social - que se refere à formação de grupos sociais que são considerados economicamente desnecessários, politicamente incômodos e socialmente perigosos, se tornando um grupo passível de ser eliminado e a partir desse último aspecto, surge na opinião de alguns pesquisadores a nova exclusão social.

Sobre essa nova forma de exclusão social, o autor relata que na década de 80 a violência encontrada no meio urbano apresentava “[...] os contornos de um tipo de sociabilidade e uma resposta de revolta que não apresenta recursos de assimilação, mas, inversamente, agudiza seus mecanismos de exclusão” (NASCIMENTO, 2000, p.79). E, nos anos que se seguem, atribui à situação de violência urbana, a falta de políticas sociais voltadas para a situação dos pobres, restando-lhes apenas o conformar-se com a sua situação de pobreza imutável ou então, de maneira isolada ou organizada, infringir as leis vigorantes na sociedade, dessa forma no campo das representações, produz-se uma nova forma de exclusão, na qual o pobre e o bandido se configuram em uma única imagem, e muitas vezes são associadas às pessoas que vivem em situação de rua.

Segundo Wanderley (2000b), para compreendermos como a exclusão social tem se configurado na pobreza, é necessário associar e avaliar questões como a desigualdade social - considerando os problemas de exploração, de má distribuição de renda, de discriminação, em conjunto com as situações de exclusão social, como consequência de um padrão de desenvolvimento adotado, que se apresentam como resultados de um processo que percorre séculos, e atualmente, adquire novas formas devido o processo de integração global, e os novos programas econômicos, que abarcam em seu contexto, outras dificuldades como as modificações aceleradas que acontecem na divisão social do trabalho.

O autor afirma que o sistema capitalista, nos últimos anos tem se dedicado a vários processos de inclusão social, de acordo com a situação social, política e econômica, no entanto, esses processos apresentam-se de forma contraditória, resultando ao invés de inclusão, na exclusão de pessoas na sociedade, além do estigma atribuído a essas pessoas pobres, como pessoas que vivem do ócio, da perambulação e da criminalidade.

A pobreza é um fenômeno estrutural, deve ser analisada a partir de um contexto social e histórico e seus níveis são especificados de acordo com o local, região e país, e não pode ser considerada apenas como consequência de um modelo de desenvolvimento, mas é também resultado do sistema econômico que vigora, e possuem regras distintas daquelas que predominam na questão da falta de emprego, uma vez que, somente com o aumento do número de ofertas de empregos, não será o suficiente para sanar a questão (WANDERLEY, 2000b).

O Brasil possui condições e recursos suficientes para combater a pobreza, mas devido à desigualdade extrema que permanece imóvel, resistindo às mudanças ocorridas por décadas, atravessando o período do “[...] regime militar, governos democraticamente eleitos e incontáveis laboratórios de política econômica, além de diversas crises políticas, econômicas e internacionais” (BARROS; HENRIQUES e MENDONÇA, 2000, p.141), torna-se necessária à discussão e a criação de uma estratégia que além de promover o crescimento econômico, dê prioridade a estratégias de enfrentamento da redução da desigualdade social no país e criação de políticas públicas para a erradicação da pobreza em sentido mais amplo, resgatando a dignidade e o bem-estar psicossocial do ser humano.

Ainda que a erradicação da pobreza deva ser considerada um horizonte utópico, é imprescindível empreender forças tanto políticas, quanto éticas em prol da diminuição das perversidades acometidas contra pessoas pobres que sofrem em decorrência da desigualdade social e da pobreza (WANDERLEY, 2000b).

Na vivência da rua, fatores como o de desigualdade social, de pobreza e de exclusão social levam o morador de rua a ficar em situação de vulnerabilidade social, sendo mínimas as condições de sobrevivência e de moradia nas ruas.

### 2.3 A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA E SUA TRAJETÓRIA NO BRASIL

O morador de rua se encontra em situação de vulnerabilidade social<sup>1</sup>, e apresenta fragilidade em várias situações que vivencia nas ruas, tais como privações, medos, incertezas e a falta de apoio e/ou ajuda de outros, principalmente de seus familiares.

Outro aspecto que chama a atenção, é que essa população que faz da rua seu lugar de moradia e/ou de sobrevivência é composta por grupos variados, uma vez que, na rua é possível encontrar crianças, adolescentes, jovens, adultos, idosos e até mesmo famílias (BRASIL, 2011).

As pessoas que vivem em situação de rua apresentam diversos motivos que as levaram a viver nessas condições, portanto, as características mais comuns encontradas entre essas pessoas podem variar, de acordo com o motivo e a maneira como essas pessoas estabelecem sua relação com o viver na rua, ou seja, as condições de extrema necessidade diferem entre si, de acordo com os vários fatores desencadeantes, e as circunstâncias que as levaram a viver em situação de rua. Dessa forma, com base nos estudos realizados por Vieira; Bezerra e Rosa

---

<sup>1</sup> Segundo Brasil (2005), a Política Nacional da Assistência Social/2004, aponta que a vulnerabilidade Social pode decorrer de situações de pobreza, privação, ausência de renda, precário ou nulo acesso a serviços públicos, intempérie ou calamidade, fragilização de vínculos afetivos, e de pertencimento social decorrentes de discriminações etárias, étnicas, de gênero, relacionadas à sexualidade, deficiência entre outros, a que estão expostas famílias e indivíduos, e que dificultam seu acesso aos direitos e exigem proteção social do Estado.

(1994), as características que diferem as pessoas foram divididas em três formas de se viver em situação de rua, e são descritas a seguir:

- A primeira forma de permanência de pessoas em situação de rua é delimitada por aquelas pessoas que sofrem com o desemprego por um longo período de tempo, ou mudaram de cidade a procura de tratamento de saúde, ou a procura de algum parente, e entre outros motivos, são consideradas e classificadas pela autora como “**pe<sup>so</sup>as que ficam na rua**”.
- A segunda forma de permanência de pessoas em situação de rua é classificada como “**pe<sup>so</sup>as que estão na rua**”, e ocorre com aquelas pessoas que convivem com os que estão em situação de rua, no entanto, conservam um local como endereço fixo, e como meio de sobrevivência vivem de “bicos” como catadores de lixo (separando latinhas, pets e papel), e como guardadores de carro.
- A terceira forma de permanência de pessoas em situação de rua é aquele grupo de “**pe<sup>so</sup>as que são da rua**”, e são formados por pessoas que se encontram na rua há muito tempo, na maioria das vezes são usuários de álcool e drogas, e devido a essa situação apresentam sinais de debilidades físicas, emocionais e psicológicas.

Essa conceituação de pessoas em situação de rua é considerada por alguns autores como Andrade; Figueiredo e Faria (2008), como um conceito ainda em construção, e de acordo com Silva (2006, p.105), a população de rua é definida como:

Grupo populacional heterogêneo, mas que possui em comum, a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, em função do que as pessoas que o constituem procuram os logradouros públicos (ruas, praças, jardins, canteiros, marquises e baixios de viadutos), as áreas degradadas dos prédios abandonados, ruínas, cemitérios e carcaças de veículos) como espaço de moradia e sustento, por contingência temporária ou de forma temporária ou moradias provisórias, no processo de construção de saída das ruas.

Considerando os fatores que formam o conceito de pessoas que se encontram em situação de rua, pode-se dizer que essas pessoas vivem ou

sobrevivem às adversidades que surgem no espaço e tempo da rua, e são marcadas pela condição em que se encontram como pessoas excluídas socialmente.

A exclusão social conforme BRASIL (2008a, p.03), “[...] relaciona-se com situação extrema de ruptura de relações familiares e afetivas, além de ruptura total ou parcial com o mercado de trabalho e de não participação social efetiva”. A partir desse contexto, nos últimos anos as ciências sociais e humanas, têm buscado compreender como tornar a incluir novamente na sociedade as pessoas em situação de rua, alguns estudos encontrados buscam essa reinserção através da inserção dessas pessoas junto ao mercado de trabalho, como nos estudos de Silva (2006), Barros e Pinto (2008), Kemp e Crivellari (2008), entre outros.

Em relação aos fatores que tornam as pessoas que vivem em situação de rua excluídas socialmente, de acordo com Barros e Pinto (2008), essas pessoas encontram-se à margem do sistema de acúmulo de capital e por não produzirem, são consideradas desnecessárias e conseqüentemente estigmatizadas socialmente, e isso se deve ao sistema produtivo e capitalista que se apresenta, a cada dia, muito mais seletivo e excludente.

Os desempregados na sociedade de produção podem ser considerados como exército de reserva por um período temporário, ou como estado de comiseração ou dignos de pena. No entanto, na atual sociedade de consumo emerge um estado de incerteza com relação ao destino dos mesmos, pois aqueles que são considerados como consumidores falhos tornam-se um problema para si e para os outros que estão a sua volta, e também potencialmente desnecessários para o contexto social, uma vez que, “[...] a sociedade de consumidores não tem lugar para os consumidores falhos, incompletos, imperfeitos [...]” (BAUMAN, 2005a, p. 22), e nesse processo as pessoas se tornam um refugio humano.

Sobre as relações do sistema capitalista como um gerador de exclusão social encontramos em Silva (2006, p.95), que o fenômeno morador de rua, está atrelado a uma sociedade estruturada pelo capitalismo, “[...] e possui uma multiplicidade de fatores de natureza imediata que o determinam”, assim, para cada necessidade gerada pelo sistema capitalista, seja na área do trabalho, de moradia, de lazer, de consumo em geral, há pessoas que devido à situação de pobreza, são excluídas do

meio social em que vivem, tornando-se características que produzem um estigma na vivência daqueles que estão em situação de rua.

De acordo com Brasil (2008a), na pesquisa realizada no I Censo de pessoas em situação de rua, entre os principais problemas que levaram algumas pessoas a se tornarem moradores de rua, foram os problemas com o álcool e as drogas, do desemprego e em seguida o problema de desavenças entre familiares. Uma questão importante comentada pelo autor, a respeito dos motivos, é que em nenhum momento foi relatado pelos moradores de rua que o ato de sair de casa foi uma escolha própria, e talvez vagamente essas pessoas tenham noção que estão procurando nas ruas experimentar um sentimento de liberdade, uma vez que no lar o que se tinha era um ambiente familiar opressor e/ou violento.

A família em seu ambiente de convívio, de acordo com a forma como é constituída em grupo, pode criar e recriar realidades e visões de mundo que poderão funcionar como um lugar de desenvolvimento e frutificação de realizações pessoais ou, em alguns casos, como um espaço opressor de individualidades. Nesse contexto, é possível encontrar diversos fatores que levam uma pessoa a viver em situação de rua (BRASIL, 2008b).

Outros dados encontrados na Pesquisa Nacional entre a população em situação de rua no Brasil, é que, a predominância é de 82% de pessoas do gênero masculino e somente 18% são do gênero feminino, a maioria encontra-se entre a faixa etária de 25 a 44 anos, com baixos índices de escolaridade (sabendo apenas ler e escrever), uma baixa renda mensal, recebendo um valor entre vinte e oitenta reais semanalmente (BRASIL, 2008a). É importante avaliar que as mulheres em situação de rua que aparecem na estatística da pesquisa, são provavelmente mulheres acompanhadas por moradores de rua do gênero masculino, uma vez que, aquelas que não encontram companhia para ficar na rua, procuram formas de se abrigarem em outros lugares devido a vulnerabilidade em que se encontram e pelo perigo que a rua representa.

Devido à situação de vulnerabilidade social em que se encontram as pessoas que vivem em situação de rua, estão mais propensas a adquirirem e/ou

desenvolverem doenças devido à falta de acesso a cuidados com a higiene pessoal, a má alimentação, ao uso abusivo de drogas e álcool entre outros fatores.

Em uma pesquisa realizada, na cidade de Londrina no Paraná, sobre o processo de saúde e doença de pessoas em situação rua, conforme Aristides e Lima (2009, p.47), afirmam:

Observamos que o álcool e as drogas fazem parte da vida de muitos dos entrevistados [...] o ambiente carregado de novas situações como o estresse, a violência e a hostilidade das pessoas que passam, contribuem para o desenvolvimento das dependências químicas. Para esquecerem as amarguras do passado e as dificuldades, e até dores físicas do presente, as drogas lícitas e ilícitas são procuradas por muitos deles.

Portanto, de acordo com as autoras devido às circunstâncias que se encontram os moradores de rua e certos aspectos psicossociais acabam contribuindo para que, em muitos dos casos, essas pessoas comecem ou continuem a fazer uso abusivo do álcool e/ou das drogas.

A dependência do álcool é resultado de uma combinação de fatores biopsicossociais, ou seja, é desenvolvido em indivíduos que estão sujeitos a fatores hereditários, que sofrem influências ambientais e também a fatores psicológicos (NASCIMENTO & JUSTO, 2000).

De acordo com Büchele e Cruz (2013), o uso de substâncias psicoativas, na sociedade atual, é realizado por uma grande maioria de pessoas, ficando em primeiro lugar as drogas lícitas, como o álcool, em segundo o tabaco, e em seguida entre as drogas ilícitas mais utilizadas, as principais são a maconha, a cocaína e os solventes. As autoras ainda afirmam que cada lugar e cultura apresentam diferenças em relação à utilização e finalidade no uso dessas substâncias psicoativas, e afirmam que em nossa sociedade, as pessoas fazem uso por diversos motivos, tais como: para aliviar a dor, baixar a ansiedade, obter a sensação de prazer, reduzir a sensação de cansaço e/ou de depressão, entre outros.

O uso abusivo do álcool é menor em culturas que determinam as situações de onde, como e quando as pessoas devem beber, do que em culturas que simplesmente proíbem o uso das substâncias psicoativas. Portanto, a cultura é um

importante fator que determina a quantidade de pessoas que fazem uso abusivo do álcool e outras drogas (BÜCHELE & CRUZ, 2013).

Em um estudo sobre o alcoolismo Nascimento e Justo (2000, p. 530), apontam que a pessoa com dependência alcoólica é “[...] um sujeito marcado por uma insatisfação constante consigo mesmo devido a sua não realização pessoal na sociedade”. O autor ainda afirma que o indivíduo faz uso do álcool como uma maneira de encontrar um refúgio para alcançar uma satisfação que na realidade, devido ao sentimento de não suportar a si mesmo e o seu sofrimento, não pode ser alcançada.

As pessoas que vivem em situação de rua e fazem uso de álcool e/ou de outras drogas ilícitas se tornam mais vulneráveis a sofrerem acidentes, a terem um problema físico e/ou a desenvolverem uma doença mental, pois, devido à fragilidade (física e mental) que a droga causa no corpo as doenças que são herdadas geneticamente, como o câncer, a diabetes, a esquizofrenia, entre outras, podem ser desencadeadas e/ou geradas de forma precoce na pessoa (BOTTI et al., 2010).

Diante das diversas situações e dificuldades, como o cuidado e acesso a saúde, a falta de moradia, baixa escolaridade, entre outros aspectos que permeiam a vida de uma pessoa em situação de rua, motivaram a realização de estudos sobre o perfil dessa população nos anos de 1990, e na criação do Movimento Nacional da População de Rua, abrindo assim questionamentos que promoveram a necessidade de criação de políticas públicas voltadas para grupo de pessoas que vivem na rua (ANDRADE; FIGUEIREDO & FARIAS, 2008).

As políticas públicas voltadas para essa população que vive em situação de rua estão sendo desenvolvidos pelo Governo Federal programas de intervenção pelos setores da Assistência Social e da Saúde, os quais serão abordados no último capítulo desse trabalho. O conhecimento da realidade da vida dessas pessoas é de extrema importância para que a intervenção seja eficaz, promovendo melhorias nas condições de vida de cada pessoa que vive em situação de rua.

O morador de rua enfrenta no seu dia-a-dia as dificuldades de se viver no espaço da rua, lugar inadequado para os cuidados devidos com a saúde e para o mínimo de condições de qualidade de vida. Conhecer as necessidades, os motivos

que o levaram a viver em situação de rua e compreender a dificuldade que essas pessoas enfrentam para sair dela, são dados importantes para a criação de políticas públicas e de propostas de intervenção que possam reverter o processo de vivência nas ruas.

**3 ASPECTOS PSICOSSOCIAIS DAS HISTÓRIAS DE VIDA DE PESSOAS EM  
SITUAÇÃO DE RUA DE CAMPO GRANDE -MS**

---

Os aspectos psicossociais que caracterizam os participantes da pesquisa estão dispostos nesse capítulo pela ordem das categorias e subcategorias extraídas das falas dos participantes. Nesse capítulo são apresentados no primeiro subitem: o histórico familiar dos participantes, como era a relação do morador de rua com seus familiares, como ocorreu a quebra dos vínculos familiares e de sua relação com o meio social.

No segundo subitem são apresentadas as relações que são estabelecidas entre o morador de rua e o trabalho, o desemprego e como se sente em relação à exclusão social e como o sistema capitalista influencia nessa relação entre o homem e a sociedade. E no terceiro subitem são apresentadas as situações em que os participantes da pesquisa decidiram migrar.

### 3.1 HISTÓRICO FAMILIAR E O ROMPIMENTO DE VÍNCULOS DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

A existência humana é estabelecida e ordenada por grupos de pessoas que se relacionam entre si, e a partir dessa relação podemos encontrar as diversidades culturais que existem no mundo, as quais devem ser entendidas a partir da convivência dessas pessoas em sociedade, considerando seu contexto social, que é determinado por um período de tempo e lugar.

Em um estudo sobre como a realidade social é construída numa sociedade, os autores Berger e Luckmann (2004), afirmam que, o conhecimento humano na vida em sociedade ocorre a partir da experiência individual, provendo uma ordem de significados, que embora se reporte a uma condição sócio-histórica, surge para o indivíduo como uma maneira natural de conceber o mundo.

De acordo com Bock, Furtado e Teixeira (2001), a psicologia sócio-histórica compreende que o ser humano constrói sua existência quando realiza uma ação sobre a realidade, procurando satisfazer suas necessidades, no entanto, essa ação e essas necessidades possuem um aspecto fundamental, o de serem sociais, e são produzidas de acordo com a história das pessoas que vivem em sociedade.

O cotidiano de vida das pessoas é revelado por meio de uma conduta subjetiva repleta de sentidos que produzem a história de suas vidas. O indivíduo quando nasce se relaciona com o mundo externo de forma complexa, e torna-se pessoa a partir de sua relação com o ambiente, conforme afirmam os autores Berger e Luckmann (2004, p.71),

[...] o ser humano em desenvolvimento não somente se correlaciona com um ambiente natural particular, mas também com uma ordem cultural e social específica, que é mediatizada para ele pelos outros significados que o têm a seu cargo.

A socialização acontece em um determinado contexto a partir de especificidades de uma estrutura social. E o processo de socialização ocorre quando o indivíduo, no início de sua vida, começa a absorver do mundo social a realidade objetiva presente, sendo que essa última se relaciona com a história de vida que cada um produz, ou seja, a realidade subjetiva do indivíduo (BERGER & LUCKMANN, 2004).

A criança ao nascer passa pelo processo de socialização primária, no qual, a sociedade apresenta para ela um conjunto previamente definido de diversos significativos, aos quais se identifica automaticamente. Esse processo termina quando a pessoa se torna um membro ativo, com uma personalidade, no entanto, a socialização e a interiorização do seu mundo social e de sua identidade continuam a ser transformadas na socialização secundária (BERGER, LUCKMANN, 2004).

Seguindo a compreensão do processo de socialização, Berger e Luckmann (2004, p.185), afirmam que na socialização secundária a pessoa passa a interiorizar “[...] ‘submundos’ institucionais ou baseados em instituições (...) determinados pela complexidade da divisão do trabalho e a concomitante distribuição social do conhecimento”. Nesse tipo de socialização a pessoa passa a se relacionar com outros grupos que diferem entre si, em suas particularidades, influenciando a realidade subjetiva da pessoa.

A presente pesquisa trata de fragmentos da história de vida de pessoas em situação de rua. Inicialmente os participantes dessa pesquisa narraram suas experiências de vida com sua família. Ao relatarem sobre seu passado e constituição familiar, constata-se que todos nasceram e passaram por um processo

de socialização primária com suas respectivas famílias. É importante considerar que embora muitas dessas famílias encontravam-se em situação de pobreza nunca estiveram em situação de rua. Portanto, os participantes da pesquisa não eram provenientes de famílias que teriam passado por situação de rua. Também podemos considerar que todos os nossos participantes da pesquisa tiveram experiência familiar, ou seja, nenhum destes esteve em alguma Casa de Acolhimento para crianças e adolescentes. Desta forma, consideramos que apesar dos relatos dos participantes da pesquisa não apontarem para grandes problemáticas sociais em suas respectivas famílias, sabemos que as relações sociais de afetividade e proximidade, se comprometidas podem desencadear diversas problemáticas que impactam a vida em família. A partir do relato dos entrevistados, apenas duas situações foram apontadas como problemáticas e as apresentamos no decorrer deste texto. Assim, constata-se que somente na fase da adolescência para alguns, e na fase adulta para outros, é que essas pessoas passaram por dificuldades que levaram a se tornarem pessoas em situação de rua.

Desta forma compreendemos que a família constitui uma parte importante na vida dessas pessoas que no decorrer da vida, em seus processos de socialização, foram progressivamente tendo seus vínculos fragilizados até serem totalmente rompidos. Dessa forma, segue abaixo um breve relato sobre a vida passada dos moradores de rua desta pesquisa.

- ✓ **O Gibi**<sup>2</sup> tem 49 anos, tem o ensino fundamental completo, nasceu em Alto Paraná, no interior do Paraná, mas se mudou com a família para São Paulo, na capital. Foi preso com 20 anos de idade por envolvimento com tráfico de drogas, saiu com 40 anos da prisão e desde então, vive em situação de rua. Atualmente seus pais e irmãos são falecidos, não constituiu família, e os parentes que tem são tios e sobrinhos, que vivem em cidades do interior de São Paulo.

---

<sup>2</sup> Os nomes dos sujeitos participantes da pesquisa foram trocados para preservá-los no anonimato. Os nomes escolhidos para cada sujeito são apelidos muito comuns e frequentes entre as pessoas que vivem em situação de rua, que mudam seus nomes e dos companheiros por apelidos de acordo com alguma característica da pessoa, algumas vezes são chamados pela profissão que exerciam, pelo estado ou cidade que moravam, por alguma característica física, por lembrar algum personagem, entre outras características marcantes da pessoa.

- ✓ **O Aviador** tem 44 anos, nasceu em Aquidauana, no interior de Mato Grosso do Sul, estudou até o sexto ano do Ensino Fundamental. Atualmente o pai é falecido e a mãe mora com a irmã em Campo Grande - MS. Quando se mudou com seus pais para Campo Grande constituiu família com esposa e dois filhos, adquiriu bens materiais como casa, carro, e tinha um emprego estável. Depois de um pouco mais de dez anos de casado se divorciou deixando a esposa os dois filhos que moram em Campo Grande, MS.
- ✓ **O Brother** tem 53 anos, tem ensino médio completo, nasceu em Florianópolis, no estado de Santa Catarina, viveu com os pais até a fase adulta. Nessa fase houve a separação dos pais, e seu pai se mudou e constituiu outra família no estado de Alagoas, a mãe mora com um dos dois irmãos em Florianópolis, e por fazer tempo que não tem contato com a família acredita que eles moram no mesmo local onde viviam em Santa Catarina.
- ✓ **O Tiririca** tem 35 anos, nasceu em Ferraz de Vasconcelos, no interior do estado de São Paulo, estudou até o terceiro ano do Ensino Fundamental, e cresceu ao lado da família. Atualmente a mãe e os irmãos moram no interior de São Paulo. Constituiu família, mas se separou deixando com a esposa uma filha.
- ✓ **O Gaúcho** tem 23 anos, estudou até o primeiro ano do ensino médio, nasceu em Sussuapara, no estado do Piauí. Mudou-se com um ano e meio de idade com a família para Campo Grande, MS. Os pais moram com um dos irmãos, e outro irmão é casado e mora com a família, ele não constituiu família.
- ✓ **O Gordinho** tem 35 anos, nasceu em Bonito, no interior de Mato Grosso do Sul, estudou até o oitavo ano do Ensino Fundamental. Mudou-se para Curitiba, onde constituiu família. Após o falecimento de sua mãe, os problemas com a esposa se intensificaram e se separou um ano e meio depois do nascimento da filha, devido à violência física e psicológica com

que tratava a esposa. Após 15 anos, para proteção da ex-mulher e da filha, os conhecidos na cidade de Curitiba não revelam o lugar onde elas vivem.

- ✓ **O Maranhão** tem 41 anos, nasceu em Guaíra, no interior do Paraná, quando estava com quatro anos de idade mudou-se com a família para Várzea Grande no estado do Mato Grosso, e estudou até o terceiro ano do Ensino Fundamental. Casou-se, e em seguida se mudou com a esposa para Maringá, no Paraná. Depois que os filhos nasceram se mudaram para Campo Grande, MS. Atualmente está divorciado e não tem contato com a esposa e filhos há uns dois anos, e os irmãos há uns cinco anos.
- ✓ **O Bugão** tem 21 anos, nasceu em Campo Grande, MS, estudou até o primeiro ano do Ensino Médio. Morou com a família até os 14 anos de idade. depois morou um tempo com uma tia, e começou a fazer uso de drogas. Depois de um tempo, conheceu uma mulher com quem morou junto apenas por um ano. Quando se separou não voltou mais para casa dos pais, tem pouco contato com a família atualmente.
- ✓ **O Corumbá** tem 30 anos, nasceu em Coxim, no interior do Mato Grosso do Sul, estudou até o oitavo ano do Ensino Fundamental. Morou com a mãe até os seus 18 anos, e devido aos problemas com o abuso excessivo do álcool começou a dormir nas ruas da cidade. Com o intuito de ajudar, seus irmãos o trouxeram para Campo Grande, e de acordo com os seus relatos, aos poucos começou a dormir nas ruas da cidade e voltava só para tomar um banho. Com o passar do tempo a frequência com que comparecia em casa foi diminuindo e atualmente tem pouco contato com os irmãos e com a mãe.
- ✓ **O Pastor** tem 63 anos, estudou até o oitavo ano do Ensino Fundamental, nasceu em Ribeirão Cascalheira, no interior do Mato Grosso, os pais são falecidos e não tem contato com os irmãos. Constituiu família em Cruzília

no estado de Minas Gerais, depois de algum tempo ficou viúvo e não se casou novamente.

É relevante considerar que, de certa forma, todos pertenciam a um grupo familiar que não se encontrava em situação de rua. Conforme Jodelet (2011), o ser humano tem a necessidade de pertencimento social, e o ajustamento e o comprometimento emocional com relação ao grupo ao qual a pessoa pertence faz com que sua identidade seja aplicada ao grupo e vice-versa. Considerando que no processo de socialização o grupo interfere na realidade subjetiva e consequentemente na formação da identidade, ou seja, a imagem que a pessoa tem de si própria encontra-se vinculada à imagem que a pessoa tem do grupo.

Também é significativo considerar que ao longo da história a família tem apresentado configurações importantes na sociedade. No período da colonização o modelo de família trazido da Europa era o de família tradicional, patriarcal, extensa e rural, gerando modificações nos modelos familiares indígenas que se encontravam aqui. A família patriarcal tinha um formato dominante de constituição social e política, e tinha em seu domínio, o controle dos recursos da sociedade. Portanto, a família tem funções de proteção e de socialização de acordo com o contexto sociocultural (CAYRES, 2009).

Conforme Passos (2005), a noção de família compreende a relação de pessoas com laços biológicos que se relacionam entre si dentro de um espaço privado, nesse relacionamento mútuo existem trocas de afetos e a possibilidade de reconhecimento entre os sujeitos, e como frutos desse relacionamento surgem experiências dos impasses, dos conflitos, e enfim dos prazeres e desprazeres que esse tipo de intimidade estabelece.

No entanto, atualmente compreende-se por família a relação de pessoas que coabitam em um mesmo local, e para que haja um entendimento das funções internas da família, é necessário um olhar sobre suas diferentes formas de construção de laços, entre as pessoas que constituem o grupo familiar e sua caracterização em cada contexto social.

Um dos participantes demonstra a fragilidade dos vínculos ao longo da sua história de vida e como as condições de emprego do pai, que trabalhava como guarda noturno a noite possivelmente ajudou no surgimento de conflitos como a falta de diálogo, a violência e o abuso de álcool por parte do pai, além das desavenças dentro de casa, formando um círculo vicioso que contribuiu para o processo da quebra de vínculo e seu afastamento da família.

**Gaúcho:** *eu me lembro que aos seis ano começou as dificuldade, já foi por aí...a dificuldade foi o seguinte: que eu ia pra escola, eu queria era mais brinca, e aí meu pai pegava eu de purrete, entendeu? Aí ele bebia demais, e começou a se embriagar demais, e quando ele chegava, ele queria silêncio porque ele trabalhava noturnamente de guarda, e queria silêncio. E, eu como dormia a noite toda, acordava dando trabalho. Eu ia pra escola tirava nota baixa, não dava muito valor, eu era muito desobediente, na verdade. E nisso aí, no decorrer do passado já foi vindo as dificuldades, porque era o tempo que podia te aprendido a escrever, a lê, se aperfeiçoar bem, e não pude fazer isso por causa que eu dei mais valor nas coisa momentânea ali.*

A constituição da família moderna de acordo com Reis (1987), independente de sua forma e composição, foi influenciada por uma ideologia familiar criada a partir do capitalismo com a formação de padrões da família burguesa que foi plenamente estabelecida no início do século XIX, e que permeava - com algumas mudanças em sua estrutura - os padrões do núcleo familiar do século XX, ou seja, os membros das famílias desempenhavam determinadas funções que se relacionavam diretamente com a divisão no trabalho entre homem e mulher, assim como os donos de empresas e os empregados.

No caso das crianças, Miranda (1987, p.127), afirma que “[...] a ideia moderna de infância foi determinada socialmente pela organização social capitalista, definida pelos interesses de uma classe ascendente: a burguesia”, influenciando no processo de socialização da criança na escola e na sociedade, e afirma que surgiu na relação familiar a necessidade de ajudar a criança a assimilar as normas (vigentes na sociedade) e penalizá-las caso se recusassem a segui-las, colocando essa situação como uma condição natural da infância. Portanto, atualmente essa forma de caracterizar a criança, é possível perceber que conforme foram aumentando as necessidades no grupo familiar de acordo com a ordem capitalista, os pais passaram a deixar sob a responsabilidade da escola o dever de formar, educar e preparar a criança para a vida e principalmente para o mercado de trabalho.

De acordo com os autores acima a vida do Gaúcho foi permeada por conflitos gerados a partir de ideias advindas do capitalismo, primeiro em relação à importância do trabalho, pois a família enfrentava condições difíceis devido o trabalho noturno como vigia, do pai do participante, que de certa forma ficava mais nervoso com o barulho produzido pelo filho, em casa. Outra situação é em relação aos estudos, que implica no papel imputado à criança a partir do modelo familiar criado a partir do surgimento do sistema capitalista, e a questão da educação que é transferida da família para a escola, visando desde cedo a preparação da criança, e posteriormente a formação de pessoas para o mercado de trabalho.

**Gaúcho:** *Aí, no decorrer disso eu passei pra adolescência. Aí nisso, uns treze pra catorze ano, aí eu já comecei a sair de dentro de casa, de onze ano em diante comecei a sair de dentro de casa, e meu pai espancava muito ainda eu, (ele) bebia demais entendeu? [...] Depois aí comecei a usar cigarro, fumar cigarro, veio a bebida, aí depois desse ponto com doze ano eu já conheci a maconha. Aí, com treze ano eu passei a usar já a cola de sapateiro, poucas vezes, isso aí não foi tanto. Nesse tempo eu tava em casa ainda, e eu mantinha escondido isso da família. Meu pai e minha mãe não era conhecedores daaa .... nunca teve um esclarecimento sobre essa coisa, por isso que eu acho que o pai e mãe deve ter uma mente aberta em relação a droga, a bebida, a tudo, né? Porque quando chega a adolescência de um filho, ainda mais num período de onze até dezoito ano, sempre o pai tem que tá acompanhando... dos dez ano de idade, que é um período difícil do jovem, né?*

Podemos perceber nesse relato que o morador tem consciência dos processos pelos quais passou e da perda de vínculos, da condição do adolescente e principalmente da importância da família no que se refere ao apoio para um bom desenvolvimento e amadurecimento psíquico e emocional mais equilibrado enquanto pessoa.

Em outro caso, um dos participantes da pesquisa, relata que, ainda muito jovem se envolveu com a criminalidade, e relatou que devido a esse envolvimento, os vínculos com os familiares se tornaram frágeis, e sentiu dificuldade em se reaproximar da família, devido à situação de vulnerabilidade em que ele se encontrava ao sair do presídio, onde ficou preso por 20 anos.

**Gibi:** *Eu tenho tio, eu tenho sobrinho, né? Que mora em Americana, tem um que mora em São Paulo também, mas são vínculo muito distante também pra mim procurá, porque também... éee a princípio não são parente, parente é irmão, pai e mãe, né? ou então filho ou filha né? (...) Contato eu posso até ter, eu sei onde eles moram, né? Tenho o endereço*

*deles, mas eu não sou bem-vindo, não sou bem aceito, talvez possa ser, que eu seja aceito dum dia pro outro, mas no segundo dia já tô vendo política, já tô vendo algo diferente por causa d'eu estar ali, infiltrado ali, e principalmente com esses problemas de doenças que eu tenho, né? queeee éee esses problema que a Sra. sabe! Que é o HIV, hepatite, sífilis, né? eee e um monte de doença, então, já tem um álibi pra que eu não fique ali, né? (...) Já procurei, procurei, procurei, mas eu vi queeee ... me senti muito rejeitado, né? e muito ignorado, né? vô dize nem preconceituado... ignorado, né? Então, aí eu preferi mais ficá pelo mundo.*

Nesse relato é possível identificar que a fragilidade nos vínculos familiares pode acontecer por diversos motivos, pois a maneira como o indivíduo se comporta na sociedade influencia na atitude da família em aceitá-lo ou não no convívio familiar. Avaliando o contexto em que o participante se encontrava ao sair do presídio, é possível que ao passar por situação de exclusão perante a sociedade, assim como diante de pouca oferta de emprego para pessoas recém-saídas do presídio a família não soube lidar com essa situação e também o exclui do convívio familiar. Cabe ressaltar que, dos entrevistados, esse é o único caso em que o sujeito teve seu vínculo familiar fragilizado e quebrado devido o seu envolvimento com a criminalidade, e em seguida por sofrer o preconceito em relação às Doenças Sexualmente Transmissíveis (DSTs e AIDS).

Em estudos com base na vertente psicossociológica a categorização divide o meio social em grupos, onde as pessoas são avaliadas como equivalentes de acordo com suas características, atitudes e intentos em comum, ou seja, as pessoas fazem parte de um grupo social na medida em que se identificam com os outros componentes do grupo, e quando as características diferem muito entre si, há a possibilidade de discriminação e de exclusão (JODELET, 2011).

Sobre a questão da exclusão social, é interessante observar o processo de desqualificação social, estudado e elaborado por Paugam (2011, p. 78), o qual avalia que a ruptura dos vínculos sociais é a última fase desse processo, e é caracterizado como:

[...] um acúmulo de fracassos que conduz a um alto grau de marginalização. Sem esperança de encontrar uma saída, os indivíduos sentem-se inúteis para a coletividade e procuram o álcool como meio de compensação para sua infelicidade.

Nessa fase as pessoas rompem o vínculo com a família e com a sociedade, pois estão enfrentando dificuldades em todos os setores de sua vida como a falta de apoio familiar, de moradia, de emprego, sem as mínimas condições de saúde, entre outros fatores, que o levam a ficar em situação de rua e a passar por um processo de desqualificação social.

Nesse processo a pessoa passa por situações que a desqualifica no meio social em que vive, e de acordo com Paugam (2011), aquelas pessoas que não conseguem prover seu sustento dignamente, e não tem condições de suprir as suas necessidades básicas, recebem os atendimentos ofertados pelos serviços socioassistenciais. E em alguns casos, essas pessoas tornam-se dependentes desses serviços prestados, uma vez que, sempre volta ao estado de vulnerabilidade inicial, necessitando novamente de atendimento. Esse processo cria uma relação de dependência com os serviços socioassistenciais e, na maioria das vezes, faz com a pessoa se torne passiva diante de sua situação de vulnerabilidade.

Após passar pelo processo de desqualificação social, a pessoa se sente envergonhada por não conseguir corresponder aos padrões sociais, principalmente no ambiente familiar. Nesses casos, a pessoa prefere se afastar do convívio familiar, ao invés de pedir ajuda e só volta a reatar os laços com os parentes, caso consiga se restabelecer no meio social (PAUGAM, 2011).

De acordo com Bauman (2004), a sociedade contemporânea apresenta fragilidade em seus relacionamentos humanos, que por sua vez, produz um sentimento de insegurança que acaba por impulsionar no ser humano sentimentos conflitantes em relação ao desejo de manter os vínculos apertados e/ou frouxos ao mesmo tempo.

Devido a essa fragilidade dos vínculos em suas relações, as pessoas acabam se tornando redundantes<sup>3</sup>, ou seja, são os rejeitados, considerados lixo ou refugio humano, por não se ajustarem ou não corresponderem aos moldes de utilidade sugeridos pelos padrões da sociedade. Aquelas pessoas, que devido às

---

<sup>3</sup> De acordo com Bauman (2005, p.20) Ser redundante significa ser extranumerário, desnecessário, sem uso – quaisquer que sejam os usos e necessidades responsáveis pelo estabelecimento dos padrões de utilidade e de indispensabilidade.

circunstâncias da vida, não conseguem prover financeiramente um meio de sobrevivência para si são considerados fora dos padrões da sociedade capitalista, e por fim, consumista em que vivemos. Na condição de redundante a pessoa passa a desenvolver sentimentos de baixa autoestima, falta de propósito de vida, falta de dignidade e não se sentem úteis ao meio social em que vivem (BAUMAN, 2005a).

O consumo tem se tornado o foco principal da sociedade contemporânea, de forma que, o “ter” algo é mais importante do que o “ser”, e a inversão desses princípios e valores acabam gerando as desigualdades sociais, favorecendo a competitividade e o individualismo. Diante desse quadro, e como consequência, as pessoas enfrentam um sentimento de insegurança em diversos setores da vida, seja na questão econômica, ética-moral, política entre outras questões relacionadas com a vida em sociedade (BUCHELE; CRUZ, 2013).

Essa insegurança está relacionada ao medo que para Bauman (2008, p.11), pode se originar de diversas situações na vida da pessoa, conforme sugere:

[...] eles podem vazar de qualquer canto ou fresta dos nossos lares e de nosso planeta. Das ruas escuras ou das telas luminosas dos televisores. De nossos quartos e de nossas cozinhas. De nossos locais de trabalho e do metro que tomamos para ir e voltar. De pessoas que encontramos e de pessoas que não conseguimos perceber. De algo que ingerimos e de algo com o qual os nossos corpos entraram em contato.

Dessa forma, as pessoas se sentem inseguras no convívio relacional entre si, pois ao viverem em um meio social e cultural que apresentam ameaças à sua vida ou à sua integridade, esse sentimento orienta e influencia o comportamento das pessoas, pois se veem cercadas de perigos, e da probabilidade desses perigos se concretizarem em suas vidas. É uma sensação de insegurança por não conseguirem prever se serão atingidas ou não por esses perigos, além de se sentirem vulneráveis por não confiarem nas defesas que estão disponíveis (BAUMAN, 2008).

O medo é algo inerente ao ser humano e na sociedade atual, é vivenciado e se exprime pela insegurança existente em suas relações com o outro, com o mundo e com o inevitável enfrentamento da morte como um fim inegociável. A ameaça de morte é sentida pelas pessoas desde o seu nascimento e continua presente constantemente, obrigando-a a construir e seguir uma sequência de condutas que a

levem a evitar o encontro com a mesma, esse processo é denominado por Bauman (2008), como desconstrução da morte. Outra forma de se evitar o pavor da morte é por meio da banalização da mesma, na qual, a experiência de morte é encenada por várias vezes, suavizando assim o medo da morte.

Para Bauman (2008), nas relações entre as pessoas, os laços entre parentes e amigos são formas de vínculos que criam uma relação denominada pelo autor como eu-você, e quando a morte alcança um desses envolvidos nessa relação, aquele que fica, passa pela experiência de morte, sendo essa a forma singular que a pessoa experimenta a morte enquanto vive, e ao perder o outro se perde seu conteúdo também, e dá lugar ao vazio e a solidão.

Quando há fragilidade nas relações e ocorre uma quebra de vínculo na relação eu-você, apesar de não ser uma situação de separação causada por morte, a experiência serve como um aviso constante da mortalidade que faz parte e caracteriza a vida do ser humano. Nesse caso a quebra do vínculo causa uma morte relacional que segundo Bauman (2008, p. 64),

[...] torna-se um elo constante e indispensável a sustentar a interminável sequência de “novos começos” e esforços para “renascer”, traços característicos da vida líquido-moderna, e um estágio necessário em cada uma das séries infinitamente longas dos ciclos de “morte-renascimento-morte”. No drama permanente da vida líquido-moderna, a morte é um dos principais personagens do elenco, reaparecendo a cada ato.

Na morte relacional a quebra do vínculo, na maioria das vezes, divide as pessoas da relação entre os que agredem e os que são vítimas, para um dos lados a separação proporciona o sentimento de estar liberto e ao mesmo tempo para o outro o sentimento experimentado é de ser rejeitado e/ou excluído (BAUMAN, 2008).

Os laços de família são rompidos, uma vez que, os integrantes do grupo familiar não conseguem ajudar e/ou enfrentar juntamente com um dos membros da família as dificuldades da dependência do álcool e das drogas, entre outras situações, que muitas vezes, requer auxílio de profissionais capacitados na área da saúde no caso da dependência química.

Nesse processo de fragilidade e rompimento dos vínculos, a família faz um “investimento” (que pode ser emocional e/ou material) para que a pessoa consiga

sair da situação da dependência e do vício, no entanto, a pessoa ao sentir que a expectativa imposta sobre ela, está além das suas possibilidades para corresponder ao padrão de conduta esperado, se refugia ainda mais no mundo ilusório das drogas e do álcool.

De acordo com Reis (1987), esse padrão de conduta imposto pelo grupo familiar, foi formado a partir da constituição da família nuclear burguesa, que foi criada e fundamentada pelo sistema capitalista, o qual delineou o papel a ser desempenhado por cada membro da família. Aqueles que não conseguiam desempenhar seu papel a altura do modelo “burguês”, acabavam se tornando desnecessários e inconvenientes tanto para a sociedade como para o grupo familiar.

Um dos entrevistados (Gordinho) mantinha o vínculo familiar com a esposa e filha no período em que a sua mãe estava viva. Após a morte da mãe, ele se mudou com a família para Curitiba, para ficarem mais próximos dos familiares da esposa, e os conflitos e as dificuldades no relacionamento se intensificaram, pois ele foi ficando violento com a esposa, agredindo-a fisicamente e verbalmente com ameaças de morte. Devido o uso de substâncias químicas, o próprio entrevistado declara que se transformava em outra pessoa, e que não se lembrava de nada depois que passava o efeito da droga. Diante dessa situação, a família da ex-mulher a escondeu com a filha, e ele perdeu o contato. Atualmente fazem 15 anos da separação, já a procurou algumas vezes, mas não consegue reaver o contato com a família.

**Gordinho:** *Eu me casei em Curitiba, moramos um tempo em Bonito quando minha mãe era viva. E indo pra Curitiba, voltando pra lá, a minha esposa sumiu, né? Nós nos separamos, e ela pegou minha filha e sumiu você entende?*

Em conversa com o Gordinho, em outro momento fora da entrevista, foi possível perceber que a violência praticada por ele contra a esposa e a filha era uma reprodução da violência que ele havia sofrido com o pai, que era alcoolista, e além de bater na mãe, o espancava muito quando era criança. Os vínculos fragilizados pela violência e pelo vício de substâncias psicoativas se repetiram da família geracional para a família constituída.

Nesses relatos é possível perceber que a quebra de vínculo e o afastamento da família ocorreu em um processo gradativo, devido às circunstâncias e as dificuldades de relacionamento que as pessoas se encontravam, e se acentuaram pelos conflitos causados pela dependência de substâncias psicoativas como o álcool e as drogas. Percebe-se também que as regras e normas impostas pela sociedade, priorizam e valorizam as pessoas que trabalham e produzem, no entanto, a pessoa que acaba desenvolvendo por tendências biológicas ou circunstanciais uma dependência de álcool ou de drogas, não consegue acompanhar a rotina de trabalho, acaba sendo desvalorizada enquanto pessoa, e não recebe ajuda e nem tratamento adequado para redução dos problemas ligados ao vício do álcool e das drogas.

No relato a seguir, a história de vida do Aviador, nos mostra que este tinha uma vida considerada estável, pois constituiu família, tinha um bom emprego, conseguiu acumular bens como imóveis e outros, no entanto, devido ao uso abusivo do álcool e conflitos familiares gerados por esse uso, culminaram em um processo de quebra de vínculos, primeiro com a separação do casal, depois com venda dos bens, a perda do emprego, e em seguida para a situação de rua. Não foram detectados na entrevista os motivos reais que o levaram a se tornar um dependente de álcool e drogas, mas, desde então, sente vergonha de ter contato com as pessoas de sua família.

**Aviador:** *Olha tudo por causa do álcool. É! eu bebia demais e a minha esposa chegou um dia e falo "Ó! eu num suporto mais isso, num guento mais!", e eu tinha uma casa na Coophavila II, aí ela saiu da casa veio pra outra casa aqui na Coophatrabalho que era nossa também. E aí quando ela saiu de casa, eu em vez de me conscientizá e falá "Não! Perdi por causa do álcool", aí que eu me afundeij, aí que chegava em casa com aquele vazio, aquela coisa sabe? Aí fui bebendo cada vez mais, cada vez mais, eu trabalhava na Andorinha (Empresa de ônibus rodoviário), aí fui demitido da Andorinha, tinha onze anos de Andorinha aí fui demitido. Aí eu acabei com tudo, vendi carro, vendi casa e a parte dos meus filhos eu entreguei, fiz tipo uma poupança, eles já usufruíram por causa da faculdade deles. Eeee o resto eu invernei na bebida. Foi aonde que eu conheci a situação de rua. Éee porque eu num queria que a minha mãe me visse naquela situação. Eu queria me escondê do problema causado pela bebida, pela separação, e não queria que a minha mãe me visse naquela situação, né? E meu pais na época tava doente, então eles iam sofrê mais, aí é onde eu fiquei em situação de rua.... desde 2001 quando eu me divorciei.*

São vários os motivos da quebra do vínculo familiar, e estes acabam se repetindo em todos os relacionamentos além do grupo familiar. A morte relacional abrange todas as relações socioafetivas do morador de rua, que é excluído em uma sociedade, na qual, a família segue os padrões e normas regidas pelo sistema capitalista, onde as pessoas são valorizadas pelo sua capacidade produtiva e não há outras qualidades humanas que se remetam ao desenvolvimento da vida. Portanto, essas pessoas são excluídas e mortas para vida relacional em sociedade e o que os leva a um comportamento autopunitivo, autodestrutivo, e a negação de si mesmos como pessoas que possuem valor.

Sendo assim, os participantes da pesquisa, acabaram envolvendo-se com o álcool e/ou drogas, num processo lento e gradativo. Após isso, rompem lentamente com seus relacionamentos familiares e perdem o emprego. Esse processo de rompimento é demorado e processual, e não há uma única lógica, ou seja, a quebra do vínculo nunca acontece de forma rápida, é de forma lenta que as relações vão aos poucos se esvaindo e rompendo-se gradativamente até a exclusão completa por parte da família, dos amigos, das relações de trabalho e outras, porém não necessariamente nesta ordem dos fatos.

Todavia, é importante assinalar, que a grande parte dos participantes da pesquisa apresentou problemas de dependência de álcool e outras drogas, gerando um círculo vicioso, no qual a destituição de laços acontece de forma um tanto simultânea, e ao mesmo tempo rompem-se, passo a passo, os vínculos que a pessoa possui.

***Tiririca: Foi mais o alcoolismo. Minha ex-mulher, as discussão com meus irmãos dentro de casa. Eu já num queria também sê desgosto pra minha mãe. Então, saí passei pelo Arsenal da Esperança lá em São Paulo, eu trabalhei em evento lá e depois eu fui pra Mato Grosso. E até agora tô por aqui.***

***Gaúcho: Foi a droga, e eu achava que era as outras coisas né? Como assim, família jogando indireta, dizendo "Ooo você num vai trabalhá?", "Ou, você num vai fazê isso?", "Você num vai fazê aquilo?", mas na verdade num era, era a droga que me atrapalhava, a droga, cigarro e bebida.***

**Maranhão:** *Por causa de desilusão no começo. E os vícios também, vícios de droga e álcool, e a desilusão foi do amor da minha família e da minha esposa.*

**Bugão:** *Eu já fui casado por um ano e nove meses, né? Aí não deu certo. Porqueeee.... ixi.... **no mundo das drogas eu preferi as drogas**, no mundo da rua eu preferi a rua, então, não deu certo. [...] Não, não tenho filhos ainda. Sei, lá no Noroeste (bairro), minha mãe e meu irmão, meu pai eu num conheço desde pequeno, mas assim, tenho... tenho...*

Para Nascimento e Justo (2000), a falta de referência sócio-afetiva por parte da família, e as discordâncias conjugais são os principais motivos para que uma pessoa fique em situação rua, e ponderam que a fragilidade e a quebra de vínculos familiares, tem sua origem formada por circunstâncias sociais precárias, que em algum momento o indivíduo se mantém fora dos arranjos estruturais da norma social vigente, ou voluntariamente, se separa dos moldes de comportamento dos indivíduos que tem status e papel definido, dentro daquele sistema e/ou norma social.

Somente em único relato o vínculo com os familiares foram rompidos devido a um grave acidente que envolveu a morte dos membros da família. Após algumas tentativas de recomeçar, trabalhando em outras cidades, o mesmo não constituiu família novamente, possivelmente devido a um trauma e/ou um luto mal elaborado, e a experiência de vida nas ruas foi acontecendo gradativamente, conforme ia perdendo os bens que possuía, principalmente pela falta de esperança deste em relação ao seu futuro.

**Pastor:** *Sou viúvo. A minha esposa faleceu num acidente de carro, ela e os dois filho, um com catorze e o outro com doze, e ela também e o meu cunhado que tava no volante, mas mesmo assim eu num me entreguei assim. Depois que faleceu, eu num me entreguei na bebida, num me entreguei nas droga, droga eu nunca usei. Cigarro, eu nunca pus um cigarro na boca, convivo no meio de todo mundo, você sabe!? Na rua, convive no meio de bom, de ruim, de tudo, né? Você sabe! [...] Foi em oitenta e quatro (falecimento da família), eu tava em Minas, eu saí em oitenta e cinco, oitenta e cinco eu fui pra São Paulo, depois eu fui pro Rio de Janeiro, mas naquele tempo eu trabalhava muito mesmo. Desde oitenta e cinco eu saí de Minas, porque eu saí até bem estruturado, eu sô de família pobre, mas eu saí bem estruturado, eu saí com um carro, saí com umas ropa boa, saí com dinheiro, e entrei naaaa... hoje fala balada, má antigamente era gafieira, né? Aí entrei, torrei tudo, aí fiquei que nem o filho pródigo, o filho pródigo voltô, mas eu num voltei, num quero mais voltá, porque pra mim chega do jeito que eu estou, porque se eu saí bem*

*estruturado, bem coisa, agora volta com o "papo de ema" nas costas, caminhante (risos) aí é complicado, aí sinceramente, hein!*

Para Basso e Wainer (2011), o luto é o processo no qual, ao morrer um ente querido, os que ficam, sofrem com o rompimento do vínculo afetivo, e o nível de aceitação e a melhor elaboração desse luto pode variar de acordo com o tipo de morte que ocorre. É mais fácil elaborar o luto quando já se espera que a morte possa ocorrer, como exemplo, nos casos em que as pessoas adoecem por um problema de saúde grave ou já está com uma idade avançada, já nos casos de morte repentina, sem uma prévia do que possa ocorrer, a elaboração do luto pode ser mais difícil.

As pessoas que perdem filhos em acidentes de carro sentem-se culpadas, com raiva e deprimidas, tendem a adoecerem com mais facilidade de doenças psicológicas como a depressão e a ansiedade, sendo assim, a morte repentina e precoce de membros da família dificulta a elaboração do luto em seu processo normal (BASSO; WAINER, 2011).

Em relação à ruptura dos vínculos familiares e suas possíveis consequências comenta Costa, (2005, p. 3), que,

[...] a perda dos vínculos familiares, decorrente do desemprego, da violência, da perda de algum ente querido, perda da autoestima, alcoolismo, drogadição, doença mental, entre outros fatores, é o principal motivo que leva as pessoas a morarem nas ruas.

Da vivência no grupo familiar até o momento em que a pessoa começa a viver em situação de rua, ocorre nesse íterim o que Paugam (2011), afirma como processo de desclassificação social. O conceito do processo de desclassificação social elaborado por Paugam se remete ao caso de pessoas que, de alguma forma acabaram entrando em descrédito perante a sociedade, e como consequência não fazem mais parte da mesma (ZIONI, 2006).

Para Paugam (2011), no processo de desclassificação social, a pessoa passa por vários momentos de dificuldades nas relações familiares e com o outro, se sente humilhada e aos poucos vai sentindo a necessidade de se fechar sobre si mesma, quebrando o vínculo que já estava fragilizado, devido aos conflitos e as dificuldades advindas do ambiente familiar.

Além dos problemas familiares a desclassificação social, é uma das possibilidades de relação entre a população pobre (que é dependente de atendimentos e serviços socioassistenciais) e a sociedade. As pessoas ao serem assistidas pela assistência social são estigmatizadas, têm sua identidade alterada e passam a se sentirem indignos de pertencerem a uma classe social. No entanto, ao se tornarem assistidos por um serviço assistencial, sofrem um tipo de exclusão relativa, na qual, essas pessoas dentro de uma estrutura social fazem parte de um todo (PAUGAM, 2011). Sendo assim, as pessoas que são desclassificadas socialmente possuem uma relação de interdependência com a sociedade.

Uma vez que os laços familiares são quebrados, a pessoa fica sem referência. Mas não é somente a quebra do vínculo familiar que faz com que ela vá para rua, é a quebra de todos os vínculos e a destituição dos mínimos sociais, ou seja, a pessoa perde todos os seus bens materiais e possibilidade de poder continuar trabalhando. Assim, é a perda dos vínculos com sua família e amigos, mas também a destituição material, de seus bens materiais, que pode levar uma pessoa a viver na rua.

### 3.2 A SITUAÇÃO DE RUA E AS POSSIBILIDADES DE TRABALHO

O trabalho tem se apresentado em diversas configurações ao longo dos anos, influenciando no estilo de vida das pessoas, seja no meio rural ou no meio urbano, o trabalho sempre foi um termo de destaque na sociedade.

Em cada época foram determinadas posições e condições de trabalho, como exemplo, no sistema feudal as pessoas que não tinham condições de fornecer, por si mesmas, o sustento e proteção para sua família, se dispunham a trabalhar para outra pessoa, que em troca, lhe dava condições de manter a família. Já no sistema da escravatura colonial houve um retrocesso nos relacionamentos humanos, uma vez que, as pessoas são tratadas como um produto de compra e venda, sem direito algum (GUARESCHI, 2011).

Com o passar do tempo foram se aprimorando os recursos e instrumentos de trabalho no meio agrícola, e foram surgindo a produção de objetos manufaturados.

No entanto, é a partir da revolução industrial, com a criação de máquinas e a construção de fábricas que surgiu um novo marco na história da humanidade (GUARESCHI, 2011).

Concordando com o autor acima, Albornoz (1998, p.10), diz que o sentido que se tem dado ao trabalho nos dias atuais “[...] se refere à passagem moderna da cultura agrária para a industrial”, e desde então, tem ocorrido modificações e transformações nas relações entre as pessoas.

A partir da revolução industrial, devido às transformações relacionadas ao campo de trabalho, começa a surgir também, uma nova forma de relação entre as pessoas, e dessa forma, passa a existir duas classes e/ou grupos distintos de pessoas, o primeiro, eram os donos das máquinas e das fábricas, e o segundo, o trabalhador, pessoas com mão de obra para o trabalho (GUARESCHI, 2011).

Nessa época – da revolução industrial – os trabalhadores se tornaram assalariados, e devido à falta de organização no mercado de trabalho, havia a falta de emprego para todos os trabalhadores, e essas pessoas ficavam vulneráveis, e desse modo, acabavam oscilando entre a “mendicância” e a “vagabundagem”, e se tornaram o assunto principal das políticas sociais da época (CASTEL, 1998).

Como se vê a partir da revolução industrial foi se aprimorando também o uso e a fabricação de máquinas, surgindo um avanço na produção de tecnologias cada vez mais sofisticadas, e isso também mudou a rotina de trabalho das pessoas nas fábricas e conseqüentemente suas relações pessoais.

Para Barros e Pinto (2008), foi a partir dos avanços tecnológicos que o trabalho das máquinas acabou substituindo o trabalho braçal, favorecendo o capital da empresa e ao mesmo tempo aumentando o desemprego, já existente, de muitos trabalhadores. Conforme os autores, essa questão já foi analisada por Karl Marx em O Capital, no qual pondera sobre o desemprego dos trabalhadores,

A condenação de uma parte da classe trabalhadora à ociosidade forçada, em virtude do trabalho excessivo da outra parte, torna-se fonte de enriquecimento individual dos capitalistas e acelera ao mesmo tempo a produção do exército industrial de reserva, numa escala correspondente ao progresso de acumulação de capital (MARX, 2003 apud BARROS; PINTO, 2008, p.138).

De acordo com Albornoz (1998), é através do trabalho que o homem da sociedade moderna consegue significar a sua vida, e que o mesmo desconhece outra atividade pela qual, seria vantajoso se libertar da atividade denominada trabalho. A possibilidade de viver sem trabalho é uma fonte causadora de inquietações para a sociedade moderna.

A sociedade atual valoriza o emprego salariado como uma forma de seguridade social. No entanto, essa sociedade salarial continua se mantendo por meio de hierarquias, que muitas vezes são injustas e exploradoras. Essa sociedade tem sido influenciada pela globalização do mercado que conseqüentemente viabilizou o crescimento da concorrência e da competitividade, fazendo com que o trabalho pudesse baixar o preço da mão de obra de trabalho e, ao mesmo tempo, aumentou sua eficácia em relação a produção (CASTEL, 2000).

Concordando com o autor acima Bauman (2001), afirma que o mercado de trabalho na sociedade atual é marcado pela flexibilidade, diante de uma demanda de mercado que exige competitividade, produtividade e eficácia. Os relacionamentos se tornam fluídos a partir do momento em que as ofertas de trabalho não oferecem segurança, as garantias de estabilidade e vínculo empregatício são instáveis, disponibilizando no mercado de trabalho oportunidades de empregos com contratos por tempo determinado ou renováveis.

De acordo com Costa (2005), o impacto dos avanços tecnológicos tem apresentado resultados negativos que se refletem nas desigualdades sociais e na carência de garantias sociais para uma boa parte das pessoas inseridas nas sociedades contemporâneas. A autora, afirma que, devido aos avanços no mundo globalizado e nos processos econômicos, são criadas formas de distribuição de bens sociais de maneira desigual, e também uma desvalorização e o desrespeito, como por exemplo, a discriminação, nas relações humanas.

O cenário da desigualdade social foi arraigado na sociedade contemporânea devido às mudanças ocorridas no mundo do trabalho, e afirma que o aumento do desemprego e da situação de trabalho precário apresenta relevância:

[...] para a expansão da superpopulação relativa, para a elevação dos índices de pobreza e níveis de vulnerabilidade da classe

trabalhadora e, conseqüentemente, para a expansão do fenômeno população em situação de rua, como parte constitutiva da pobreza e da superpopulação relativa. Destarte, esse fenômeno é uma expressão radical da questão social na contemporaneidade, que materializa e dá visibilidade à violência do capitalismo sobre o ser humano, despojando-o completamente dos meios de produzir riqueza para uso próprio e submetendo-o a níveis extremos de degradação da vida. (SILVA, 2008, p.209)

As oportunidades de trabalho que se destacam entre a população em situação de rua são atividades como cuidar de carros, pintar as placas e outra atividade muito comum é a de catador de material reciclável, como uma forma de gerar renda (SILVA, 2008).

Em uma conversa posterior com alguns dos participantes da pesquisa foi constatado que além da dificuldade que eles encontram para arrumar trabalho, quando estão em situação de rua, as condições para as mulheres são muito piores, pois estas se sujeitam ao trabalho como profissional do sexo para garantirem a própria subsistência nas ruas.

De acordo com Gibi, as oportunidades de emprego que surgem, são aqueles que geralmente poucas pessoas se dispõem a realizar, e relata que o que sobra para o trabalho é refugio.

***Gibi** : Não, não surgiu nenhuma oportunidade de trabalho, surgiu refugio... refugio de mexê em concreto [...]*

De acordo com Bauman (2005a), tudo aquilo que é considerado refugio pela sociedade, é destinado às pessoas que são consideradas refugos humanos. E o autor faz uma analogia do mundo globalizado com o sistema vigente na sociedade indiana, onde as pessoas são classificadas por castas, e os intocáveis são responsáveis por manusear coisas consideradas intocáveis, como o lixo.

O Aviador relata que os serviços que conseguia sempre foram temporários e que não ficava por muito tempo em um mesmo local de trabalho, e isso demonstra a precariedade dos serviços ofertados para as pessoas que se encontram em situação de rua, pois a sua mão de obra é necessária somente por um curto período de tempo.

**Aviador:** *Pessoas que já me conhecem, conhecem a minha profissão, ou pessoas que eu já trabalhei antes, eles me ligavam ou me encontravam na rua pedindo no sinal ou coisa assim, eles passavam e me via. Aí falava: “A não Aviador, entra aí, eu vô te levá ali!”; e me levava, me dava roupa, me dava banho, me levava pra trabalhá. A hora que acabava o serviço eu voltava pra mesma situação. Os serviços era sempre contrato ou por empreita, né? Você pega o serviço e termina, aí quando termina você recebe, ou mensalista, mais só no contrato, sem vínculo empregatício nem nada. Eu fazia também outros tipos de serviço na rua, carpia terreno, fazia serviço de pedreiro qualquer tipo assim de bico, descarrega caminhão, sabe muitas vezes eu fiz isso.”*

A questão do emprego por um curto período de tempo entre outras formas de empregabilidade acabam gerando instabilidade e precarização no trabalho que por sua vez, faz com que se tenha um aumento de pessoas desempregadas, e faz que se tornem frágeis as relações de trabalho e dentre os poucos que conseguem uma boa colocação no mercado de trabalho, existe uma maioria que não faz parte “[...] das regulações coletivas de proteção e de direito do trabalho (CASTEL, 2000, p.177)”. Dessa forma, os moradores de rua, a partir dos relatos dos participantes dessa pesquisa, encontram dificuldades para serem inseridos no mercado de trabalho, e quando conseguem são serviços de curta duração e com baixo valor de remuneração. Assim como relatam em suas experiências de trabalho o Gaúcho e o Gordinho:

**Gaúcho:** *Eu trabalhava na reciclagem memo por conta própria mesmo, cantando papelão e latinha na rua. Só pra mantê o vício, só pra mantê o vício.*

**Gordinho:** *Sempre aquele trabalho que ninguém qué faze, né? O trabalho de força é carregá terra, cavuca buraco ou limpa lote, terreno, você entende? Prá ganhá uma mixaria [...] só bicos descarrega caminhão, trabalhava de chapa em posto de gasolina, de repente pegava cargas pra descarrega na cidade, mas tinha conhecer a cidade, então, primeiro eu chegava e ficava um tempo na cidade e depois ía pro posto de gasolina pra fazê esse serviço. Na verdade nunca trabalhei assim, trabalho que pudesse me tirá da rua, né? Sempre foi trabalho assim os biquinhos. Só pra ajuda mesmo nas necessidades.*

O Corumbá e o Pastor passaram por situações similares com os participantes acima descritos, enquanto moraram na rua.

**Corumbá:** *Só bico, de pintura em obras, mas aí eu fiz e depois num adianto nada, num adianto, porque nós terminamo o serviço e recebemos, deu na mesma, voltei pra rua e aí, dêle toma, complico mais, né?*

**Pastor:** *Só bico, às vez você carpe um lote e o resto é catando latinha, um copo e essas coisa aí e vai vivendo [...]*

As oportunidades de trabalho que surgem para as pessoas que estão em situação de rua, na maioria das vezes, são trabalhos de curto prazo, pois já está associado à imagem do morador de rua, que a pessoa não quer comprometimento com trabalhos por tempo prolongado. Sendo na verdade, uma situação muito mais complexa, do que a vontade de não querer trabalhar, pois as noites na rua são sempre mal dormidas. É importante apontar também, o fato de que a pessoa que está na rua passa por situações em que sua saúde fica comprometida devido ao uso de bebidas alcoólicas e/ou o abuso de substâncias químicas, e diante dessas e de outras situações adversas, o morador de rua não consegue seguir uma rotina de trabalho.

O Bugão passou por várias instituições para tratamento da dependência química e segundo ele, somente em uma das instituições localizada próxima a cidade de Rochedo/MS, ele recebeu apoio, com ajuda para moradia e foi encaminhado para o mercado de trabalho. No entanto, Bugão relata que sofreu abusos no trabalho, uma vez que, sempre era imbuído de realizar atividades extras que o faziam ficar até mais tarde no trabalho para poder terminar todo o serviço.

**Bugão:** *Eu era em situação de rua também quando eu fui pra lá, quando eu terminei meu plano de lá, ele fez assim, ele não me deixou na rua nada. Ele alugou um quarto prá mim, colocou móveis lá, colocou geladeira, televisão, fogão, enfim colocou panela lá, colocou tudo e me arrumou um trabalho, né? Eu resolvi saí de lá porque assim tinha horário prá entrá, mas num tinha horário pra saí, entrava às sete hora e saia meia noite, aí falaram "Não! Para! o rapaz num tem horário de descanso, ele num tem horário prá dormi!"... Chegava na minha casa era uma hora da manhã, aí até eu pega no sono que vai de uma hora a uma hora e meia pra mim pega no sono, pra mim pega, pra mim durmi, até aqui também. Aí eu comecei a faze de novo carga e descarga, mas sem droga e eu tava bem, eu tava bem né? Aí eu fui inventá de pega uma, só uma, aí depois dessa uma já veio mais, num veio só uma até que eu desandei, desandei legal, aí sete vezes eu voltei pior[...]*

No caso do Bugão encontramos mais uma situação de exploração no trabalho, pois não podia sair no horário combinado, mas somente quando terminasse todo o serviço em outro setor que nem fazia parte de sua atribuição de acordo com o contrato de serviço. Saindo da situação de exploração de trabalho o

que encontrou foi serviços precários e essa situação o levou a ter novamente uma recaída no uso de drogas.

Apesar das experiências sofridas em relação às oportunidades de trabalhos fixo, e da dificuldade real de serem encaixados e/ou encaminhados para um emprego que lhes ofereçam certa estabilidade, o Bugão, o Aviador, o Brother e o Gaúcho fazem planos para sair do local onde receberam apoio e arrumar um novo trabalho.

**Bugão:** *O A. tá me ajudando aí com, com um trabalho aí né? só que isso aí eu num falo pra ninguém né? [...] o A. falo "Não, dá um tempo aí", pode dá certo ou pode dá errado, eu tenho que ta preparado pra essas duas, então se for sim, se dé certo aí eu vo tenta fica aqui até Janeiro, mas se dé errado eu.... num sei ainda.*

**Aviador:** *Olha, eu quero ficá aqui até o que for necessário, né? [...] eu pretendo saí e consegui um trabalho, que eu possa te uma segurança, né? Um trabalho registrado, nem que num seja na minha área, mas que eu possa tê uma segurança, porque daí eu saio do trabalho e vô pra casa, porque se eu ficá na rua, eu vô voltá aaa... então, eu num posso fica na rua. Se eu tivê um serviço e uma estabilidade, se eu tive um quarto prá dormi eu saio do serviço e vô direto pro quarto, eu num posso voltá pra situação de rua, se eu voltá eu volto tudo novamente aí eu regrido.*

**Brother:** *Eu tô querendo saí daqui, [...] vô te que arruma um emprego por aqui.*

**Gaúcho:** *Arrumá um trabalho, alugá um quarto e começa a vida de novo.*

Entre os participantes da pesquisa que relataram o sonho de conseguir um emprego e começar uma nova vida, o que se sabe depois de passado um tempo da entrevista, é que eles saíram do lugar de onde receberam apoio sem estarem empregados. Alguns deles chegaram a relatar em conversa após a entrevista, situações como: em uma entrevista de emprego ao apresentarem o comprovante de residência com o nome da Casa de Apoio, automaticamente foram dispensados da contratação. De acordo com Castel (2000), essas pessoas são consideradas pela sociedade como sobrantes, ou seja, pessoas que não são integráveis à sociedade, não são úteis e não fazem parte da relação e do conjunto social.

Segundo Pochmann (2002), as pessoas que são excluídas socialmente no capitalismo, devem ser analisadas a partir do contexto econômico e das novas formas de vulnerabilidades sociais, que afetam a eficácia do padrão sistêmico de integração social<sup>4</sup>. Ainda conforme o autor,

A geração de ocupações com baixa qualidade (atípica, irregular, parcial), que no padrão sistêmico de integração social estaria associada a exclusão relativa do modelo geral de emprego regular e de boa qualidade, surge como exemplo de incorporação economicamente possível. (...) O predomínio dos pressupostos neoliberais levou ainda à busca de maior flexibilidade no uso de remuneração da mão de obra, identificada como mecanismo necessário à promoção de mais empregos (...) Mas esse vetor de condução das políticas públicas para o mercado de trabalho, além de insuficiente para o melhor enfrentamento do problema de emprego, tem promovido as desigualdades socioeconômicas e, em últimas instâncias, a exclusão social (POCHMANN, 2002, p.21).

Os efeitos socioeconômicos vigentes têm transformado as relações entre as pessoas e o trabalho, e influenciado seu modo de agir na sociedade e nas cidades, criando as diferenças de classes sociais, nas quais, algumas famílias vivem em condições financeiras muito boas, e outras vivem, e/ou sobrevivem com mínimas condições. E entre estes, encontramos aquelas pessoas, que devido ao problema de desemprego, que se torna um dos fatores psicossociais associados a outros fatores e circunstâncias que levam a situação de exclusão, saem do seu ambiente familiar para se tornarem pessoas em situação de rua, e em alguns casos surge a necessidade de se mudarem de cidade em busca de novas oportunidades de trabalho e de vida.

### 3.3 MUDANDO CONSTANTEMENTE DE LUGAR: O MOVIMENTO MIGRATÓRIO DO MORADOR DE RUA

É importante destacar que a grande parte dos participantes da pesquisa são migrantes, pois somente um caracteriza-se como da própria cidade de Campo

---

<sup>4</sup> Segundo Pochman (2002, p. 21), durante o pós-guerra, o padrão sistêmico de integração se identificava à busca do pleno emprego e à segurança socioeconômica do conjunto da sociedade. Essa seria uma situação “normal” de inclusão social, com mecanismos institucionalizados e adotados para a maior parte da população (emprego regular, rendimento adequado à aquisição de, pelo menos, bens e serviços básicos etc.).

Grande, na qual ainda vive. Essa é uma realidade observada na população de rua de forma geral, sendo uma característica da maior parte das pessoas que vivem em situação de rua.

Com base na teoria sobre as migrações criadas por Lee em 1966, os locais de origem e de destino são compostos por fatores positivos, negativos e neutros que podem atrair, impelir ou deixar a pessoa indiferente, ou seja, esses fatores podem estimular uma pessoa a deixar um ambiente, ou a ser atraída para outro ambiente (CASTIGLIONI, 2009). A autora ainda relata que, a disposição para mudar de um lugar para o outro, no processo de migração, é influenciada por fatores relacionados ao local de origem, fatores relacionados ao local de destino, barreiras intermediárias e fatores pessoais.

De acordo com Castiglioni (2009), a escolha que uma pessoa faz para migrar para outra região reflete em mudanças em vários aspectos da vida, tais como: mudanças no ambiente familiar e social para uma condição e/ou situação, que em alguns casos, é desconhecida, e é motivada pela sua insatisfação com a sua situação atual no local de procedência como também pelo anseio de encontrar um novo lugar, no qual todas as suas pretensões serão realizadas.

Em estudo sobre a migração no Brasil, Pereira e Tuma Filho (2012), consideram que os fluxos migratórios no país têm suas raízes com base na constituição da história e da cultura estabelecida na sociedade, que foram influenciadas pela desigualdade na distribuição de renda - com a concentração de terras e de riquezas nas mãos de poucos, pela exclusão social, pelas relações de trabalho - que apresenta uma desvalorização no assalariamento do trabalhador e por fim, pelo aumento da corrupção – uma vez que, os recursos públicos que são desviados para fins e interesses próprios, na realidade deveriam atender às famílias em situação de vulnerabilidade social que, muitas vezes, acabam migrando por falta de incentivo e de estímulo para mudar as suas condições de vida, em seu local de origem.

Ainda segundo os autores, acima citados, os movimentos migratórios no Brasil, são resultantes de sentimentos de insegurança e de instabilidade gerados por uma sociedade capitalista, inserida em uma economia globalizada, que seleciona de

maneira severa, e se intensifica pela desigualdade na distribuição de renda e pela exclusão social.

Nas relações sociais constituídas nos diversos períodos da história do Brasil, é possível encontrar movimentos de migração e/ou de deslocamento humano de um lugar para outro, que devem ser consideradas a partir de diversos fatores que a produzem. De acordo com Zamberlam (2004, p.14), as migrações podem ser impulsionadas por vários fatores como: “[...] conflitos armados, precárias condições econômicas, lutas políticas, étnicas, sociais e religiosas, catástrofes naturais, desigualdade de classe e sonho de realização pessoal”, é imprescindível conhecer a realidade, o contexto social, e os motivos que levam as pessoas a migrarem.

A partir da década de 30, começaram as migrações internas no Brasil e foram sendo intensificadas no decorrer do tempo, primeiramente ocorreram às migrações das pessoas que viviam nas “colônias velhas”, as quais, quando apresentavam um esgotamento de pessoas no seu espaço territorial, os trabalhadores e suas famílias buscavam novos locais - as “colônias novas”, zonas florestais que ainda não haviam sido tomados. No entanto, a partir dos avanços tecnológicos na agricultura, ocorre o êxodo rural dessas famílias, configurando a urbanização e o aumento populacional nas cidades. Atualmente surge a circularidade, na qual aqueles que, não tem emprego, os trabalhadores informais, e os excluídos, pela falta de condições de trabalho digno no lugar no qual se encontram, procuram outros lugares com oferta de trabalho (ZAMBERLAM, 2004).

A circularidade apresenta limitações diante do complexo fenômeno de migração, pois a circulação tem como base a mudança de campos de origem menos ativos para campos de destino com atividades bem-sucedidas e com capacidade para ocupação em serviço, mesmo que seja provisório ou por tempo determinado, tendo como foco o destino da migração (BAENINGER, 2012).

Falando sobre as migrações e seus aspectos constitutivos Pereira e Tuma Filho (2012, p.19), avaliam que:

[...] por trás das migrações escondem-se aspectos negativos ou conflitivos, como a expulsão do lugar de residência, o desenraizamento cultural, a desestrutura identitária e religiosa, a exclusão social, a rejeição, a dificuldade de inserção no local de

chegada. Hoje, em geral, a migração não é consequência de uma escolha livre, mas tem uma raiz claramente compulsória. A maioria dos migrantes é impelida a abandonar a própria terra ou o próprio bairro, buscando melhores condições de vida e fugindo de situações de violência estrutural e doméstica. Este é um grande desafio, pois “migrar” é um direito humano, mas “fazer migrar” é uma violação dos direitos humanos!

Portanto, atualmente, são muito complexos os estudos e as compreensões a respeito das migrações internas ocorridas na sociedade brasileira, exigindo-se um olhar para a sociedade como um todo, avaliando os aspectos sociais, culturais, políticos e econômicos em seu contexto regional e global que influenciam nos processos de migração e acabam por refletir nos processos de urbanização e de remanejamento espacial das pessoas em seus diversos contextos regionais (BAENINGER, 2012).

A migração trata de questões que envolvem a mudança de pessoas de um lugar para o outro, motivados por um ou mais fatores, sendo amplos e variados os aspectos que a determinam, e no Brasil, entre os diversos grupos de pessoas que migram, encontra-se um grupo de pessoas, que são migrantes devido a aspectos vivenciados de exclusão social, muitos desses são considerados como “população em situação de rua”.

De acordo com Bursztyn (2000), a partir da década de 1990, entre os vários tipos e motivos de migração da população brasileira, como já visto antes, surge uma nova migração realizada por pessoas que não param em sua trajetória em lugar algum por muito tempo. Segundo o autor, são pessoas denominadas “perambulantes”, que mudam de um lugar para outro sem parar, e devido à precariedade de suas relações com os locais por onde passam, não conseguem criar raízes. Seus deslocamentos de migração pelo país, na maioria das vezes, são realizados caminhando, outras vezes de carona, ou até mesmo de carroça, sem terem um lugar certo e definitivo para ficar.

O Gordinho, um dos participantes da pesquisa, nasceu em Bonito, e depois de casado se mudou para Curitiba/PR, onde aconteceu a quebra de vínculo com sua família. Desde então, nesse relato ele descreve as mudanças que fez de uma cidade para a outra, buscando algo, mas sem saber ao certo o que procurava. Após a entrevista, Gordinho relata que no começo de suas experiências como morador de

rua, nas viagens que fazia ele tinha a sensação de liberdade e gostava de viver assim, e em cada cidade que chegava procurava um albergue, no entanto, depois de um tempo as viagens foram perdendo a motivação.

**Gordinho:** *Desde 2000. Desde 2000 eu não consegui mais pará, me estabilizá em lugar nenhum. Fico um tempo num lugar, um tempo em outro, viajando, andando, desde 2000 pra cá. Eu paro um pouco em algum serviço, em alguns trabalhos que eu arrumei por aí, mas de repente me bate aquela vontade de saí e andá, saí pra outro lugar, é uma fuga geográfica, né? É uma fuga geográfica, na verdade, é isso que acontece. [...] eu sempre andava atrás de alguma coisa e eu ainda não encontrei, mas creio que vou encontrá. Então, agora, por exemplo, eu parei, eu parei de andá no mundo você entende?*

Contando um pouco sobre a sua história, o Corumbá relata que nasceu na cidade de Corumbá/MS, onde morou com sua mãe até a sua adolescência, nessa fase de sua vida os conflitos em casa aumentaram, devido as suas saídas com os amigos para as festas e sempre voltava tarde e embriagado. Depois de um tempo com a idade de 18 anos, Corumbá começou a dormir nas ruas da cidade e não voltava mais para casa. Diante dessa situação, os irmãos que moram em Campo Grande, o trouxeram para morar na capital. No entanto, devido às brigas com os irmãos por causa de seu comportamento abusivo com álcool começou a dormir nas ruas novamente.

**Corumbá:** *Fiquei em Corumbá em situação de rua até 2004, aí eu vim pra cá e nunca mais voltei pra lá.*

Outros entrevistados como o Tiririca e o Aviador migraram de um Estado para outro a procura de emprego. No caso do Tiririca, o trabalho em lugares como as carvoarias, na cidade de Paranaíba – MS tornaram-se uma alternativa para se trabalhar, pois a carvoaria oferecia lugar para dormir, embora as condições oferecidas em locais como esses nem sempre se apresentam higienicamente saudáveis e salubres ao ser humano. Na cidade de São Paulo, passou por um albergue, depois ficou em situação de rua numa cidade próxima à Cuiabá e se mudou para o Campo Grande, MS.

**Tiririca:** *Em situação de rua [...] eu parei em Paranaíba, foi quando eu conheci as carvoaria [...] saí passei pelo Arsenal da Esperança lá em São Paulo, eu trabalhei em evento lá e depois eu fui pra Mato Grosso [...] lá em Cuiabá também na casa deeee, lá eles fala abordagem. Na casa de abordagem lá em Cuiabá, em Rondonópolis na Casa da Esperança. Em*

*tudo esse lugar aí no Mato Grosso que eu passei, aí eu fui bem acolhido. [...] em Cuiabá eu tive lá perto aí depois eu caí em situação de rua, e até agora tô por aqui.*

No relato do Aviador as migrações foram acontecendo de acordo com as propostas de empregos que foram surgindo, que sempre eram para trabalhos temporários. Uma empresa no Mato Grosso/MT, contratou o Aviador, por um tempo, para trabalhar como soldador, e assim que o serviço terminou, ele gastou todo o dinheiro que havia recebido com hotel, e acabou ficando em situação de rua novamente. É possível identificar a situação de precarização do trabalho em relação ao trabalho temporário, citado anteriormente, e também aparece em dois momentos a situação de migração, primeiro ele se muda para o trabalho, mas depois que o serviço termina devido à falta de condições de trabalho no local se muda novamente para o Estado do Mato Grosso do Sul, onde também ficou em situação de rua no município de Campo Grande. Passou por uma Casa de Apoio em 2010 e saiu novamente para realizar um trabalho no estado de Goiás, onde trabalhou por um determinado tempo, de acordo com o que havia sido proposto pela empresa.

**Aviador:** *Eu tava lá em Alto Taquari - MT pela Egelte. Terminou o serviço de solda na usina, aí eu vim e ele já falô: ó num tem obra agora, aí eu fui pra rua de novo [...], e aí eu vim de lá em 2010, aí eu entrei aqui (Casa de Apoio SFA), em 2010 [...]aí fiquei trabalhando aqui dentro, eu que construí esse muro até a academia, eu que fiz a lavanderia aqui, aquele quartinho lá no fundo, eu que fiz, eu que reboquei a cozinha, fiz aquele tanque que tem pro lado de dentro da cozinha fui eu que fiz, então eu fiquei oito meses aqui trabalhando, aí eu saí e eu recebi uma proposta, a Egelte descobriu onde eu tava e ligo, pergunto se eu num queria ir pra Morro Vermelho - GO, eu falei "vô!".*

Depois que terminou o trabalho em Morro Vermelho/GO, o Aviador, em 2012, voltou novamente para Campo Grande, MS, ficou em situação de rua, e novamente foi acolhido por uma Casa de Apoio.

Para Bursztyń (2000, p. 47), os perambulantes podem ser chamados de “[...] ‘modernômades’, ou nômades da nossa modernidade excludente. São pessoas que, como os tradicionais nômades, já não tem mais endereço fixo”, e essas pessoas, em cada lugar que passam, sofrem pela rejeição e exclusão da população do lugar e/ou ambiente social em que chegam.

As mudanças de um local para o outro, de acordo com os relatos acima descritos, estão associadas à necessidade e a busca de uma nova oportunidade de emprego, e em alguns casos, pode ocorrer também devido a necessidade de tratamento de saúde adequado. Apesar da mudança de cidade, das oportunidades encontradas, é possível notar a dificuldade dessas pessoas em se fixar em um local e criar vínculos que o ajudem a se estabelecer no meio social. A falta de motivação para superar os problemas do passado, o sentimento de baixa auto estima, e na maioria das vezes o sentimento de culpa por estarem vivendo longe de parentes e amigos, fazem com que o morador de rua viva uma busca constante de preencher um vazio em sua vida, e pelo fato de se sentirem sozinhos procuram um “alívio” momentâneo fazendo uso de álcool e outras drogas, gerando um círculo vicioso, no qual dificilmente conseguem sair, embora parece ser uma “vontade” de todos.

A exclusão social novamente aparece nas histórias de vida dos participantes da pesquisa, pois ao se sentirem desnecessários, seja pela falta de emprego, seja devido a quebra de vínculos familiares, seja pela esperança de encontrar um lugar onde seja aceito, o morador de rua se torna um migrante em busca de uma oportunidade de ser aceito e incluso novamente na sociedade.

**4 ASPECTOS PSICOSSOCIAIS: O COTIDIANO, A IDENTIDADE E A SAÚDE  
DAS PESSOAS QUE VIVEM EM SITUAÇÃO DE RUA**

---

Assim como no capítulo anterior, neste iremos discorrer sobre os aspectos psicossociais da vida e do cotidiano de cada participante da pesquisa, que vivem o problema da situação de rua, e como se sentem diante da situação de exclusão social.

No segundo subitem será tratado como o cotidiano nas ruas transformou a vida e a identidade de cada um deles e como se sentem diante do preconceito, da discriminação e dos rótulos impostos pela sociedade.

No terceiro subitem será discutida a situação de saúde e doença no contexto da rua, e de como os participantes da pesquisa sobrevivem a tantas dificuldades para realizar o tratamento de saúde e a cuidar si mesmos.

#### 4.1 COTIDIANO E VIDA NAS RUAS

O capítulo anterior deste trabalho tratou de caracterizar a vida passada dos participantes da pesquisa. Avaliou os processos que ocorrem no sistema capitalista e como interferem na relação do morador de rua com sua família e com a sociedade em que vive. Além de como as situações de exclusão social são vivenciadas pelos moradores de rua nas situações de trabalho e de migração.

Devido às perdas socioeconômicas, o morador de rua tem dificuldade de se manter em um local em que apresente condições mínimas de moradia. Todo esse processo pode acontecer nessa ou em outras ordens de fatores, ou ainda, devido a outras situações não mencionadas aqui no texto, uma vez que, cada história de vida tem o seu contexto próprio.

Uma vez destituído do vínculo familiar e de todos os outros direitos que garantem uma pessoa de estar incluída na sociedade, a mesma, passa a viver em situação de rua e se torna excluída do meio social, pois sente ser um peso para a sociedade e não consegue mais se adequar a um grupo familiar e, conseqüentemente, a outros grupos sociais, como o de trabalho, entre outros.

De acordo com estudos realizados sobre a população de rua no Brasil, é possível identificar que esse grupo de pessoas em sua maioria são homens que

vivem em situação de extrema pobreza, com um baixo nível de escolaridade e falta de acesso à educação, com precários vínculos nas relações sócio familiares e no local de trabalho, sem condições de uma moradia digna, sem acesso à cultura e ao lazer, além do quadro de saúde fragilizado devido às más condições de moradia na rua, enfim observamos que o morador de rua não tem acesso aos direitos básicos a que todo cidadão tem direito.

A exclusão se manifesta de forma complexa na sociedade por meio de um conjunto de aspectos que se relacionam entre si, tais como o material, o político, o relacional e o subjetivo, e é colocada sobre uma trajetória de desvinculação que acontece no mundo do trabalho e nas relações sociais. A fragilidade de vínculo no trabalho acaba por produzir uma quantidade de pessoas desnecessárias e a nas relações sociais as fragilidades dos vínculos com a família, os vizinhos, as pessoas da comunidade e com as instituições levam a pessoa a sentir solidão e se isolar socialmente (WANDERLEY, 2011).

De acordo com Heller (1992), as situações de exclusão se fazem no cotidiano da vida, com base em experiências conhecidas e/ou vividas, pelas quais, o ser humano tem a tendência a fazer analogias, por meio de diversos tipos de ultrageneralizações, que permite a alguém conhecer o outro a partir de algum aspecto importante, e classificar as pessoas a partir de um julgamento singular, sem avaliar o homem em sua totalidade. Portanto, é necessária dedicação e tempo para se realizar uma avaliação, e para se obter uma compreensão ampla, considerando todos os aspectos constitutivos do ser enquanto pessoa.

Para Heller (1992, p.36) o “[...] juízo provisório analógico é inevitável no conhecimento cotidiano dos homens, mas está exposto ao perigo da cristalização (fossilização); [...]”, ou seja, apesar de que em um primeiro momento o tratamento de forma rude daquilo que é singular não seja danoso, pode-se transformar em um prejuízo sem reparos, caso ultrapasse a sua função.

As pessoas que são vítimas da exclusão social passam por um processo de violência social, que é dividido em três etapas: a **primeira** é a fase da desqualificação, na qual é atribuído ao outro uma “imagem ruim” devido a problemas de desordem, insegurança, epidemias e criminalidade, levando a quebra do contrato

e/ou vínculo social; **a segunda fase** é o processo de desvinculação que demonstra um sentimento de rejeição, por parte da sociedade, às pessoas que são desqualificadas ou separadas dos processos de produtividade adotados; **a terceira fase** é mais radical que as anteriores, pois ocorre o processo de eliminação, no qual a pessoa pode ser exterminada, ou deportada ou passar por genocídio cultural (BURSZTYN, 2000).

Desta forma, a exclusão social do morador de rua acontece por meio de um processo lento que aos poucos vai desqualificando-o do grupo social ao qual pertence. A destituição de sua vida continua na rua, onde começa a passar por situações como as de fome, frio, sede, a falta de lugar para que possam tomar banho, para achar local para lavar a roupa suja, dormem ao relento e quando chove muitas vezes não encontram lugar para se abrigar da chuva. Outras situações negativas são que as pessoas em situação de rua se sentem rejeitadas e excluídas da sociedade, ao passarem por situações de discriminação, maus tratos e violência física e psicológica por parte de pessoas comuns e de pessoas consideradas responsáveis pela segurança pública na sociedade.

Viver em situação de rua tem sido uma experiência marcante na vida dos entrevistados, pois quando se encontram em situação de rua, são desprezados, humilhados e tratados com tanta indiferença, como se fossem pessoas sem sentimentos. Sofrem pela situação em que vivem, e pela privação de suas necessidades mais básicas.

Segundo os relatos dos entrevistados, as dificuldades como fome, sede e frio que vivenciaram nas ruas, são verbalizadas da seguinte forma:

**Aviador** - *Piores possíveis, as piores situações imagináveis, é frio (...)*  
**eee as adversidades também do tempo** muitas vezes, chuva, você toma chuva, molha a coberta, você num acha papelão muitas, pra dormi sem papelão no frio... são as piores possíveis. Porque muitas pessoas até fogem da gente quando você, num portão, para pra pedi uma comida ou uma coisa, as **pessoas fogem se trancam**, tem situações assim.

**Maranhão** - *Ah! Frio, né? Porque na rua a gente dorme na calçada, às vezes é onde você tá, você começa a usa droga vai caminhando, e quando você acorda, onde que eu estou?*

O morador de rua que dorme nas calçadas, embora seja um ser humano, é evitado e tratado com indiferença pelas pessoas que passam, e por estarem sujos e cheirando mal, são vistos como bichos ou “pedaços perdidos da humanidade” (NASCIMENTO, 2000, p.56), são homens e mulheres que não são mais reconhecidos como o seu próximo e/ou semelhante pelas outras pessoas.

Para suportar esse sentimento de rejeição, somado às condições desumanas de dormir e acordar na rua, o morador de rua para aliviar o sofrimento faz uso de entorpecentes como o álcool e/ou de drogas, como uma forma de refúgio, para se sentir melhor e para obter alguns minutos de prazer, e esse processo acaba se tornando repetitivo, e o “transporta” da sua real situação para uma situação de fantasia que o ajuda a suportar a situação em que se encontra.

Segundo Nascimento (2000), a exclusão moderna ocorre a partir do momento em que as pessoas são consideradas dispensáveis pela sociedade, a partir do ponto de vista econômico e por serem moradores de rua são enquadrados como pessoas potencialmente ameaçadoras, por viverem fora das regras vigentes no meio social, sofrem violência por parte da sociedade que julga serem dignos de serem banidos fisicamente.

O Tiririca e o Aviador descrevem sua indignação perante os maus tratos recebidos pela sociedade e de como se sentem discriminados pelo fato de viverem na rua.

***Tirica** - Éee frio, fome, humilhação, eu chegava num estabelecimento e a pessoa me atendia do lado de fora, às vezes eu pedia comida numa casa e a mulher dava comida estragada pra você.*

***Aviador** - é discriminação, a sociedade discrimina porque o morador de rua a pessoa que tá em situação de rua pra sociedade é lixo, você num é um cidadão, você num é um ser humano, você passa a se visto como um animal. Então, a pessoa já te vêeee, porque em situação de rua não é todo dia que você toma banho, não é todo dia que você se barbeia, num é todo dia que você ta com uma roupinha limpa né? Então as pessoas te vê barbudo, é sujo maltrapilho vamo dize assim, já te olha com indiferença, te olha com outros olhos, então, as situações são as piores imagináveis, não é fácil situação de rua.*

**Corumbá - Situação? de humilhação** éee deitado em calçada, em frente de casa de pessoas, é água, água gelada na gente, pra gente podê levanta aconteceu uma vez comigo.

As relações entre os moradores de rua também não são muito fáceis, pois de acordo com a vivência de Corumbá, é possível perceber que além da humilhação sofrida pela discriminação da sociedade, existe a lei do mais forte e mais esperto entre os próprios moradores de rua, de modo que um leva os pertences (como cobertor, documentos, carteira, roupas, relógios, etc.) do outro enquanto este dorme.

**Corumbá:** Malandragem dos outros também, passava puxava a coberta da gente, outros puxavam, num sei eles tavam mais com frio do que eu, puxava e levava, levava embora, aí eu ficava lá....

Destarte, a vida nas ruas sugere a insegurança da falta da proteção da casa, do espaço que é seu. Afinal, a rua é espaço de todos e cada qual tem a liberdade de fazer o que quiser. De acordo com Damatta (1997, p. 39), existe uma diferenciação entre os sentidos, símbolos e significados que são dados ao espaço da rua, e define que “[...] a rua é local de individualização, de luta e de malandragem. Zona onde cada um deve zelar por si, enquanto Deus olha por todos [...]”, e afirma que, a rua é um espaço que pertence ao poder público e /ou às pessoas que vivem em sociedade e encontra-se em constante movimento e fluidez, se tornando um local perigoso.

A rua é um espaço que configura relações interpessoais, muito diferentes das que se configuram no espaço da casa, na qual, prevalece a primazia da ordem, o cumprimento de regras que são criadas a partir de uma hierarquia de valores morais que compõem as ações e os comportamentos de um grupo (familiar) pertencente a um determinado espaço (a casa). No entanto, na rua prevalecem as contradições, as desordens das coisas e as possibilidades de conflitos abertos ( DAMATTA, 1997).

Outro relato da dificuldade de relacionamento entre os próprios moradores de rua é a situação de violência que foi vivencia por Gordinho:

**Gordinho: Muita violência,** [...] a gente tendo queeee sê violento, impor a violência também pra não se deixa.... senaum as outras pessoas também, né? Tiraria a minha vida, então, eu tinha que me defendê, eu tinha que me impor de certa forma, mas no começo eu sofri muito, apanhei muito,

*entende? De grupos de gangue, apanhei a ponto de chega í pro hospital desmaiado quase morto.*

Nesse relato Gordinho demonstra a fragilidade e a falta de segurança para a preservação de sua vida, ao se encontrar em situação de rua. Sendo como medida de proteção de si mesmo, o ato de agir agressivamente com as outras pessoas que se encontram na mesma situação que a sua. E como num círculo de ação e reação, a rua se torna um espaço de violência, sem interferência e sem atuação dos profissionais que deveriam promover a ordem e a segurança das pessoas em um ambiente público.

A vida nas ruas pressupõe que o morador de rua deva cuidar da defesa de si mesmo, pois ele encontra-se sozinho, sem ajuda dos demais, uma vez que, na rua cada um é responsável por si. Também é interessante assinalar que cada vez mais, há um aumento com relação aos casos de violência contra moradores de rua. Situação divulgada nos noticiários jornalísticos, gangues formadas por jovens ameaçam ou agem com violência contra moradores de rua. Podemos citar o exemplo de um caso que ocorreu recentemente em Brasília – DF. Segundo Rodrigues (2013), um morador de rua foi incendiado enquanto dormia em praça pública e teve 63% do seu corpo queimado, não foram encontrados suspeitos para o crime.

Em Goiânia - GO, dois moradores de rua foram baleados enquanto dormiam em uma das ruas da cidade. E segue a notícia, que no período de Agosto de 2012 a outubro de 2013, foram registrados o número de 38 mortes de pessoas em situação de rua, as quais foram assassinadas, e atribui a ocorrência à formação de um grupo de extermínio de moradores de rua em Goiânia (BORGES, 2013).

Para Tosta (2000), existe uma conexão entre a exclusão social e a violência quando há uma relação de pobreza com a marginalidade, a pessoa é identificada pela sociedade como uma ameaça e se torna uma pessoa alvo de pena e indiferença, em outros momentos alvo de medo e eliminação.

Um dos participantes relatou que por estar na rua sofreu discriminação por parte de autoridades públicas como policiais, atribuindo ao morador de rua a figura e/ou o papel de pessoas que se encontram em situação de marginalidade.

*Tirica - Éee geral de policial toda porque você tá mal vestido, mas graças a Deus num preciso, nem me prendê, que os meus documento tudo certinho, porque a vida de rua num é fácil pra qualquer um não, num é e também num é vida pra homi também não.*

O serviço e a atuação dos policiais têm como objetivo cuidar da segurança pública da sociedade, por meio da aplicação e cumprimento da lei, de proteger as pessoas e suas propriedades e realizar a manutenção da ordem pública. No entanto, em alguns casos ocorre o abuso de poder por parte desses profissionais, que discriminam a população de rua e as julgam como pessoas perigosas, marginais, ou responsáveis pela desordem e outras práticas realizadas por pessoas que vivem na criminalidade.

Nos dias atuais a sociedade se baseia em uma cultura de individualização e conforme Bauman (2005a, p.14),

Os problemas do “refugo (humano) e da remoção do lixo (humano)” pesam ainda mais fortemente sobre a moderna e consumista cultura da individualização. Eles saturam todos os setores mais importantes da vida social, tendem a dominar estratégias de vida e a revestir as atividades mais importantes da existência, estimulando-as a gerar seu próprio refugo sui generis: relacionamentos humanos natimortos, inadequados, inválidos ou inviáveis, nascidos com a marca do descarte iminente.

O refugo humano é um produto inevitável da modernidade, são pessoas refugadas que não servem ao processo de modernização, além de serem indesejáveis, sofrem pela atuação de uma política higienista e por não conseguirem se adaptar ao consumismo moderno. As pessoas refugadas se tornam um problema financeiro para a sociedade, por não fazerem parte do processo produtivo na sociedade precisam ser sustentadas, além do desconforto de se ter alguém redundante como as pessoas que são dependentes químicos, pois consomem e devido às consequências do abuso de substâncias químicas não conseguem produzir.

O morador de rua se encontra, no espaço da rua, em total desamparo, além da falta de segurança e do medo da violência nas ruas. Eles também são tratados com indiferença e de forma indigna pelas pessoas que transitam pelas ruas. Vivem na insegurança do cotidiano nas ruas, assim em alguns momentos fogem acuados e

se escondem para se proteger, e em outros, agridem e atacam para se defender, vivem sem leis, normas e regras que os protejam ou que lhes dê boas condições de vida.

Desprovidos de cuidados, de afetos e de atenção, a população de rua vive cada dia o seu mal, e se torna invisível perante uma sociedade que caminha de acordo com o progresso da ciência, da tecnologia, do trabalho, entre outros, e ao mesmo tempo regride na humanização do olhar ao próximo.

#### 4.2 A IDENTIDADE ADQUIRIDA NAS RUAS

A identidade segundo Ciampa (1987) está associada à noção de diferença e igualdade, como exemplo, no grupo familiar uma pessoa é diferente em relação aos primeiro nome que o identifica como único, e no segundo ou último nome (o sobrenome) a pessoa se torna igual a todos os membros do grupo familiar. E ao se relacionarem com outros grupos sociais, as pessoas vão se diferenciando ou se igualando, na medida em que se identificam com uns ou outros.

Outro aspecto importante da identidade é que ela é construída ao longo da vida pelas atitudes que a pessoa tem, ou seja, a pessoa é aquilo que ela faz na prática, por aquilo que vivencia por meio das relações com o meio social em que vive. A partir das relações constituídas com o outro, a pessoa vai construindo e reconstruindo sua identidade, ou seja, a identidade não é estática, mas é transformada de acordo com as relações que se estabelecem ao longo da vida (CIAMPA, 1987).

Conforme Sawaia (2011b, p.123), na sociedade contemporânea a identidade tem um valor essencial nas apreciações referentes aos problemas sociais. No entanto, existe um paradoxo entre duas compreensões opostas de identidade, que a autora descreve como:

[...] a identidade de transformação/multiplicidade e a identidade permanência/unicidade e na concepção de que um modelo é normalidade e o outro de patologia. Ledo engano. Uma concepção não anula a outra, e uma não é melhor que a outra, ao contrário, a tensão entre ambas permite conceber identidade como

“identificações em curso”, isto é, identidade que, ao mesmo tempo que se transforma, afirma um “modo de ser”.

De acordo com Bauman (2005b), no mundo moderno com as mudanças e as transformações ocorridas devido à globalização, houve também uma mudança em relação à forma como a pessoa se vê e se comporta na sociedade, ocorrendo assim uma mudança na composição de sua identidade.

A diferença pode ser notada quando se compara em tempos passados, como era marcado o nascimento de uma pessoa na sociedade. No período pré-moderno a identidade era produzida por classes, dessa forma, a pessoa ao nascer recebia uma identidade que ao longo de sua vida, deveria ser confirmada por suas atitudes. Em um meio considerado burguês, por exemplo, essa pessoa tinha um padrão e um conjunto de condutas a ser realizado ao longo de sua vida. Nesse processo a pessoa só tinha que “seguir as placas”, para que sua identidade fosse confirmada, caso o contrário, o indivíduo se tornava um déclassé, podendo invalidar o título que recebera ao nascer (BAUMAN, 2005b).

Segundo Bauman (2005b), na modernidade líquida seguir um molde pré-fixado para se confirmar uma identidade se tornou algo que não é promissor, ou seja, a pessoa no processo de formação de sua identidade não deve ter limitações, e sim, ser o mais flexível possível, e aproveitar a oportunidade de formar a sua identidade, a partir das chances que aparecem em ocasiões modificáveis e de pouca constância, uma vez que as relações assim como as sensações se tornaram sutis, passageiras e volúveis.

No mundo individualizado em que vivemos a identidade é um tópico importante e tema de discussão em debates existenciais com questionamentos tais como “quem sou?”. A resposta a esse questionamento pode ser uma benção ou uma maldição, pois de acordo com Bauman (2005b), as pessoas transitam entre dois polos distintos dentro de uma hierarquia de poder, nos quais, de um lado as pessoas formam e moldam sua identidade de acordo com sua pretensão e do outro lado estão aqueles que não podendo expressar as suas preferências têm negado o direito à escolha de sua própria identidade, e “[...] se veem oprimidos por identidades de que eles próprios se resentem, mas não tem permissão de abandonar nem das

quais consegue se livrar. Identidades que os estereotipam, os humilham, os desumanizam, os estigmatizam... (BAUMAN, 2005b,p.44)”.

As pessoas que vivem em situação de rua, como no caso dos participantes desta pesquisa que nasceram em um meio familiar, tiveram na construção de sua identidade influências do meio social por estarem inclusos em um contexto social e no contexto familiar o seu papel como filho, como pai ou como marido. No decorrer dessa construção da identidade a representação decorrente da vida social também fez parte da transformação de sua identidade. No entanto, no processo de rompimento dos vínculos familiares e com o meio social em que vivem, são eminentes o sofrimento e o sentimento de desvalorização de si próprio como pessoa, ocasionando a falta de motivação para corresponder ao papel e/ou atitudes esperada pelo meio social, e por fim, transformando e marcando a identidade do morador de rua, como alguém que é inferior e desvalorizado socialmente.

O morador de rua, além da ruptura dos vínculos sociais, sofre com a destituição e desqualificação social, e passa por um processo interno de negação, por vergonha das situações vividas, ou por querer esquecer o passado, que muitas vezes, produz na pessoa o sentimento de fracasso pelos insucessos de sua vida em sociedade. E ao se encontrar destituído de todos os seus direitos sociais, como também de seus vínculos sociais, ocorre uma transformação na identidade do morador de rua que é designado a se tornar um peso para a sociedade contemporânea.

Dessa forma, a população de rua tem sua identidade pessoal transformada, de acordo com as situações e circunstâncias de sua vida, os moradores de rua passam a ser conhecidos e nomeados (pelas outras pessoas que estão em situação de rua) por uma situação específica que ocorreu entre eles, ou por uma característica física, ou pelo nome da cidade de onde veio, e/ou pelo trabalho que realizava. Esse é o motivo pelo qual o nome dos participantes dessa pesquisa foram trocados por apelidos, que os identificam entre os que estão em situação de rua.

Na maioria dos casos, os seus nomes são mudados pelos companheiros de rua, que os identificam em alguns casos pela localidade de onde vieram, por alguma característica física, por algum trabalho que a pessoa tenha exercido recentemente,

ou por alguma característica marcante nas atitudes da pessoa, como por exemplo, uma pessoa que fala gaguejando, passa a ser conhecido pelos outros moradores de rua como o “Gago”.

Para Bauman (2005b), na sociedade contemporânea as pessoas são “livres” para construir a sua identidade, considerando-se a posição, o poder, as oportunidades que tal pessoa possui para formar sua própria identidade. No entanto, a construção dessa identidade é cerceada a partir da influência que a própria sociedade lhe impõe, e aquelas pessoas que estão muito abaixo da linha inferior dentro da hierarquia de poder, não possuem o direito de reivindicar outra sentença de identidade, a não ser a que lhe foi atribuída.

Deste modo, essas pessoas sem serem convidadas são impelidas para a subclasse, da maneira que se encontram,

[...] exiladas nas profundezas além dos limites da sociedade – fora daquele conjunto no interior do qual as identidades (e assim também o direito a um lugar legítimo na totalidade) podem ser reivindicadas e, uma vez reivindicadas, supostamente respeitadas. Se você foi destinado à subclasse (porque abandonou a escola, é mãe solteira vivendo de previdência social, viciado ou ex-viciado em drogas, sem-teto, mendigo ou membro de outras categorias arbitrariamente excluídas da lista oficial dos que são considerados adequados e admissíveis), qualquer outra identidade que você possa ambicionar ou obter lhe é negada a priori (BAUMAN, 2005b, p. 45).

As pessoas que fazem parte dessa “subclasse” têm dificuldade de se adequar ao meio social e são excluídas do ambiente em que vivem, pois no meio social as identidades são procuradas, elegidas, estabelecidas, avaliadas e por fim aprovadas ou negadas. E o “leque” de possibilidades de identificação dessas pessoas se torna restrito, devido à precariedade de ação e reação das pessoas diante daquilo que lhes é imposto, por viverem em situação de rua e por serem excluídas socialmente.

Todos os entrevistados concordam que ao viverem em situação de rua se sentiram excluídos, humilhados e rejeitados pelo meio em que viviam. Relatam diante das experiências que tiveram em suas vidas que a dificuldade de se ajustar à sociedade e às normas e regras regidas por ela, é uma batalha quase que perdida. Para Gibi, devido às dificuldades e as escolhas que fez em sua vida, com base em

padrões e normas sociais, avalia suas escolhas como erradas, e acredita que tem pouca chance de mudança por não ter uma família que o apoie.

***Gibi:** [...] porque poxa eu já fiz tanta coisa, mas não foi nada certo. Se tivesse feito certo, eu não estaria nessa situação, né? Porque quando a gente faz a coisa certo, se cê vai começa uma casa, se você começa ela certo ela vai terminá certo, se começa errada, ela vai termina errada, a parede vai saí torta, ela vai saí descabejada então, vai saí toda torta. Então, se no começo eu começasse a agi certo, hoje eu estaria certo, mas eu comecei a construí a casa errada, e nesse erro foi construindo, construindo e quando eu cheguei lá em cima, e quando eu vi a casa tava toda torta, né? E agora prá eu consertá essa casa! vai se difícil eu consertá essa casa, ou então, eu vô te quê dirrubá, prá construí outra, né? Mas o prazo tá curto, a chuva vem vindo (rsrs)...*

Devido à idade e os problemas de saúde que passou, Gibi pondera que a sua vida não tem mais tempo para um recomeço, e mesmo quando questionado sobre pessoas que conquistam as coisas em um tempo avançado da vida, acredita que não há muito mais o que se fazer para mudar sua condição, uma vez que não constituiu família e não tem contato com o restante de seus familiares. A falta de apoio de parentes e familiares pode ser um dos motivos da dificuldade que o Gibi tem de mudar suas atitudes em relação a ficar em situação de rua. A identidade de Gibi já era marcada por um estigma social pelo fato de ser ex-presidiário e ao ficar em situação de rua sua condição transformou sua identidade para a de um refugio humano que não tem utilidade para a sociedade, portanto, não pode constituir família, não pode ter um trabalho digno, só lhe restou ajudas sociais pelas cidades onde passou de albergue em albergue conforme relata em sua entrevista e discutimos isso no texto sobre as políticas públicas mais adiante.

Sobre a escolha de identidade de como elas são vistas de acordo com as classes sociais, Maranhão um dos entrevistados expressa sua indignação quanto aos rótulos que são impostos pela sociedade e do estigma que sofre por estar em situação de rua. Pois, a situação de rua não faz com que a pessoa se torne automaticamente, uma pessoa que furta e/ou que está ligado aos processos de marginalidade social. A pessoa pode se tornar um pedinte, mas não necessariamente uma pessoa que comete delitos, como exemplo, o de furtar, de agredir, de causar danos de qualquer tipo ao próximo.

**Maranhão:** [...] veja ontem eu tava vendo na televisão, pegaram um rapaz que é universitário, né? De classe média, nunca passou por dificuldade e o povo admirando "Nossa! Mas ele...!", "Eu num achei que ele...", que ele é assaltante, né? "Eu num achei que ele ia fazer isso", "Como que ele fez isso!?" Eu até deu uma certa revolta, porque eu falei "Pô, se fosse eu! Feio, sujo, e eu num tenho... nunca fiz, nunca roubei, né?" Qué dizê que eu era normal robá e o rapaz não, não é normal, coitado dele, né? E às vez cê anda na rua, mulheres principalmente, você anda, eu já vi muito, ela tá vindo com a bolsa aqui, vê, já me vê, abraça a bolsa, né? "Pô, mas eu num vô robá ninguém. Caramba". É chato, né!? caramba eu nunca roubei, eu nunca roubei. É a aparência as pessoas vê pela aparência.

Aqui fica claro que quando estava em situação de rua, Maranhão se sentiu estigmatizado socialmente por sua aparência, de "feio" e "sujo", e foi considerado, por pessoas que passavam por ele na rua, como se fosse um assaltante, mas na realidade ele nunca cometeu tal delito. Fica claro o estigma que sofre o morador de rua que muitas vezes é confundido com pessoas perigosas, isso ocorre devido à situação criminalidade e de marginalidade que também estão inseridos no contexto da rua e há uma generalização pela sociedade de que todos que estão na rua são pessoas que podem matar, roubar, agredir, etc. A identidade do morador de rua é rotulada pela sociedade como uma pessoa que está à margem da criminalidade. No entanto, uma pessoa que pertence à classe média e alta, não aparenta ser alguém que oferece o risco de furtar o seu próximo, pois faz parte de uma classe social com poder econômico.

Outra experiência vivenciada por Maranhão e que expressa o preconceito das pessoas em relação à aparência é de como o morador de rua é tratado diante de algumas situações simples da vida como o ato de ir ao cabeleireiro para cortar o cabelo.

**Maranhão:** Olha eu tinha acabado de saí do trabalho, tava com a roupa suja, não tão suja e o cabelo grande e a barba. Só que a barba sempre fui meio relaxadão com barba mesmo, independente da rua ou não eu sempre fui relaxado. Aí depois até comentei, eu falei: "Ô cara eu fui ali cortá o cabelo e a mulher não aceitô...", aí o cara falo (alguém comentou com ele): "Eu mostrava o dinheiro", e eu "Não, eu deixei pra lá!" e fui tomá uma cachaça pra acalma.

Devido à fragilidade por estar em situação de rua e de vulnerabilidade social, a sociedade não proporciona meios para que a pessoa tenha os cuidados necessários para se apresentar diante da mesma, da maneira como é exigida que

se apresentem no dia-a-dia, ou seja, dentro dos padrões sociais exigidos pelo meio social (higiene pessoal, vestimentas e etc). No entanto, o morador de rua ao receber uma ajuda financeira, seja pela realização de um trabalho, seja por uma doação, ele tenta melhorar a sua aparência, mas o preconceito demonstrado pelo outro em algumas situações impulsiona o morador de rua a voltar e continuar na situação em que se encontrava. Ao tentar melhorar sua aparência, Maranhão foi discriminado pelo modo como se apresentava, e por se sentir rejeitado, procurou uma maneira de “acalmar” sua indignação, fazendo uso do álcool.

Outra situação encontrada na rua em relação à identidade, de acordo com as vivências de Gordinho, é que o morador de rua acaba descobrindo meios de conseguir as coisas se tornando pedinte em organismos de assistência, órgãos públicos ou privados, até mesmo nas ruas para as pessoas que passam.

**Gordinho:** [...] muitas pessoas num saem da rua, eles se acomodam na rua, eles encontram um lugar onde eles pegam a comida todo dia, eles encontram um lugar, aonde eles vão pegá um trocadinho todo dia pra eles usá droga e bebida, tem os mocozinho<sup>5</sup> pra dormi, então, eles se acomodam naquela situação e eu nunca me acomodei [...]

Segundo Baudrillard (1995 apud SAWAIA, 2011c, p.114), as pessoas que permanecem muito tempo nessa condição de exclusão, devido “[...] a autorrepressão de quem interioriza tão profundamente a servidão e a miséria que já nem sequer sabe desejar uma coisa quando ela lhe é oferecida”, podem achar que a situação em que vivem é boa.

A saída e o retorno às ruas se tornam para a população um ciclo de idas e voltas que na maioria das vezes ocorrem nos espaços de albergues e casas de apoio, que se tornam um ponto de referência para essas pessoas que são excluídas socialmente e tem sua identidade, o seu pensar, o seu agir e os seus sentimentos transformados pelas circunstâncias e situações que vivenciam nas ruas. Vivem a procura de se restabelecer em um lugar, sem muita esperança de serem inseridos novamente no meio social, e ao se depararem com a dura realidade de suas vidas acabam recaindo ao fazerem uso de substâncias químicas ou do álcool, acabam se

---

<sup>5</sup> Como não tem lugar adequado para o descanso, as pessoas que moram nas ruas denominam como “mocozinho” os lugares para dormir, como casas abandonadas, varandas de casas... Há os que acham mais seguro dormir no meio do mato.

frustrando, e procuram se mudar para outro lugar procurando um novo apoio ou suporte social que os ajude a criar esperança de mudança, e por um tempo até conseguem, mas de repente voltam para a condição anterior e o ciclo se repete.

#### 4.3 A CONDIÇÃO DE RUA E A QUESTÃO SAÚDE - DOENÇA

A questão de saúde e doença é mais um dos fatores psicossociais que fazem parte da história de vida dos participantes da pesquisa que ao se encontrarem em situação de rua sofrem com pelas condições precárias de cuidados consigo mesmo.

Conforme Gioia-Martins e Júnior (2001), o conceito de saúde e de doença passa a ser entendido a partir de uma abordagem holística, trazendo novas formas de atuação na área da saúde, como o trabalho interdisciplinar, a busca de uma melhor qualidade de vida para as pessoas, o direito e a garantia de atendimento à comunidade. Os profissionais ligados a área da saúde devem estar comprometidos em oferecer informação e formas de conscientização de que as práticas que promovam a saúde e previnam a doença ajudam a melhorar o estilo e a qualidade de vida.

O conceito ampliado de saúde formulado pela VIII Conferência Nacional de Saúde pontua que a saúde deve ser entendida a partir da interação entre as condições de alimentação, habitação, educação, renda, meio ambiente, trabalho, lazer, acesso aos serviços de saúde, entre outros, sendo assim a saúde deve ser compreendida como resultante desses fatores a partir do contexto social em que a pessoa está inserida (MOREIRA, 2007).

Em conformidade com o conceito ampliado de saúde, encontramos em Birman (2005), a afirmação de que a saúde coletiva é um campo teórico que avalia a questão da saúde a partir das estruturas simbólicas, éticas e políticas, visando estudos científicos multidisciplinares – fazendo parte deste campo as ciências sociais e humanas - levando em consideração os variados contextos sociais.

Devido ao estilo e a falta de qualidade de vida que levam nas ruas, os moradores de rua fazem uso abusivo de álcool e outras drogas, e além do problema com o vício existem outros problemas sérios de saúde advindos das condições de

moradia, alimentação e vida daqueles que moram na rua, conforme Candiani (2012), os problemas clínicos de saúde mais comuns entre a população em situação de rua são:

- **Problemas nos pés** - atribuindo-se o fato de que essas pessoas andam muito e com mínimas condições de proteção para os pés;
- **Infestações** – acontece devido à falta de cuidados com a higiene pessoal, pois muitas vezes não é encontrado local adequado, é comum infestações de piolhos no corpo, na cabeça e de escabiose;
- **Tuberculose** – por se tratar de um tratamento prolongado para a cura, a incidência desse problema é maior entre os moradores de rua, uma vez que, muitos não conseguem concluir o tratamento.
- **Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST's) e Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS)** – entre as pessoas que estão na rua, a maioria é sexualmente ativa, e não tomam os cuidados necessários na hora da relação sexual. As DST's encontradas, e mais conhecidas são: Sífilis, Condiloma, Chato, Herpes, entre outras.
- **Doenças Crônicas** – a falta de uma boa alimentação associada ao abuso de substâncias psicoativas, entre outros fatores da condição de rua, é comum o surgimento de doenças crônicas como a hipertensão, a diabetes e problema pulmonares crônicos.

Outra situação, que nesse caso envolve as mulheres é a gravidez. Segundo Munaretti et al. (2012), a gravidez de alto risco é mais um dos problemas de saúde, que as mulheres em situação de rua enfrentam, apesar de serem a minoria, elas podem estar invisíveis atrás dessas estatísticas. Essas mulheres por se encontrarem em situação de vulnerabilidade social, com os aspectos emocionais e físicos comprometidos, muitas vezes pelo uso de substâncias psicoativas, a má alimentação, a falta de cuidados com a higiene e a saúde de modo preventivo, essa parte da população está mais suscetível a sofrer violência física, violência psicológica, e podem engravidar por falta de proteção e cuidados adequados antes da relação sexual, e/ou por estarem em situação de exploração sexual ou sofrerem constantes abusos dessa natureza. Nesses casos os cuidados e atenção são de extrema importância, e devem ser dispensados cuidados especiais, baseados em um estudo de caso biopsicossocioculturais por parte da equipe de profissionais da saúde.

Conforme Souza (2012), as pessoas que estão na rua passam por diversas situações que colocam a sua saúde em risco, entre elas podem-se citar:

- **Situações de violência**, nas quais, são muitas vezes agredidos fisicamente e necessitam urgente de atendimento médico, outras vezes sofrem violência psicológica e sofrem humilhações e preconceitos de todos os tipos.

Segundo Gordinho ele foi agredido pelos próprios companheiros de rua, que o abandonaram desmaiado no meio do mato, e ele só conseguiu ajuda depois de acordar e ir andando até a um posto de gasolina.

***Gordinho:** Outra vez eu tava chegando em Itajaí-SC, e por te andado muito tempo, assim sem fala com ninguém, falando só comigo, eu vi um grupo de pessoas lá de baixo do viaduto e cheguei pra conversa, pra tenta uma amizade, entende? Eu tava com dinheiro até paguei pinga pra eles, usamo droga tudo junto e no final das conta eles estavam me batendo dizendo pra mim qual seria sensação, qual que era a sensação de sabe que eu ía morre, então eu.... e aí eles me bateram até eu desmaia e me jogaram no mato, num sei se eles me jogaram ou se eu cheguei até lá, eu sei que eu acordei todo machucado e tive que ... Cheguei num posto de gasolina e lá eles chamaram a ambulância pra mi leva, e foi isso.*

- **Situações de falta de alimentação e de higiene adequadas**, nesses casos as pessoas passam por privação de alimento que fazem com que seu corpo fique debilitado, e também a falta de condições para lavar roupa, tomar banho e outras necessidades de higiene.

- **Situações de falta de disponibilidade de água** e quando encontrada muitas vezes é imprópria para beber. Aparecendo assim a desidratação e outros problemas de saúde.

A falta de alimentação e água fez com que o Aviador tivesse complicações de saúde, pois quando estava em situação de rua fazia uso abusivo de álcool não sentia vontade de comer. E quando tinha fome e/ou sede não tinha alimento e nem água para o consumo próprio. As necessidades básicas como a de fome e sede muitas vezes são substituídas pelo consumo de álcool e drogas.

***Aviador:** Tava com organismo debilitado por causa da bebida porque muitas vezes você num come, às vezes você bebe demais e num tem ânimo pra í pedi, pra comer, né? Eee é difícil encontra um lugar pra bebe água e o organismo vai debilitando, né?*

- **Situações de carência de afeição**, pois nas condições que se encontram na rua, muitas pessoas são indiferentes e quando não desviam o olhar, o que demonstram é um olhar de medo ou de nojo ou de raiva.

Conforme Maranhão as situações de rua o levaram à falta de condições de higiene, e por ficar muito tempo sem tomar banho é tratado de maneira desumana pelas pessoas que passam por ele na rua. Sente vergonha de si mesmo e que é desvalorizado como ser humano, uma vez que só é reconhecido como pessoa quando está limpo.

***Maranhão:** Porque é gostoso você acordá, tá limpinho, tem um chuveiro pra tomá banho, que você conversa... as pessoas olhá pra você e vê que você é ser humano, porque na rua às vezes as pessoas se afasta um pouquinho, com razão, né?*

- **Situações de variação climática**, como a chuva e o frio são agentes que podem desencadear ou piorar um problema de saúde.

- **Situações de privação de sono**, por não terem local adequado para dormir na rua as pessoas perdem a qualidade do sono.

A experiência de Corumbá mostra que a qualidade de vida do morador de rua é inexistente, pois entre outras situações adversas, as variações do clima causam transtornos para o morador que está totalmente exposto a situações de chuva, frio, calor e fazem com que sejam privados de boas condições para dormir e descansar. Essa rotina torna os dias exaustivos devido às condições precárias para dormir.

***Corumbá** - E quando vinha **aquela chuva de vento**, num dava pra deitá, porque molhava né? Mas só tinha uma beradinha, aí eu ficava ali encolhidinho ali, **de pé a noite inteira**, a gente ia saí pra onde? Se saísse se molhava, complicava né? Complicava mais com o frio, aí tinha que fica ali de plantão a noite toda.*

- **Outras situações como a de vergonha** de procurar ajuda e atendimento médico devido ao não acesso (do morador de rua) a necessidades básicas impossibilitando a prática de higiene pessoal, e muitas vezes, há a falta de preparo da equipe de saúde para acolher e atender essas pessoas.

O Gordinho tem problemas de saúde decorrentes do abuso de álcool e drogas, e em conversa posterior à entrevista, ele relata que passa muito mal ao fazer uso de álcool e de drogas, e quando estava em situação de rua tinha dificuldades de receber atendimento nos postos de saúde devido a sua ausência de higiene em decorrência das condições precárias ao viver na rua.

As condições adversas da vida nas ruas deixam as pessoas vulneráveis a qualquer tipo de doença, e por estarem em situação de rua, essas pessoas encontram dificuldade em serem atendidas, pois, é muito comum entre os moradores de rua a falta de documentação para realização de cadastro e de serviços de triagem no atendimento pelo programa do SUS, Estratégia de Saúde da Família (ESF), somente nos casos de urgência o atendimento é realizado em um posto de atendimento 24 horas (24h).

Em conversa com os participantes da pesquisa posteriormente às entrevistas, eles relatam que muitas vezes não conseguiram ser atendidos pelos profissionais do SUS por não terem documentação, e sofrem pela indiferença com que são tratados pela equipe de profissionais que atuam na saúde. Os atendimentos realizados no ESF são destinados àquelas famílias e/ou pessoas que estão cadastradas pelo SUS. Esse cadastro leva em consideração a região em que pessoa reside, para que seu cadastro seja encaminhado e os atendimentos realizados pelo ESF mais próximo. No caso do posto de atendimento 24h, as pessoas são atendidas devido a situações graves de saúde, ou seja, somente em casos de emergências. Como a população de rua não possui endereço fixo para se cadastrar ao SUS, o único atendimento que lhes resta é o de emergência, no qual, muitas vezes, não são bem recebidos por falta de qualificação adequada por parte dos profissionais.

Sendo importante resaltar que na maioria dos casos em que a pessoa se encontra em situação de rua, ela tem os seus documentos perdidos ou furtados, e então ao se apresentar para o atendimento nos postos de saúde, sem nenhum tipo de documentação acaba enfrentando dificuldades para ser atendido. No entanto, quando a mesma pessoa é acompanhada e/ou encaminhada por um profissional que realiza algum tipo de trabalho junto às pessoas que estão em situação de rua, o morador de rua consegue receber o atendimento que necessita. Somente nesses casos é que o conceito ampliado de saúde promulgado como política de

atendimento à população é de fato cumprido pela rede de atendimento ofertado pelo SUS, se tornando clara a situação de exclusão e da falta de garantias de direito do morador de rua, pois não consegue ter acesso ao sistema de atendimento da saúde, que tem como pressuposto a universalidade em relação aos atendimentos.

Portanto, devido ao seu problema de saúde, Gordinho, procurou ajuda em uma instituição que atende pessoas em situação de rua, para tratamento médico, pois através desta, o acesso à saúde se faz mais facilmente, pelo acompanhamento de técnicos no acesso aos direitos sociais das pessoas em situação de rua.

**Gordinho:** [...] agora veja bem o problema já tá... o problema de saúde, né? Tenho meu rins, meu fígado, o estomago, essas coisas todas já tão... então, se eu pega e sai andando novamente eu sei que eu vô morrê por aí como um indigente ou sei lá como. Então eu... faz dois anos que eu parei pra me tratá, tanto prá me livrá dos vícios, como prá me livrá do trecho, da rua eu não quero mais voltáá pra rua de forma nenhuma.

O Maranhão procurou ajuda na Casa de Apoio por problemas com as drogas, e ele planejou fazer um tratamento de saúde primeiro, uma vez que, os devidos encaminhamentos foram feitos pelos técnicos, e somente depois do termino do tratamento irá procurar um emprego.

**Maranhão:** Então, como eu tô fazendo um tratamento dos dente aqui, que a casa ofereceu pra mim, né? Assim que eu terminá... eu já tô até ansioso pra isso, trabalha, trabalha e aluga um quarto pra mim e vive uma vida digna, começá a visitáa meus filhos, começá a ajuda eles di novo que eu tô parado [...].

O Gibi relata que as escolhas que fez em sua vida não foram muito certas e que por não ter constituído família e pelos problemas de saúde que tem acredita que não tem muito tempo de vida, o participante demonstra desânimo diante da vida e o sentimento de que fez tudo errado, o faz crer que não tem muito mais o que fazer por si mesmo.

**Gibi:** Como que eu posso fazê prá melhorá? O que eu vô fazê? O que eu vô fazê da vida?. Eu penso assim, eu tenho cinquenta ano hoje, eu guerriei tanto, né? e não venci a batalha, não morri mas eu não venci, a batalha não está perdida, mas eu ainda não venci a batalha, to na guerra ainda, mas eu num to tendo força mais pra guerriá, eu to vendo a hora deu me rende, entendeu? Eu tô vendo a hora da minha batalha, deu ponha a mão pa cabeça(fez gesto de por a mão na cabeça), né? tipo assim (rsrsrs) "Me rende!" né? "Me rende!"

A situação de exclusão social em que se encontra o morador de rua faz com que perca a credibilidade perante a sociedade e são responsabilizados por se encontrarem em situação de rua, por seus problemas de saúde, pois repetidas vezes, necessitam de atendimento nos postos de saúde por não conseguirem seguir as recomendações dadas pelos profissionais de saúde para que fique bom. A individualização como representação coletiva “[...] traz como consequência, entre muitas outras atribuições do sucesso e do fracasso exclusivamente a pessoas particulares, esquecendo-se completamente de causalidades históricas e sociais” (GUARESCHI, 2011, p.152). Portanto, é válido pensar na estrutura ideológica da exclusão, a saber, a dinâmica que nomeia o indivíduo como culpado de sua situação, pois esta compreensão individualista não dará conta de explicar a estruturação histórica e social, que por fim, é o motor gerador de pessoas consideradas como fracassadas além de serem excluídas da conjuntura social.

A pessoa em situação de rua tem uma autoestima baixa devido aos contratempos de sua vida, e de acordo com Sawaia (2011c, p.116), “... o sofrimento deles reflete o processo de exclusão afetando o corpo e alma, com muito sofrimento, sendo o maior deles o descrédito social, que os atormenta mais que a fome”, e esse sentimento de menos valia e de vergonha acaba sendo reforçado pela maneira como as pessoas os tratam na rua.

Além disso, enquanto estão vivendo na rua, a expectativa de se ter um bem-estar físico e psicológico é irrelevante, diante das dificuldades e perigos encontrados no ambiente da rua, assim, desencadeando uma baixa autoestima, a falta de motivação para a vida e para o cuidado de si, se perdendo no espaço da rua.

Há também de se destacar que a rua oferece poucas possibilidades para que essas pessoas possam cuidar-se, aumentando assim os riscos e deixando-as vulneráveis a toda a sorte de situações, que conseqüentemente afetam a saúde. É comum, portanto, perceber que muitos destes perdem a vida mais cedo devido às péssimas condições de vida.

A saúde das pessoas que moram na rua é precária, pois as diversas situações presentes no ambiente da rua são desfavoráveis para que a pessoa tenha o mínimo de condições de vida com dignidade e qualidade. De acordo com os

relatos dos entrevistados, todos passaram por situação de rua, e no período em que estavam na rua, faziam uso de substâncias psicoativas como o álcool, o cigarro e outras drogas, sendo muito comum entre os participantes da pesquisa.

Atualmente para a população de rua, entre os serviços existentes que procuram ajudar na melhoria de suas condições de saúde, são os serviços ofertados pelo Consultório na Rua, que tem como objetivo promover a redução de danos, realizando encaminhamentos para a saúde, para instituições de tratamento, atendendo na medida do possível as necessidades básicas da pessoa que está na condição de rua. O Centro de Atenção Psicossocial - Álcool e Drogas (CAPS - A/D) que atende a comunidade que tem problemas de dependência de álcool e drogas.

Conforme Bittencourt e Martins (2012), os transtornos mentais são predominantes em um bom número de pessoas em situação de rua, sendo recomendado que essas pessoas sejam acompanhadas pelo Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), serviço oferecido pelo Ministério da Saúde com o objetivo de promover a saúde por meio de tratamento adequado ao quadro de problemas mentais de pessoas que são usuárias do SUS.

A questão de saúde e doença se apresenta também como um fator de risco dentre os aspectos psicossociais que vivencia a pessoa quando está em situação de rua, são excluídos socialmente de todas as garantias de direitos que constam no conceito ampliado de saúde formulado para que todo cidadão tenha acesso e receba atendimento da rede de saúde.

Diante da situação precária de saúde do morador de rua, é imprescindível que se tenha políticas públicas voltadas para que o atendimento dessa população seja eficaz e é importante a realização de atendimento articulado com outros setores que atuem na reinserção dessa pessoa junto à sociedade.

**5 POLÍTICAS PÚBLICAS E NOVAS PROPOSTAS PARA O ATENDIMENTO DE  
PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA**

---

Nesse capítulo será tratado mais um dos fatores psicossociais que interferem na vivência das pessoas que estão em situação de rua. No primeiro subitem trataremos sobre a questão da Política Nacional para a População de rua. Avalia a partir dessa política quais são os serviços oferecidos pela Secretaria de Assistência Social (SUAS) e pelo Sistema Único de Saúde (SUS) no Brasil.

No segundo subitem são apresentadas as políticas públicas existentes, voltadas para o atendimento do morador de rua e avalia a partir das histórias de vida dos participantes da pesquisa como se efetiva a política, proposta no âmbito nacional, para a população em situação de rua de Campo Grande – MS.

## 5.1 CONFIGURAÇÕES DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A POPULAÇÃO DE RUA NO BRASIL

Um dos efeitos da globalização e das transformações ocorridas nos diversos segmentos societários é o aumento do desemprego. Muitos não conseguem colocação no mercado de trabalho atual por falta de qualificação. Os participantes dessa pesquisa afirmam que quando perdem seus respectivos empregos, vão eliminando seus recursos financeiros, até que ao perderem tudo acabam em situação de rua. Mas na verdade ainda pouco se sabe sobre as especificidades dessa população, portanto, devem ser realizadas mais pesquisas que possam colaborar para maior conhecimento sobre essa questão.

Desta forma, atualmente, a compreensão e o conhecimento sobre as experiências de vida de pessoas que vivem em situação de rua tornaram-se de extrema importância no âmbito das políticas sociais, para que se possa criar políticas públicas e medidas que beneficiem essa população que se encontra em completa situação de vulnerabilidade social.

O que se constata hoje no País é o pouco conhecimento sobre as condições de vida e de trabalho desse grupo social, sobre as suas experiências associativas e organizativas, bem como sobre as suas conquistas no âmbito das políticas públicas de trabalho, moradia, assistência e inclusão social (ANDRADE; FIGUEIREDO; FARIA, 2008, p.49).

Para Potyara (2002), as políticas públicas são intervenções políticas realizadas em uma determinada realidade social, a partir do apoio e controle da sociedade, a qual receberá a intervenção. As ações desenvolvidas pelas políticas públicas geralmente são resultado de propostas que foram formuladas a partir das demandas da sociedade e executadas pelo governo.

A realização de conferências é uma das formas de captação dessas demandas sociais, utilizadas pelo governo, com o objetivo de promover uma interação entre Estado e sociedade. Portanto, as conferências são uma das alternativas constantes no repertório de administradores estatais para que haja a integração e a participação social “[...] no ciclo de gestão de políticas públicas, destacando-se pela interconexão entre etapas locais, estaduais e nacionais [...]” (SOUZA et al., 2013, p.25). As propostas realizadas pelas pessoas que participam das conferências são encaminhadas ao governo, por meio de dirigentes públicos que representam as pessoas da sociedade.

As políticas públicas voltadas para a população em situação de rua devem considerar o processo de exclusão social pelo qual a população em situação de rua vive e levar em consideração o contexto e o sistema social, político e econômico em um mundo globalizado. Diante do panorama de abrangência da política pública nacional, que tange em específico a promoção, intervenção e garantia de direitos das pessoas em situação de vulnerabilidade social, faremos uma descrição cronológica das políticas que foram sendo construídas até o surgimento da Política Nacional para a população em situação de rua.

Em consonância com tais processos advindos das políticas públicas, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), realizou no ano de 2005, através da Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS), o I Encontro Nacional sobre População em Situação de Rua, com a finalidade de se formular políticas públicas que atendessem as necessidades da população em situação de rua. Desse encontro surgiu a proposta do MDS em parceria com outras instituições de realizar uma pesquisa nacional sobre a população em situação de rua no Brasil, que teve início no ano de 2007 e sua finalização ocorreu em 2008, sendo realizada em algumas capitais do Brasil, ficando de fora as cidades e os estados que já estavam em processo de pesquisa semelhantes (BRASIL, 2008a).

Segundo Brasil (2005), no ano de 1993 o Congresso Brasileiro aprovou a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), desde então, a Assistência Social é considerada política pública que tem como objetivo promover o direito do cidadão e o dever do Estado, além de garantir a igualdade dos direitos sociais. Desde então, a LOAS propõe uma nova matriz para a política de assistência social, “[...] inserindo-a no sistema do bem-estar social brasileiro concebido como campo de Seguridade Social, configurando o triângulo juntamente com a saúde e a previdência social” (BRASIL, 2005, p.32). Ainda de acordo com Brasil (2005), a partir da seguridade social, foi instituída a política de proteção social que articulada com outras políticas do campo social, procura promover as garantias de direitos, e segurança em relação a sobrevivência (de rendimento e de autonomia), de acolhida e de convívio ou vivência familiar. Os serviços de proteção social, desenvolvidos pela Política de Assistência Social, são divididos em Proteção Social Básica (PSB) e Proteção Social Especial (PSE).

Na Proteção Social Básica, as ações são desenvolvidas com a população que vive em situação de pobreza e vulnerabilidade social e tem como objetivo prevenir as situações de risco causadas pela privação e/ou ausência de renda, dificuldade de se ter acesso aos serviços públicos e pela fragilidade nos vínculos afetivos relacionais ou de pertencimento social (BRASIL, 2005).

Os serviços são executados nos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), e procuram acompanhar e promover melhores condições de vida combatendo a situação de vulnerabilidade da família com ações voltadas para a geração de renda, para o fortalecimento de vínculos familiares, promovendo também o acesso a benefícios eventuais, entre outras ações que garantam uma vida mais digna.

Na Proteção Social Especial, o atendimento também é voltado para pessoas em situação de vulnerabilidade social, mas que, além disso, tiveram os seus direitos violados. Nesses casos se encontram as crianças que são abandonadas e/ou violentadas por seus cuidadores, as pessoas que vivem em situação de rua, os idosos que são abandonados ou vítimas de maus tratos devido a idade avançada, as mulheres que sofrem violência no lar, entre outras situações que na maioria dos casos tornam essas pessoas excluídas socialmente. As ações executadas na

Proteção Social Especial são divididas em Proteção Social de Média Complexidade, e a Proteção Social de Alta Complexidade (BRASIL, 2005).

Na Proteção Social de Média Complexidade as pessoas são assistidas e acompanhadas de forma sistêmica por uma equipe de profissionais da área do serviço social, da psicologia, pedagogia, direito, entre outras áreas, aquelas pessoas que tiveram seus direitos violados, mas, ainda que fragilizado, existe o vínculo familiar, as ações são desenvolvidas pelos Centros de Referência Especializados da Assistência Social – CREAS (BRASIL, 2005).

Na Proteção Social de Alta Complexidade o atendimento é oferecido àquelas pessoas que além dos direitos violados, tiveram também o rompimento do vínculo familiar. Sendo, nesses casos, oferecido atendimento de forma integral à pessoa, com condições de moradia, de alimentação, de trabalho, entre outras situações que exigem proteção e cuidados em tempo integral (BRASIL, 2005).

Em relação aos atendimentos voltados para a população em situação de rua, que se encontra inserido na medida de Proteção de Média e Alta Complexidade, encontramos que somente a partir de 2005, com a Lei nº 11.258/05, de 30 de dezembro de 2005, a LOAS recebe alteração com a inserção da obrigatoriedade de se formular programas que amparassem as pessoas em situação de rua, sendo assim, o poder público atuante nos municípios, tem o dever de sustentar os serviços e os programas de atenção à população em situação de rua no país (BRASIL, 2008b).

Entre os objetivos elencados para atendimento no âmbito da política de Assistência Social, foi previsto a implantação de centros de referências especializados para atender as pessoas em situação de rua, e conforme Brasil (2011, p.9):

Como parte do esforço de consolidação do SUAS, em 11 de novembro de 2009, foi aprovada pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) a Resolução nº 109/2009, que trata da Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Esta, ao tratar dos serviços da proteção social especial de média complexidade, tipificou o *Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua*, prevendo como lócus de sua oferta o Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua, unidade prevista no art. 7º do Decreto nº 7.053 de 23 de Dezembro de 2009.

E a partir de 2009, além do Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS), o Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua (Centro Pop), foi incluído no Serviço de Proteção Social de Média Complexidade.

Os serviços da Proteção de Alta Complexidade, voltados para a população em situação de rua, são executados por meio do Serviço de Acolhimento Institucional (para indivíduos em famílias em situação de rua) e Serviço de Acolhimento em República (para pessoas em processo de saída das ruas). No primeiro serviço, o local atende às necessidades básicas da família e/ou do morador de rua e no segundo, o local atende pessoas acima de 18 anos que estão em processo de reinserção social, promovendo o restabelecimento dos vínculos sociais e da autonomia própria (BRASIL, 2011).

Na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, o Centro de Referência Especializado para Pessoas em Situação de Rua (Centro Pop), inicialmente oferece atenção especializada através do atendimento de suas necessidades imediatas e procura vincular gradativamente, o morador de rua, aos serviços socioassistenciais e à rede de proteção social (BRASIL, 2011).

Em 2009, também foi instituído no Brasil a Política Nacional para a População em Situação de Rua (PNPR), a partir do Decreto nº 7.053 de 23 de Dezembro de 2009. Essa política foi criada a partir de considerações sobre as relações, as significação próprias, e as vivências das pessoas em situação de rua, procurando constituir diretrizes que norteiam os processos de reintegração desse público, em seu ambiente familiar e comunitário, ao acesso de seus direitos como cidadãos brasileiros, e também, o acesso a oportunidades de se desenvolverem socialmente (BRASIL, 2011).

A criação da Política Nacional para a População em Situação de Rua, conta com a atuação de movimentos sociais formados pela população que vive em situação de rua, com as ações articuladas com os membros da sociedade civil, entre outras, para que haja uma efetivação desse processo de reinserção (BRASIL, 2008b).

De acordo com Brasil (2008b), a população em situação de rua ao receber do Estado e da sociedade civil, atendimentos assistencialistas, paternalistas, autoritários, e em alguns casos, até de “higienização social”, acabam apresentando um olhar estigmatizante sobre essas pessoas, e por fim, a sociedade e o Estado acabam proporcionando a essas pessoas um atendimento sem efeito, pois necessitam de atendimentos que, a partir da criação de processos de reinserção, os ajude a voltar a fazer parte da estrutura familiar, do trabalho, do local de moradia, da saúde entre outras situações em que são excluídos socialmente.

Entre os atendimentos oferecidos pelo Estado no país encontramos o setor da assistência social em parceria com outros setores, entre eles o que se destaca é o setor de Saúde com a realização de atendimentos às pessoas em situação de vulnerabilidade social. No decorrer dos últimos anos o Ministério da Saúde investiu na criação de políticas específicas para população em situação de rua.

O Sistema Único de Saúde (SUS), desde a constituição de 1988, vem se desenvolvendo e estabelecendo normas e programas de políticas públicas com base em princípios de integralidade, gratuidade, organização descentralizada, promoção das práticas preventivas sem prejuízo da assistência. Conforme Machado e Pinheiro (2002), o princípio de integralidade é um conceito muito amplo, e deve ser entendido e aplicado com uma proposta de redefinição da interação entre: as práticas de saúde oferecidas pelo sistema de saúde e à saúde da pessoa no individual e no coletivo. O profissional de saúde deve considerar as práticas de prevenção e cura de acordo com as experiências de vida apresentadas pelo indivíduo e pela sociedade, e ao mesmo tempo, oferecer atendimento com responsabilidade, seriedade e qualidade, fazendo com que o usuário se sinta acolhido e bem tratado.

Com relação ao princípio de equidade na saúde, segundo Almeida (2000 apud PINHEIRO et al., 2005, p.451), deve-se destacar dois aspectos relevantes, que são “[...] as desigualdades nas condições de vida e saúde e as desigualdades no acesso e consumo de serviços de saúde”, e por meio de uma visão multifatorial dos aspectos sociais, políticos, econômicos e culturais, busca promover intervenções de justiça social, minimizando a desigualdade nos atendimentos e facilitando a acessibilidade aos serviços de saúde, de acordo com a necessidade apresentada nos diversos grupos sociais.

Conforme Pessini e Barchifontaine (2000, p.93), as políticas de saúde devem ser implementadas por “[...] estratégias governamentais que visam a corrigir os desequilíbrios sociais e propiciar a redução das desigualdades sociais”. Essas medidas servem para que, as políticas públicas ao promover a saúde, tenham condições de oferecer os serviços interdisciplinares da área da saúde com mais igualdade para a sociedade.

Recentemente, o Ministério da Saúde procurando promover melhora no atendimento e qualidade na atenção à saúde de pessoas que vivem e situação de rua, e que são atendidas pelo Sistema Único de Saúde (SUS), amplia o acesso dessas pessoas à saúde, por meio da Política Nacional de Atenção Básica (PNAB), criando as equipes de Consultório na Rua (CnaR), e com a implantação deste, o Ministério da Saúde (MS), empenhado em garantir a redução de danos na sociedade, admite ser responsável pela promoção da equidade, e sendo assim, garante à população em situação de rua o acesso às possibilidades de atendimentos existentes no SUS (BRASIL, 2012).

Os Consultórios na Rua são compostos por equipes multiprofissionais, e essas, são divididas em três modalidades, que serão formadas e implantadas de acordo com o número de pessoas em situação de rua de cada município. Cada uma das modalidades é composta por profissionais que possuem o nível médio e de nível superior, podendo ser composta por profissionais como: Enfermeiro, Psicólogo, Assistente Social, Terapeuta Ocupacional, Médico, Agente Social, Técnico ou Auxiliar de Enfermagem e Técnico em Saúde Bucal. As atividades realizadas pelas equipes de Consultório na Rua são itinerantes, ou seja, a equipe se desloca para os locais onde se encontram grupos de pessoas em situação de rua, e suas ações são desenvolvidas de acordo com as necessidades do usuário, portanto, em alguns casos as suas atuações podem ser compartilhadas com as equipes do Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), com os serviços de Urgência e Emergência, além de outros pontos de atenção, conforme a necessidade que surgir na hora do atendimento (BRASIL, 2012).

Com o reconhecimento de que a população em situação rua tem direitos como cidadãos, pautados pela Constituição Federal, promulgado pela Declaração Universal dos Direitos Humanos surge a necessidade de se formular políticas que

garantam, às pessoas em situação de rua, o acesso direitos, e que sejam considerados com o respeito e a dignidade que é dirigida a toda a pessoa humana. De acordo com Brasil (2011), o Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH - 3) em conformidade com a PNPR desenvolveram ações programáticas voltadas para este segmento da população, tais como:

[...] i) geração de emprego e renda; ii) enfrentamento ao preconceito; iii) garantia de registro civil; iv) acesso a serviços de saúde e a atendimento médico; de programas de reinserção; proteção contra abusos e exploração sexual; v) prevenção à violência contra esse segmento; capacitação de policiais para o atendimento cidadão e não violência em relação à população de rua; vi) punição para policiais que cometam violência contra população em situação de rua e vii) criação de centros de referência e garantia de serviços de acolhimento adequados (BRASIL, 2011, p.22).

Essas ações podem ser consideradas como um importante avanço em relação às conquistas dos direitos daqueles que estão em situação de rua, no entanto, é preciso que haja conscientização e em seqüencia uma supervisão para a implantação dessas ações, desde os órgãos públicos, assim como os privados e de outros segmentos, que de alguma forma se relacionam com a população em situação de rua.

Ainda conforme Brasil (2011), apesar das lutas e das conquistas realizadas para que a população de rua tenha seus direitos garantidos, existem barreiras a serem superadas, como as do preconceito, da intolerância, da negação do direito e das práticas assistencialistas, tornando-se imprescindível que as políticas públicas que foram e que estão sendo criadas assegurem às pessoas em situação de rua que seus direitos não serão violados.

É imprescindível o desenvolvimento de políticas públicas que podem ser entendidas como um conjunto de ações desenvolvidas pelo governo e/ou estado, com o objetivo de promover (ou não) o bem estar da sociedade. Com o objetivo de garantir os direitos da população em situação de rua, algumas práticas desenvolvidas por meio das políticas públicas voltadas para esse público, estão sendo executadas em vários estados brasileiros, como o atendimento às necessidades básicas dessas pessoas em locais conhecidos como casas de passagens e os centros de apoio a pessoas que migram de uma cidade para outra e

não tem lugar para passar a noite e se alimentar. Porém há ainda muito a se fazer em prol dessa população, principalmente em relação à população de rua da cidade de Campo Grande, MS, pois se conhece pouco a respeito de quem são e de acordo com os entrevistados dessa pesquisa, ainda falta muito o que se fazer em termos de criação meios para efetivação da política criada para essa população atendendo toda a demanda do morador de rua, que vive em condições de extrema vulnerabilidade social e excluído da vida em sociedade.

## 5.2 A CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA EM CAMPO GRANDE – MS

Procurando entender melhor a realidade e como se configurava a população em situação de rua no Brasil, no ano de 1992, aconteceu em São Paulo o I Seminário Nacional sobre População de Rua, no qual, de acordo com Taveira e Almeida (2002), foram descritos aspectos da realidade de sete municípios brasileiros, entre eles Campo Grande, MS. Este encontro foi relatado pela representante da Secretaria Municipal de Bem-Estar Social – alguns anos depois Secretaria de Assistência Social e do Trabalho (SAST) e atualmente Secretaria de Assistência Social (SAS) do município de Campo Grande, no qual foi observado que as pessoas atendidas pela secretaria não estavam em situação de rua pela cidade e sim de passagem, eram migrantes de outros estados, também denominados “Trecheiros”, por sempre se encontrarem “andando no trecho” à procura de emprego.

Ainda segundo Maciel (1995 apud TAVEIRA; ALMEIDA, 2002, p. 35) essas pessoas que passavam por Campo Grande, MS, eram conhecidas como:

[...] os trecheiros. Sua faixa de idade varia de vinte a trinta e cinco anos. São desempregados, sem especialização profissional, semianalfabetos, e sem acesso ao mercado formal de trabalho. Muitos são portadores de doenças infectocontagiosas; encontram-se entre eles também alcoólatras, dependentes de drogas, doentes mentais e alguns idosos. Essas pessoas sentem-se discriminadas pela sociedade. Distantes da família não querem retomar o contato na condição em que se encontram. Muitas ficam sonhando que a vida vai melhorar, que vão arrumar emprego e poder retornar ao local de origem. Verifica-se também entre eles o uso da violência como estratégia de sobrevivência: todos querem se mostrar fortes perante

o grupo. São molestados por policiais na rua, queimados com cigarros por companheiros.

Atualmente, o que se verifica é que muitas dessas pessoas que estão em situação de rua no município, estão somente de passagem devido à realidade existente no estado de Mato Grosso do Sul, que é conhecido como rota para centros urbanos maiores como São Paulo – SP. Todavia, vale destacar que nos dias de hoje, percebe-se nas ruas do município um número considerável de pessoas em situação de rua, mas que não estão de passagem. E até o momento não existe pesquisas que detalhem o perfil do morador de rua no município, e os últimos dados encontrados são os da I Pesquisa Nacional de População de Rua.

Segundo Brasil (2008a) na Pesquisa Nacional de População em Situação de Rua realizada em 2008, constatou-se que na cidade de Campo Grande, MS, 313 pessoas estavam vivendo em situação de rua. Atualmente, não foram encontrados novos dados sobre o número de pessoas que vivem nas ruas de Campo Grande - MS, pois a pesquisa do censo demográfico brasileiro realizado em 2010 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), realiza sua coleta de dados a partir de base domiciliar, excluindo assim os dados das pesquisas de censo demográfico às pessoas que vivem em situação de rua.

No Município de Campo Grande, MS, a população em situação de rua encontra ajuda, orientação e encaminhamentos em serviços ofertados pela política da Assistência Social, através do Centro Pop, um Programa do Governo Federal, monitorado pela Secretaria de Estado de Trabalho da Assistência Social e gerenciado pelo Gestor Municipal da Secretaria de Assistência Social. Outro Programa do Governo Federal criado pelo Ministério da Saúde para prestar serviços para a população em situação de rua é o Consultório na Rua (CnaR), que é monitorado pela Secretaria Municipal de Saúde Pública (SESAU) do Estado de Mato Grosso do Sul e gerenciado pelo Gestor da Secretaria de Saúde.

Desde a década de 90, foi criada uma política mantida pela Secretaria de Assistência Social de Campo Grande, conhecida como Centro de Triagem e Encaminhamento ao Migrante (Cetremi), uma instituição voltada para o atendimento de migrantes que estão em situação de rua e de passagem pela capital. Nessas instituições é possível perceber que há a tentativa de inclusão voltada para os

atendimentos de saúde, de retirada de nova documentação e de atendimento de suas necessidades básicas. No entanto, é necessária a criação políticas públicas municipais voltadas para a articulação em rede, para que haja uma reinserção e reintegração efetiva do morador de rua em áreas como a do trabalho, de condições de moradia, de acesso ao lazer, etc.

Outras instituições como a Casa de Apoio São Francisco de Assis, que é uma Organização Não Governamental (ONG), e ainda pode-se citar o Centro de Apoio ao Migrante (CEDAMI) e as Comunidades Terapêuticas como instituições mantidas pela sociedade civil.

Os programas e as instituições que atendem a população de rua se articulam com as redes de atendimento que são compostas, por exemplo, pelo setor da Assistência Social, com oferecimento de serviços no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), para realização de cadastros, encaminhamentos para retirada de documentação, recebimento de benefícios eventuais, entre outros; no setor da Saúde, os atendimentos são realizados através de encaminhamentos para atendimentos nos postos de saúde, unidades de Emergências (24 horas) e os Centros de Atenção Psicossociais (Caps), entre outros. Em casos específicos são realizados encaminhamentos para a defensoria pública, Ministério do Trabalho entre outros órgãos de atendimento ao público.

Para compreender melhor a atuação de cada política, segue um breve relato sobre cada programa e instituições, os quais, anteriormente foram apenas citados:

- **O Centro Pop de Campo Grande – MS** atende a população em situação de rua de acordo com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais.
- **O Consultório na Rua** é composto por uma unidade de atendimento com uma equipe multiprofissional, que atende a população em situação de rua nos pontos de maior concentração desse público no município. Recentemente foram mapeados os locais de maior concentração da população de rua do município, e são necessárias a criação de projetos e pesquisas científicas que avaliem o perfil do morador de rua de Campo Grande.

- Ao lado do espaço físico de funcionamento e atendimento do Centro Pop os migrantes que passam pela cidade são atendidos pelo **Centro de Triagem e Encaminhamento do Migrante (CETREMI)**, é mantido com recursos da Secretaria de Assistência Social do Município, oferece acolhimento a qualquer pessoa que procure o local, o atendimento oferecido é o de alimentação e alojamento, satisfazendo, assim, as necessidades imediatas da pessoa que migrou e não tem onde ficar na cidade e também para aqueles que estão em situação rua. (SOUZA; ROSA, 1991)
- **O Centro de Apoio ao Migrante (CEDAMI)** tem como mantenedora a Associação de Auxílio e Recuperação dos Hansenianos, e oferece alojamento àquelas pessoas que estão de passagem pela cidade e não tem condições de custear um local para dormir. O Cedami oferece três refeições por dia, tem local para a lavagem de roupa. No entanto, é permitido ficar no local somente por três dias seguidos. E no período da noite o Cedami oferece alimentação para as pessoas que estão em situação de rua e não estão hospedadas no local.
- Atualmente existem outros centros no município que oferecem ajuda às pessoas que estão em situação de rua que sofrem por serem dependentes químicos. Normalmente esses lugares são conhecidos como **Comunidades Terapêuticas**, criadas por instituições religiosas – algumas acolhem gratuitamente e outras cobram mensalmente uma quantia em dinheiro daqueles que tem família. Essas Comunidades se localizam nas proximidades da cidade, ou seja, são chácaras que acolhem essas pessoas, para que possam se recuperar dos efeitos causados pelo uso abusivo de substâncias químicas.

Além das instituições como o CEDAMI, o CETREMI e as Comunidades Terapêuticas, outro local que oferece atendimento é a:

- **Casa de Apoio aos Moradores de Rua São Francisco de Assis (CASF)**, é uma Organização Não Governamental (ONG) da Assistência Social, que atende à população em situação de rua do

município de Campo Grande, MS. A CASF tem como administradora a Associação de Apoio à População em Situação de Rua (AMSFRA), a qual é composta por pessoas da sociedade civil organizada, e é mantida por recursos de subvenções sociais e convênios públicos com a Secretaria de Assistência Social (SAS), Secretaria de Estado de Trabalho e Assistência Social (SETAS) e Governo Federal, via Fundo Municipal de Assistência Social e conta com doações de contribuintes mensais.

A CASF tem capacidade para abrigar 40 pessoas e são acolhidas, somente, pessoas do sexo masculino. Oferece ajuda à população em situação de rua através do acolhimento temporário, procurando atender as necessidades básicas, tais como: alimentação, higiene, abrigo, acompanhamento de tratamento de saúde, apoio psicológico, solicitação e emissão dos documentos pessoais, benefícios sociais, e quando possível encaminhamento para o mercado de trabalho e localização da família. A CASF também oferece ajuda com distribuição de refeições de segunda a sábado, doação de roupas agasalhos, material de higiene e permite a utilização do espaço para a higienização pessoal e das roupas, para aquelas pessoas que estão em situação de rua e não foram abrigadas (SANTOS, 2007).

De acordo Vieira, Bezerra e Rosa (1994), essas unidades que oferecem atendimentos às pessoas que estão em situação de rua, podem ser definidas como lugares que ajudam essas pessoas a se sentirem acolhidas, a conviver com outras pessoas, a se organizarem e a encontrarem soluções para seus problemas básicos, tendo como objetivo ajudar na recuperação dos seus direitos, do respeito e da dignidade.

Concordando com as autoras acima, Taveira e Almeida (2002, p.46), comentam que as unidades de acolhimento podem ajudar a população que está em situação de rua a se tornar “[...] sujeito de um processo de reconstrução pessoal e grupal, possa voltar e planejar a vida, e encontrar ou reencontrar autonomia, através de um trabalho coletivo, decorrente da mobilização e organização [...]”, portanto, é importante considerar as práticas já existentes e que foram propostas por meio das

políticas públicas e apoiar as que estão sendo criadas e desenvolvidas no município de Campo Grande, MS.

Portanto, ao avaliar a população em situação de rua é importante considerar dentro da complexidade do contexto as influências que ocorrem pela situação estrutural, institucional, relacional e pessoal em que vivem os moradores de rua. O trabalho de atuação junto a essa população deve visar à integralidade e a dignidade da pessoa como ser humano, de forma que, as políticas públicas criadas para atendê-los, deve ser intersetorial promovendo a reintegração social por meio de apoio e suporte no âmbito emocional, educacional, habitacional, saúde física e mental, trabalho, entre outros setores que abrangem o viver em sociedade (BRASIL, 2013).

De acordo com os entrevistados da pesquisa na cidade de Campo Grande – MS, os locais que receberam atendimento enquanto estavam em situação de rua foram nos albergues e nas Casas de Passagem. Segundo Gibi, um dos entrevistados, há muitos lugares que acolhem as pessoas em situação rua no Brasil, e relata que isso faz com que as pessoas em situação de rua fiquem acomodadas.

***Gibi:** O porquê que eu uso droga bastante? Porque eu sei que daqui a pouco vai me ampará. Eu gasto tudo meu dinheiro hoje, mas amanhã eu tô amparado numa casa dormindo, comendo, bebendo e dormindo, isso é o que acontece comigo e com vários, uns que vem almoçá aqui. É impossível que ele já num arrumou quinze, vinte conto aí prá fora, num podia chegar num restaurante “Oo vê uma quentinha!”, né? Senta ali, compra uma quentinha, i numa sobra come, almoçá, né? Legal! Mas não, ele toma as cachaças dele lá, usa droga dele lá, sabe que aqui vai dá um prato de comida pra ele come e boa, entendeu como é que é, Sra.? Então, devido a esses apoio, é tanto, o Brasil é tanto apoio que no fim se torna, se deixa esses pessoal éee mal acostumado entendeu, como é que é?*

Nesse relato o entrevistado comenta sobre os locais e as políticas que ele conhece no Brasil que prestam atendimentos com o objetivo de suprir as necessidades básicas da pessoa em situação de rua, como alimentação, para fazer a sua higiene pessoal e para dormir. Esse modelo de atendimento, de acordo com Brasil (2013), é um modelo assistencialista que admite a existência de um problema social, no entanto, não propõe ações integradas envolvendo setores que correspondam à necessidade de falta de moradia, de emprego, de educação, de lazer, de cuidados com a saúde física e mental, de garantia de direitos, entre outros.

Sobre as instituições as formas de atendimentos oferecidos às pessoas que vivem na rua, Maranhão, Gordinho e Tiririca em suas entrevistas comentam também que vários locais ajudam com o suprimento das necessidades básicas.

**Maranhão:** *E Campo Grande é uma cidade que o pessoal ajuda muito quem tá com fome, eles doa muita comida aqui em Campo Grande, as entidade, as igreja, tem o lugar que a gente aprende, aprende esse lugar, tem a praça, tem Casa de Apoio, é como Cetremi que é um albergue, o Cedami que dão comida, tem a Casa de Apoio São Francisco de Assis também dão comida, então, não é problema comê. Se tivé fome não é problema nenhum.*

**Gordinho:** *Olha eu descobri, descobri que os lugares todos tinha os albergues onde eu podia permanecer por três dias, três noites no caso, tomá banho, ganhá roupa então, ali dava uma descansadinha e tal e ganhava uma passagem prá próxima cidade*

**Tiririca:** *Os local foi aqui na Casa de Apoio São Francisco, eu encontrei apoio lá no Cetremi, a muié me deu passagem três vez pra eu í embora.*

Quando questionados sobre os benefícios da ajuda recebida nas comunidades terapêuticas, Gordinho faz críticas ao atendimento que recebeu em algumas entidades evangélicas e em Casas de apoio e/ou albergues.

**Gordinho:** *Tem muitos [...] que eles mesmos, acho que, **não acreditam que a pessoa vai mudar de vida e aí eles tratam as pessoas assim com um atendimento básico, com o alimento, o banho, higiene. Então, teria que ter uma seleção, profissionais prá vê realmente quem qué e quem não qué, existem muitas pessoas que querem e não sabem como.** [...] Porque na verdade essas casas de recuperação evangélicas, pega a pessoa, mas com objetivo financeiro, de eles ganhá dinheiro em cima daquelas pessoas, põem a pessoa pra trabalhá dali um mês e pouquinho que se recupero, põem as pessoas pra trabalharem, você entende?*

As comunidades terapêuticas na cidade de Campo Grande/MS são em sua maioria mantidas por entidades religiosas com o objetivo de tratamento de cura por meio da “libertação religiosa”, para pessoas com dependência química e alcoólica. O ingresso da pessoa nesses locais é voluntário e em alguns deles não é cobrado custos financeiros da pessoa e/ou de sua família. Na maioria delas não existem profissionais capacitados para o atendimento e tratamento dos voluntários. Por se tratar de instituições religiosas, não há políticas públicas voltadas para as formas de

atendimentos nesses locais. Dois dos entrevistados, o Gaúcho e o Gordinho, contam suas experiências em suas passagens por essas comunidades:

**Gaúcho:** *Em 2008, foi quando eu me batizei na Igreja Batista Peniel [...] Foi quatro meses lá na peniel, e congregando lá mais quatro meses e pouco, num total de oito meses e meio antes da minha queda, né? Da minha recaída e aí foi o que eu contei que eu fiquei na rua.*

**Gordinho:** *Depois também éee... eu acostumei, peguei essas casas de recuperação evangélicas, sempre tem, em todos os lugares tem, você entende? Então, eu ficava um tempo nessas casas de recuperação e de repente me dava aquela vontade de ir embora. O máximo que eu ficava era dois meses, o máximo, sabe!? Aí depois, eu ia embora, porque eu não aguentava aquela pressão deles também, né? Que eles querem que a gente seja evangélico, né? Por ser uma casa evangélica é claro que eles querem que a gente seja evangélico.*

Novamente está presente no relato o objetivo e propostas de trabalho e de atendimento que efetivamente promova melhorias de saúde (em relação a dependência química e alcoólica), Portanto, é necessário a construção de políticas públicas que requeiram a formação de equipes multidisciplinares, com o objetivo de promover a saúde e a reinserção dessa pessoa na sociedade, por meio de um acompanhamento psicossocial realizado através da articulação com as redes de atendimento disponíveis.

O Gordinho continua o relato, em tom de revolta, de como era tratado em algumas instituições que tinham como objetivo declarado ajudar as pessoas que sofrem de dependência alcoólica e de outras drogas. No entanto, eram submetidos a situações de humilhação e obrigados a cumprirem ordens extremamente sem sentido algum, sendo somente imposto o cumprimento de doutrinas religiosas.

**Gordinho:** *E é uma pressão psicológica muito grande, é uma **lavagem cerebral que querem fazê na sua cabeça e aí as coisas não funciona, e outra ... tratamento, um tratamento assim com ignorância, um tratamento duro do jeito que eles tratam, não tem como. A pessoa já vem machucada e ferida da rua, as pessoas já vêm discriminadas pelas suas famílias, aí chega numa casa de recuperação e aí pega os monitores aquelas pessoas bruto sem educação, e castiga. Então, num funciona por aí.***

As pessoas que procuram ajuda em locais como este relatado acima, são tratadas com o mínimo de dignidade, pela situação de exclusão e pela falta de

condições melhores de estadia, muitas vezes acabam se sujeitando aos maus tratos para não voltarem a condição de rua. Continuando o relato o participante descreve como eram as formas de castigo, sempre carregadas de situações em que sofriam humilhação, falta de respeito, de consideração, ou seja, uma série de situações que caracterizam violência psicológica e não tratamento de desintoxicação ou reabilitação para pessoas com problemas de dependência química ou de álcool.

**Gordinho:** [...] como já falei pra você, nesses últimos anos todos, passei por várias casas de recuperações, e passei por lugares assim que, sabe, era o... o castigo era você ora, o castigo era você lê bíblia, então o que acontece as pessoas tomam raiva disso ao invés de pega amor, é um castigo, você entende? De ficá lá de joelho. "Ah você aprontou! fez alguma coisa de errado, vai lá ora uma hora, duas horas" ou "você vai tê que escreve pra mim o livro de Salmos", o livro de... então, aí num funciona.[...] Por causa da pressão, daquela coisa toda, abandonam, voltam de novo pras ruas.

Conforme o relato não existe um planejamento voltado para o tratamento e a situação de saúde dessas pessoas, há somente um tratamento intitulado "espiritual", que promete cura, mas sem sucesso de permanência dos voluntários, conforme segue o relato:

**Gordinho:** [...] só tem umas (pessoas) também que o vício fala mais alto, elas não conseguem ficá por causa do vício, não tem um controle, não tem um tratamento, medicação que ajuda muito a abstinência e tudo mais, e tem lugares que é até proibido remédios de tudo que é tipo, daí o que acontece? A pessoa não aguenta a abstinência e acaba voltando pras ruas.

Outro fator que surge nos relatos são a falta de humanização no atendimento e tratamento das pessoas que se sujeitam a ficar internadas nessas comunidades terapêuticas são tratadas com indiferença em relação às necessidades e particularidades de cada um. São todos obrigados a seguirem uma rotina imposta sem a menor chance de questionamento ou opção de aceitar ou não o que lhe é imposto. Segue o relato apresentando essa situação:

**Gordinho:** É aquilo que eu falei, tem lugares que precisam aprendê a lidá com essas pessoas, e só que a gente é tratado, muitas vezes em série, e não como indivíduo, nesses lugares. Então, tinha que tê um olhar mais pro indivíduo, porque eles falam assim: "Ah! A história é a mesma só muda o personagem!", tem muitas pessoas que se tivessem uma atenção a mais alí, elas mudariam, mas como são tratadas em série, é muitas pessoas, entende? Por onde eu passei é mesmo, é trinta, quarenta, cinquenta,

*passsei em casa de recuperaçãõ que tinha cento e vinte pessoas, todo mundo tratado em s\u00e9rie, todo mundo vai pra c\u00e1, todo mundo vai pra l\u00e1, todo mundo de joelho, ent\u00e3o, tem pessoas que num guenta aquilo e chuta o balde e vai embora. Agora se voc\u00ea trata o indiv\u00edduo como pessoa, cada um por cada um, eu sei que realmente \u00e9 dif\u00edcil, n\u00e9?*

O que esses relatos revelam s\u00e3o as formas de exclus\u00e3o que existem e que aparentemente podem denotar uma forma de inclus\u00e3o, quando institui\u00e7\u00f5es se declaram e se denominam como locais de “ajuda” ou de “tratamento”, mas o que se constata nesses relatos \u00e9 a falta de comprometimento, de organiza\u00e7\u00e3o e de interesse real na reabilita\u00e7\u00e3o e/ou na reinser\u00e7\u00e3o dessas pessoas no meio social.

**Gordinho:** *O governo n\u00e3o oferece nenhum tratamento como esse. Eu j\u00e1 passei por muitas casas de recupera\u00e7\u00e3o do governo e o tratamento \u00e9 pior do que os evang\u00e9licos... \u00c9 guarda municipal que t\u00e1 l\u00e1 dentro cuidando, ai eles tem viol\u00eancia, tem... Ent\u00e3o, n\u00e3o \u00e9 por a\u00ed! Tem fazenda, ent\u00e3o, bota os cara tudo na fazenda pr\u00e1 carpi, carpi, carpi o dia inteiro e isso n\u00e3o \u00e9 uma recupera\u00e7\u00e3o.*

Diante do panorama presente, constru\u00eddo a partir da realidade do morador de rua, podemos notar uma latente realidade amb\u00edgua, onde duas for\u00e7as cadenciam uma contraposi\u00e7\u00e3o evidente no sistema social. Neste ambiente o morador de rua \u00e9 apenas um elo mais fr\u00e1gil que conecta estas duas realidades. Entre tais for\u00e7as podemos contrapor a pol\u00edtica nacional para a popula\u00e7\u00e3o em situa\u00e7\u00e3o de rua oficializada em 2009, onde apresenta a t\u00f4nica de promo\u00e7\u00e3o \u00e0 pessoa moradora de rua, atrav\u00e9s dos diversos mecanismos interventores de promo\u00e7\u00e3o social, que ser\u00e3o efetivados pelos estados e munic\u00edpios atrav\u00e9s da integra\u00e7\u00e3o das pol\u00edticas p\u00fablicas as quais promovem o direito \u00e0 moradia, sa\u00fade, seguran\u00e7a, reestabelecimento de v\u00ednculos atrav\u00e9s da aproxima\u00e7\u00e3o s\u00f3cio-familiar e o acompanhamento do mesmo pelos mecanismos assistenciais, que fariam do morador um sujeito em constante promo\u00e7\u00e3o.

Por outro lado, o paradoxo anunciado atrav\u00e9s da entrevista de Gordinho, bem como pela realidade, na qual, notamos a expans\u00e3o panor\u00e2mica de refugos fabricados por um sistema que exclui, e comprova que a ideia do atendimento assistencialista-maternal, al\u00e9m de n\u00e3o promover o sujeito refor\u00e7a a condi\u00e7\u00e3o de exclus\u00e3o na sociedade.

A maior parte dos entrevistados declarou ter esperança de sair, da Casa de Apoio, diferente da maneira como entrou. Alguns com a esperança de fazer um tratamento de saúde, como foi demonstrado no subitem sobre saúde-doença, e outros de arrumar uma boa oportunidade de emprego, comentado também no subitem sobre as oportunidades de emprego para as pessoas que estão em situação de rua. E no final das entrevistas, cada participante era questionado sobre as perspectivas que eles tinham para seu futuro e os relatos não foram de muitos planos e expectativas.

O Pastor tem esperança de uma nova chance de emprego enquanto não faz sessenta e cinco anos de idade para poder se aposentar, demonstrando um certo conhecimento sobre a política de aposentadoria para pessoas idosas.

***Pastor:** Olha se acha a oportunidade de Deus encaminha uma pessoa aí, fala: “ó que í trabalha numa chácara?”, numa coisa assim, né? É isso aí! Eu tô querendo um, o meu pobrema é esperá os sessenta e cinco ano e aposentá.*

As possibilidades de uma condição melhor de vida, dada que a manutenção de vida do sujeito é possível através do consumo, e este é conduzido pelas forças do desejo como afirma Bauman (2001), e não em função de sua necessidade, assim temos um sujeito duplamente excluído do contexto social, pois devido a sua condição de desemprego exclui-se a possibilidade de supressão de seus desejos bem como de suas necessidades mais básicas, como comer, tomar água, ter acesso à saúde, condições dignas de vestimenta e higiene pessoal.

Diante da situação política estrutural podemos notar a ambivalência, de acordo com Bauman (1999), uma vez que, a racionalização do estado não coincide com a situação do sujeito, visto que a realidade dos participantes da pesquisa não condiz com as propostas desenvolvidas pela Política Nacional para a população em situação de rua.

Nos relatos dos entrevistados é possível identificar as dificuldades encontradas para receber atendimento nos postos de saúde, não recebem proteção e não são bem tratados pelos policiais que tem como principal função promover a segurança pública, enfim, o morador de rua não tem acesso a nenhum dos seus direitos como cidadão.

Outro ponto que denota a situação de ambivalência entre a política nacional e situação real do morador de rua são os atendimentos realizados pelas instituições que na maior parte dos casos realizam atendimentos paliativos que suprem somente as necessidades básicas das pessoas em situação de rua.

Sendo assim, para que se possa criar políticas públicas para a população em situação de rua de Campo Grande, é necessário que a sociedade tenha um conhecimento mais amplo do contexto, dos aspectos psicossociais que influenciam e determinam a vivência deles nas ruas, do perfil e das demandas a partir da história de vida dos moradores de rua, por meio de pesquisas e de estudos científicos, e para que os trabalhos desenvolvidos, e a atuação das políticas públicas junto a essa população, possam ser mais eficazes. Pois a partir das entrevistas coletadas para a presente pesquisa fica evidente que as políticas públicas existentes para a população de rua do município não são eficazes para a reinserção social, uma vez que falta melhorias de atendimento e intervenção em vários dos aspectos psicossociais, tais como: vínculo familiar, trabalho, identidade, saúde, moradia, entre outros.



Ao pensarmos na prática do degredo, encontramos as pessoas que eram consideradas inaptas para viver na sociedade europeia e foram transportadas como refugos humanos para as colônias de exploração, entre elas o Brasil. Na sequência os índios foram considerados refugos, depois os negros escravos, e os pobres e miseráveis que se aglomeraram nos centros urbanos devido ao êxodo rural.

Os moradores de rua são como refugos e/ou lixo humanos. Essas pessoas ao se tornarem refugos humanos, são tratadas pela sociedade a partir de uma política higienista, que procura retirar essas pessoas do local em que se encontram (geralmente estão nos centros urbanos), e são levadas para lugares que na maioria das vezes são bem difíceis de serem localizados e de serem vistos pela sociedade; E quando não são depositados em lugares escondidos, as entidades civis, ou órgãos públicos oferecem uma passagem de “ida” para outra cidade, se livrando do problema e do refugo humano.

A partir dos relatos de vida dos moradores de rua, as vivências e as relações que os moradores de rua estabelecem com o meio social em que vivem, é possível ter um vislumbre do que é passar o dia e a noite nas ruas. O sofrimento pelo rompimento dos vínculos familiares, com os amigos, a perda gradativa do vínculo com o trabalho formal, conseqüentemente com o aumento da frequência do uso de álcool e outras drogas, surgem também em comorbidade outros problemas de saúde, devido à vulnerabilidade que se encontram nas ruas e por falta de condições dignas de moradia.

As possibilidades de uma melhora na condição de vida do morador de rua estão vinculadas a vários setores que envolvem, direcionam e determinam o viver em sociedade, tais como: o econômico, o social, o político, o cultural entre outros. A realidade que vigora em cada um desses aspectos, faz com que tenha impacto na vida social dessas pessoas, e influencie na forma de vida, nas relações interpessoais e nas escolhas do cotidiano.

Em suas vivências relacionadas ao passado e ao seu histórico familiar, os participantes dessa pesquisa receberam as primeiras influências do meio social em que viviam por intermédio do grupo familiar. Os vínculos familiares na maior parte dos casos foram sendo quebrados gradativamente, pela presença de conflitos,

gerados por comportamentos agressivos, por envolvimento com o álcool e outras drogas, e conseqüentemente pela dificuldade de encontrar e/ou de se manter no emprego. Todos esses fatores geraram de forma gradativa a quebra de vínculo com os membros da família, com os amigos, com os colegas de trabalho colocando a pessoa à margem dos grupos sociais constituídos, excluindo-o lentamente da aceitação aos padrões societários vigentes. Portanto, gradualmente, as relações sociais do morador de rua se tornam cada vez mais limitadas e frágeis, ao ponto de destituírem e negarem a sua presença em grupos, restando ao mesmo, a situação de rua e a exclusão do meio social em que vivia.

A vida cotidiana nas ruas é marcada por situações adversas do tempo, tais como sol, chuva, frio, que passavam por estarem expostos durante dia e noite a todos os tipos de condições climáticas. A falta de qualidade de sono, por dormirem nas ruas, nos bancos, em latões de lixo, no meio do mato entre outros lugares, inadequados para que uma pessoa possa desfrutar de uma boa noite de descanso. Em alguns casos, eles preferem andar e ficarem acordados durante a noite, pois relataram ter medo de sofrer algum tipo de violência, preferindo dormir durante o dia, pelo fato de se sentirem mais seguros com a presença de pessoas transitando pelas ruas. Comparando esse fato com a insegurança que as pessoas sentem em relação ao seu local de moradia, que é protegido com portões, muros, cercas elétricas, etc. A vivência nas ruas produz um sentimento de insegurança e de exposição da vida, diante da fragilidade ocasionada pela falta de moradia.

A vida nas ruas produz no sujeito o sentimento de menos valia, pelo fato de não pertencer mais a um meio social, se sentem inadequados, e aos poucos a vivência nas ruas vai destituindo o eu, e transformando a identidade da pessoa, que ao se encontrar destituído de qualquer papel que exercia e dos valores que possuía, o sentimento de inadequação, fazem com que o morador de rua procure mudar de bairro, de cidade e/ou de estado, e em alguns casos a pessoa, cada vez mais, procura viver em uma fuga da realidade, fazendo uso de drogas lícitas e ilícitas.

Diante dos vários problemas que o morador de rua enfrenta, surge a necessidade de buscar outras oportunidades de vida, longe daqueles que o rejeitaram e dos problemas que tiveram em um determinado momento, pois se

sentem revoltados e envergonhados de serem reconhecidos como moradores de rua pelas pessoas que conviviam com eles.

Portanto, na rua a pessoa muda seu comportamento, suas ações, seu estilo, e identidade que tinha antes de viver em situação de rua são transformados de acordo com as ações e relações que constroem no dia-a-dia da rua.

As relações e os vínculos que estabelece com outros moradores de rua são frágeis e superficiais, pois nas ruas ninguém confia em ninguém, o sentimento que prevalece é o de que cada um deve cuidar de si, e sentem medo de serem enganados, de serem agredidos fisicamente, de serem roubados, e de serem confundidos e considerados pela sociedade, como pessoas perigosas. O sentimento de vazio e solidão é muito comum entre as pessoas que estão em situação de rua, e perder a motivação e a esperança de mudar a sua situação de vida.

Esses sentimentos são ocasionados pela exclusão social e podem ser descritos como sentimentos de baixa autoestima, de menos valia pelas ofertas de trabalho que aparecem, sendo sempre no mercado informal, de revolta pelo tratamento recebido pelas pessoas nas experiências vividas nas ruas, além de serem destituídos do acesso aos seus direitos como cidadão. Com todos esses entraves no percurso de suas vidas tiveram suas identidades transformadas e suas vidas rotuladas e estigmatizadas como *vagabundos*, *mendigos*, *preguiçosos*, *bêbados* e *drogados*.

As opções de trabalho para as pessoas que estão em situação de rua, são serviços como carpinteiros, auxiliares e/ou servente de pedreiro, serviços de carga e descarga de caminhão, limpeza de terrenos, como catadores de papelão e outros materiais recicláveis, sempre no campo de trabalho informal. Em alguns casos é verbalizado por eles que os serviços que aparecem, são aqueles serviços que ninguém quer fazer, que exige muito esforço físico e geralmente não são bem remunerados.

Diante desse quadro, concordamos com o assunto que foi discutido no texto, quando avalia que na sociedade globalizada em que vivemos, as relações sociais tem se tornando cada vez mais superficiais e fluídas, motivadas pela ordem social, política e econômica vigente, na qual, as mudanças são constantes devido ao

avanço tecnológico e a velocidade com que o mercado oferta novos produtos e ao mesmo tempo cria-se a necessidade de consumi-los. Avaliando a influência desse sistema global na vida de cada pessoa, percebe-se que o sentimento de insegurança e de insatisfação é constante, e fazem o que podem para se manter inclusos, em um meio social, que exclui aquele que não consegue viver na lógica do sistema de consumo.

Apontamos e concordamos, com base em estudos do Bauman, que o sistema capitalista oferece às pessoas a oportunidade de serem “livres” para fazer o que quiserem com suas vidas, são emancipadas e se tornam responsáveis pelo sucesso ou insucesso, pelo progresso e por tudo construíram e constroem no decorrer de suas vidas. No entanto, o capitalismo promete o sonho que não consegue cumprir. Assim como, nas relações interpessoais o trabalho se tornou fluído e marcado pela competitividade que emprega e descarta de acordo com a capacidade de cada pessoa em se manter atualizada, nos diversos ambientes de trabalho. O morador de rua que não consegue se atualizar profissionalmente e acompanhar o progresso e a evolução tecnológica, se torna desqualificado para o trabalho e conseqüentemente um consumidor falho, uma vez que, não possui condições de adquirir e de absorver todas as necessidades criadas pelo mercado de consumo.

Concordamos também que como consequência dessa estrutura fluída, incerta e insegura a sociedade produz o isolamento entre os seres humanos, obsecados cada vez mais pela segurança pessoal e pouco simpática à estrutura conjuntural permeada de ambigüidades, as quais reafirmam com maior força o status quo do contexto político, econômico, e de exclusão. Os moradores de rua são considerados refugos humanos, e cada vez mais, é comum serem mal interpretados como sujos, perigosos, ofensivos, violentos, fazendo com que ocorra uma inversão de valores, que investe na proteção, e retira os olhos da verdadeira origem da insegurança, ou seja, a desigualdade social, a pobreza e a miséria.

Na busca de ser aceita e valorizada, pelo meio social, a pessoa em situação de rua, procura se inserir em outros contextos sociais, tomando a decisão de migrar para outro local. Entretanto, a dificuldade em se estabelecer em um endereço fixo, de criar vínculos e relacionamentos que o motivem a reconstruir e reorganizar a vida faz com que o morador de rua se torne um perambulante, que muda constantemente

de um lugar para outro em busca de preenchimento de um vazio causado pelo sentimento de solidão e de infelicidade.

As políticas públicas voltadas para as pessoas em situação de rua são muito recentes, sendo oficializada a Política Nacional para a População em situação de Rua somente no ano de 2009, e segundo os relatos dos participantes, a realidade que se encontra no país e no município de Campo Grande/MS, não condiz com o que foi proposto pela política.

Atualmente no município de Campo Grande, ainda estão sendo criadas as políticas públicas voltadas para a população de rua, a sociedade tem pouco conhecimento da realidade, da quantidade e do perfil dessas pessoas que estão transitando pelas vias urbanas.

Conforme fora preconizado pela política pública é atribuição do estado possibilitar o bem estar social do sujeito, ao qual se engloba saúde, moradia, alimentação adequada, promoção à formação, geração de renda e garantia de direitos, os quais demandam uma série de mecanismos interventores que vão de certa forma operacionalizar aquilo que fora pensado pela política pública, frente a configuração pública temos uma contradição diante da vivência do sujeito, visto que estes ainda estão em situação de privação de suas necessidades mais básicas, como: fome, sede, frio, falta de proteção diante da chuva, assim como são vítimas de violência física e psicológica.

A segurança pública que deveria promover e garantir a proteção das pessoas nas ruas, muitas vezes, para o morador de rua é a principal causadora de situações de humilhação, violência física e psicológica, gerando mais sofrimento por motivos desnecessários, que demonstram a discriminação e preconceito, por parte dos servidores públicos, que deveriam promover a segurança das pessoas em locais públicos, e na formação desses profissionais que atuam na área, a falta de preparo para atuação direta com o morador de rua.

O regresso às ruas, mesmo sendo verbalizados pelos entrevistados que sentiam vontade de sair dela, refletem a falta de apoio e de suporte para que essas pessoas efetivamente saiam das ruas.



ALBORNOZ, S. **O que é trabalho**. São Paulo: Brasiliense, 1998.

ANDRADE, H. S.; FIGUEIREDO, G.; FARIA, C. A. P. A trajetória histórica e organizativa da população em situação de risco de rua de Belo Horizonte: a construção de um movimento cidadão. In: KEMP, V.H.; CRIVELLARI, H. M. T. (orgs). **Catadores na cena urbana: Construção de políticas socioambientais**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. p.49-64.

APPOLINÁRIO, F. **Dicionário de metodologia científica: um guia para a produção do conhecimento científico**. São Paulo, Atlas, 2009.

ARISTIDES, J. L.; LIMA, J. V. C. de. Processo saúde-doença da população em situação de rua da cidade de Londrina: aspectos do viver e do adoecer. **Revista Espaço para a Saúde(online)/Núcleo de Estudos em Saúde Coletiva**, n.2, v.10, p.43-52, Londrina, jun., 2009.

BAENINGER, R. Rotatividade migratória: um novo olhar para as migrações internas no Brasil. **Rev. Inter. Mob. Hum.**, n. 39, ano XX, p. 77-100, Brasília, jul/dez, 2012.

BARROS, V. A.; PINTO, J. B. M. Reciclagem: trabalho e cidadania. In: KEMP, V.H.; CRIVELLARI, H. M. T. (orgs). **Catadores na cena urbana: Construção de políticas socioambientais**. Belo Horizonte: Autêntica, 08. p.65-82.

BARROS, R. P. de; HENRIQUES, R.; MENDONÇA, R. Desigualdade e pobreza no Brasil: retrato de uma estabilidade inaceitável. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, v.15, n. 42, fev. 2000.

BASSO, L. A.; WAINER, R. Luto e perdas repentinas: Contribuições da Terapia Cognitivo - Comportamental. **Revista Brasileira de Terapias Cognitivas**. Porto Alegre, v. 7, n. 1, set. 2011 p. 35-43.

BAUMAN, Z. **O Mal-Estar da Pós-Modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

BAUMAN, Z. **Modernidade e Ambivalência**. Rio de Janeiro: Jorge Zarhar, 1999.

BAUMAN, Z. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar , 2001.

BAUMAN, Z. **Amor Líquido**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar , 2004.

BAUMAN, Z. **Vidas Desperdiçadas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar , 2005a.

BAUMAN, Z. **Identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar , 2005b.

BAUMAN, Z. **Medo Líquido**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar , 2008.

BELUZZO, L. G. Prefácio. In: SALAMA, P.; DESTREMAU, B. **O tamanho da pobreza** – Economia política da distribuição de renda. Rio de Janeiro: Garamond, 2001. p. 7-15.

BERGER, P. L.; LUCKMANN, T. **A Construção social da realidade**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2004.

BIRMAN, J. A Physis da Saúde Coletiva. **Ver. Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 15 (Suplemento), 2005, p. 11-16.

BITTENCOURT, B. E.; MARTINS, V. L. Relato de experiência de atuação integrada da atenção e saúde mental. In: BRASIL, Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Manual sobre o cuidado à saúde, junto à população de rua**/ Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Brasília: Ministério da Saúde, 2012. Cap. 5.

BOCK, A. M. B.; FURTADO, O. TEIXEIRA, M. de L. T. **Psicologia e Psicologias** Uma introdução ao estudo de psicologia. São Paulo/SP: Saraiva, 2001.

BORGES, F. Dois moradores de rua são baleados enquanto dormiam, em Goiânia. **G1/ Goias, TV Anhanguera**, 19 de Outubro de 2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/goias/noticia/2013/10/dois-moradores-de-rua-sao-baleados-enquanto-dormiam-em-goiania.html>> Acesso em: 06 de Março de 2014.

BOTTI, N. C. L.; et al. Padrão de uso de álcool entre homens adultos em situação de rua de Belo Horizonte. **SMAD, Rev. Eletrônica Saúde Mental Álcool Drog.** (Ed. port.) nº6(Especial), p.536-555, 2010. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/smad/v6nspe/10.pdf>>. Acesso em: 17 nov. 2011.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome – MDS. **Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004**. Norma Operacional Básica – NOB/SUAS. Brasília, novembro de 2005.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome - MDS. I Censo e Pesquisa Nacional sobre População de Rua – Síntese dos Resultados. **Rua: Aprendendo a contar**: Pesquisa Nacional de População em Situação de Rua. Brasília: Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, Secretaria Nacional de Assistência Social, Abril de 2008a.

BRASIL, Governo Federal. **Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua**. Brasília, maio de 2008b.

BRASIL, Presidência da República. Decreto nº 7.053, 23 de dezembro de 2009, que instituiu a **Política Nacional para a População em Situação de Rua**. Brasília, 2009.

BRASIL. Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 e alterações posteriores dadas pela Lei nº 12.435, de 6 de julho de 2011. **Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS)**. Brasília, 1993 e 2011.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome - MDS. **Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro POP) e Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua**. SUAS e População em Situação de Rua, v. III. Brasília, DF: Secretaria Nacional de Renda e Cidadania e Secretaria Nacional de Assistência Social, 2011.

BRASIL, Ministério da Saúde. **Manual sobre o cuidado à saúde, junto à população de rua**. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Brasília/DF: Ministério da Saúde, 2012.

BRASIL, Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. **Diálogos sobre a população em situação de rua no Brasil e na Europa: Experiências do Distrito Federal, Paris e Londres**. Brasília: SDH, 2013.

BÜCHELE, F.; CRUZ, D. D. de O. Álcool e outras drogas: Seus aspectos socioculturais. In: BRASIL. SENAD. **Prevenção do uso de drogas: capacitação para conselheiros e lideranças comunitárias**. 5.ed. Brasília/DF, MJ, 2013. p. 99 – 109.

BURSZTYN, M. Da pobreza à miséria, da miséria à exclusão. In: BURSZTYN, M. (org). **No meio da rua – nômades, excluídos e viradores**. Rio de Janeiro/RJ: Garamond, 2000. cap.1.

CANDIANI, C. Os problemas clínicos mais comuns junto à população em situação de rua. In: BRASIL, Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Manual sobre o cuidado à saúde, junto à população de rua/** Ministério da Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2012. Cap. 7.

CARNEIRO, E. J. ; CORRÊA, P. A. A produção social da catação de lixo. In: KEMP, V. H.; CRIVELLARI, H. M. T. (orgs.). **Catadores na cena urbana: Construção de políticas socioambientais**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. p. 133-154.

CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social – Uma crônica do salário**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

CASTEL, R. As armadilhas da exclusão. In: CASTEL, R.; WANDERLEY, L.E.W.; BELFIORE-WANDERLEY, M. (orgs). **Desigualdade e a questão social**. São Paulo/SP: EDUC, 2000a. p. 17-50.

CASTEL, R. As transformações da questão social. In: CASTEL, R.; WANDERLEY, L.E.W.; BELFIORE-WANDERLEY, M. (orgs). **Desigualdade e a questão social**. São Paulo/SP: EDUC, 2000b. p. 161-190.

CASTIGLIONI, A. H. Migração: Abordagens teóricas. In: ARAGÓN, L. E. (org). **Migração internacional na Pan-Amazônia**. Belém: NAEA/UFPA, 2009. P. 39-57.

CAVALCANTE, T.S.B.; OLIVEIRA, R. E.; CARDOSO, C. da S.; LIMA, M. F. M. de **Manual de trabalho de conclusão de curso**. Centro Universitário do Norte – UNINORTE, Manaus – AM, 2005.

CAYRES, E. C. D. Família Brasileira no contexto histórico e cultural. **Formação continuada. Conselheiros de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente. Conselheiros Tutelares, Instituições conveniadas**. Prefeitura de Macaé – RJ, 2009.

CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, J. et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2008.

CIAMPA, A. da C. Identidade. In: LANE, S.T.M.; CODO, W. (orgs). **Psicologia Social – o homem em movimento**. 5.ed. São Paulo, SP: Brasiliense, 1987.

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE – CNS. **Presidência da República**. Casa Civil. Decreto de lei nº5839/06.

COSTA, A. P. M. População em situação de rua: contextualização e caracterização. **Revista Virtual Textos e Contextos**, nº4, ano IV, p. 1-15, dez. 2005. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/fo/ojs/index.php/fass/article/viewFile/993/773>>. Acesso em: 20 fev. 2013.

DAMATTA, R. **A casa & a rua - Espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil**. Rio de Janeiro/RJ: Rocco, 1997.

DANTAS, C. M. B.; OLIVEIRA, I. F.; YAMAMOTO, O. H. Psicologia e pobreza no Brasil: Produção de conhecimento e atuação do psicólogo. **Psicologia & Sociedade**. UFRGN - Natal, v.22, n.1, p. 104 – 111, 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v22n1/v22n1a13.pdf>>. Acesso em: 15 Mai. 2013.

FAUSTO, B. **HISTÓRIA DO BRASIL** – História do Brasil cobre um período de mais de quinhentos anos, desde as raízes da colonização portuguesa até nossos dias. São Paulo, SP : Edusp, 1996. Disponível em : <[http://www.caccto.com.br/material/d00044/Material\\_6\\_E-MED\\_2A\\_195641.pdf](http://www.caccto.com.br/material/d00044/Material_6_E-MED_2A_195641.pdf) >. Acesso em: 13 mai. 2013.

FERNADES, S. E.; SOUZA, F. das C. S. Purgando pecados e limpando a Europa: O degredo n cotidiano dos primeiros séculos de colonização do Brasil. Anais do II

Encontro Internacional de História Colonial. **Mneme – Revista de Humanidades. UFRN**. Caicó, RN, v.9, n. 24, Set/out 2008. Disponível em: <[www.cerescaico.ufrn.br/mneme/anais](http://www.cerescaico.ufrn.br/mneme/anais)> . Acesso em: 18 out. 2011.

GIOIA-MARTINS, D.; JÚNIOR, A. R. Psicologia da saúde e o novo paradigma: novo paradigma?. **Psicologia: Teoria e Prática**. V.03. n.01. p. 35-42. São Paulo/SP, 2001.

GONZÁLEZ REY, F.L. **Pesquisa Qualitativa em Psicologia**: caminhos e desafios. São Paulo/SP: Pioneira Thomson Learning, 2002.

GUARESCHI, P. A. Pressupostos psicossociais da exclusão: competitividade e culpabilização. In: SAWAIA, B. (org). **As artimanhas da exclusão** : Análise psicossocial e ética da desigualdade social. P. 143-157. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

GÜNTHER, H. Pesquisa Qualitativa versus Pesquisa Quantitativa: Esta é a questão? **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, n. 2, v.22, p. 201-210, Brasília, mai-ago, 2006.

HELLER, A. **O cotidiano e a história**. Rio de Janeiro/RJ: Paz e Terra, 1992.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo 2010**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default.shtm>>. Acesso em: 20 nov.2011.

JODELET, D. Os Processos Psicossociais da exclusão. In: SAWAIA, B. (org). **As artimanhas da exclusão** : Análise psicossocial e ética da desigualdade social. P.55-67. Petrópolis/ RJ: Vozes, 2011.

KEMP, V. H.; CRIVELLARI, H. M. T. (orgs.). **Catadores na cena urbana**: Construção de políticas socioambientais. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

MACHADO, F. R. S.; PINHEIRO, R. Acesso e Cuidado: Estudo sobre as Práticas na Construção do Princípio da Integralidade na Atenção à Saúde em Sistemas Locais / RJ. **Laboratório de Pesquisas sobre Práticas de Integralidade em Saúde**. Trabalho de Iniciação Científica.54ª Reunião Anual da SBPC - Goiânia, GO – Jul, 2002.

MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento**: Pesquisa Qualitativa em saúde. São Paulo/SP: Hucitec, 2004.

MIRANDA, M. G. de. O processo de socialização na escola: a evolução da condição social da criança. In: LANE, S.T.M.; CODO, W. (orgs). **Psicologia Social** – o homem em movimento. 5.ed. São Paulo, SP: Brasiliense, 1987.

MOREIRA, L. F. de S. O conceito ampliado de saúde como base para o estabelecimento de uma política intersetorial. **Jornal da Ciência** – Órgão da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, 14 de Junho de 2007. Disponível em: <<http://www.jornaldaciencia.org.br/Detail.jsp?id=47860>> Acesso em: 02 de Mai. 2014.

MUNARETTI, I.; et al. Os problemas clínicos mais comuns junto à população em situação de rua: Gravidez de alto risco. In: BRASIL, Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Manual sobre o cuidado à saúde, junto à população de rua/** Ministério da Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2012. p. 64-69.

NASCIMENTO, E. C. do.; JUSTO, J. S. Vidas Errantes e Alcoolismo: uma Questão Social. **Psicologia Reflexão e Crítica**. Porto Alegre, v.13, n.003, p.529-538, 2000.

NASCIMENTO, E. P. do. Dos excluídos necessários aos excluídos desnecessários. In: BURSZTYN, M. (org). **No meio da rua** – nômades, excluídos e viradores. Rio de Janeiro/RJ: Garamond, 2000. cap.2.

PASSOS, M. C. Nem tudo que muda, muda tudo: um estudo sobre as funções da família. In: FERES-CARNEIRO, T. (org). **FAMILIA E CASAL**: efeitos da contemporaneidade. Rio de Janeiro/RJ: PUC-Rio, 2005. p.15-23.

PAUGAM, S. O enfraquecimento e a ruptura dos vínculos sociais – Uma dimensão essencial do processo de desqualificação social. In: SAWAIA, B. (org). **As artimanhas da exclusão social** : Análise psicossocial e ética da desigualdade social. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011. p. 69-88.

PEREIRA, A. G.; TUMA FILHO, F. D. A. O fenômeno migratório brasileiro no contexto capitalista. **Ciência Geográfica**. Bauru, v.16, n. 1, p. 15-20, jan./dez. 2012.

PESSINI, L.; BARCHIFONTAINE, C. de P. de. **Problemas atuais de bioética**. 5.ed. São Paulo: Edições Loyola, 2000. Cap.2.

PIERONI, G. Os excluídos do Reino: a inquisição portuguesa e o degrado para o Brasil Colônia. **Textos de História**. Brasília, v.5, n.2, p.23-40, 1997. Disponível em: < <http://seer.bce.unb.br/index.php/textos/article/viewFile/5858/4849> >. Acesso em: 13 mai. 2014-03-11

PINHEIRO, M. C.; WESTPHAL, M. F.; AKERMAN, M. Equidade em saúde nos relatórios das conferências nacionais de saúde pós-Constituição Federal brasileira de 1988. **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v.21, n.2, p. 449-458, mar-abr, 2005.

POCHMANN, M. **O trabalho sob fogo cruzado**: Exclusão, desemprego e precarização no final do século. São Paulo: Contexto, 2002.

POTYARA, A. P. P. Sobre a política de Assistência Social no Brasil. In: BRAVO, M. I. S.; POTYARA, A. P. P. (orgs). **Política social e democracia**. 2. Ed. São Paulo: Cortez, 2002.

PRADO JR, C. **Formação do Brasil contemporâneo – colônia**. São Paulo: Brasiliense, 1996.

REIS, J. R. T. Família, emoção e ideologia. In: LANE, S.T.M.; CODO, W. (orgs). **Psicologia Social – o homem em movimento**. 5.ed. São Paulo, SP: Brasiliense, 1987.

ROCHA, S. Governabilidade e pobreza: O desafio dos números. In: **Instituto de Pesquisa Econômica e aplicada - IPEA**. Brasília, fev. 1995. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/TDs/td\\_0368.pdf](http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/TDs/td_0368.pdf)>. Acesso em: 20 Mai. 2013.

RODRIGUES, C. Violência contra moradores de rua: de tempos em tempos, a triste cena se repete. **Jornal de Brasilia.com.br**, 02 de Agosto de 2013. Disponível em: < <http://www.jornaldebrasilia.com.br/noticias/cidades/486385/violencia-contra-moradores-de-rua-de-tempos-em-tempos--a-triste-cena--se-repete/>> Acesso em: 06 de Março de 2014.

SALAMA, P.; DESTREMAU, B. **O tamanho da pobreza – Economia política da distribuição de renda**. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

SANTOS, M. L. S, dos. **Ainda há Esperança**. Campo Grande: Associação dos Novos Editores de MS, 2007.

SAWAIA, B. Exclusão ou inclusão perversa? In: SAWAIA, B. (org). **As artimanhas da exclusão** : Análise psicossocial e ética da desigualdade social. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011a. p.07- 13.

SAWAIA, B. Identidade – uma ideologia separatista? In: SAWAIA, B. (org). **As artimanhas da exclusão** : Análise psicossocial e ética da desigualdade social. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011b. p.121-129.

SAWAIA, B. O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão. In: SAWAIA, B. (org). **As artimanhas da exclusão** : Análise psicossocial e ética da desigualdade social. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011c. p.99-119.

SILVA, M. L. L. **Mudanças no mundo do trabalho e o fenômeno da população em situação de rua no Brasil: 1995-2005**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Universidade de Brasília – DF, 2006.

SILVA, M. L. L. A condição do trabalho e o fenômeno população em situação de rua no Brasil – 1995 a 2005. In: KEMP, V. H.; CRIVELLARI, H. M. T. (orgs.). **Catadores na cena urbana: Construção de políticas socioambientais**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. p. 201-223.

SILVA, A. P.; BARROS, C. R.; NOGUEIRA, M. L. M.; BARROS, V. A. “Conte-me a sua história”: reflexões sobre o método de História de Vida. **MOSAICO: estudos em psicologia**, nº1, v.I, p.25-35, Minas Gerais, 2007. Disponível em: <<http://www.fafich.ufmg.br/mosaico/index.php/mosaico/article/viewFile/6/4>> Acesso em: 10 set. 2011.

SIQUEIRA, M. da P. S. Pobreza no Brasil colonial: Representação social e expressões da desigualdade na sociedade brasileira. **Histórica – Revista Eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo**. São Paulo, n. 34, 2009.

SOUZA, F. B. de; ROSA, R. N. **O perfil do migrante usuário do CETREMI, 1991**. Monografia. Faculdades Unidas Católicas de Mato Grosso, Campo Grande – MS.

SOUZA, D. de Especificidades do atendimento à população em situação de rua. In: BRASIL, Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Manual sobre o cuidado à saúde, junto à população de rua**. Brasília: Ministério da Saúde, 2012. Cap. 6.

SOUZA, C.H.L. de; CRUXÊN, I. A.; LIMA, P. P. F.; ALENCAR, J. L. O.; RIBEIRO, U. C. Conferências típicas e atípicas: Um esforço de caracterização do fenômeno político. In: AVRITZER, L.; SOUZA, C. H. L. de (orgs). **Conferências Nacionais: Atores, dinâmicas participativas e efetividades**. Brasília: Ipea, 2013.

TAVEIRA, J.C.; ALMEIDA, R.S.A. de. **O morador de rua de Campo Grande : Condições de vida**. Campo Grande, UCDB, 2002.

TOMA, M. A pena do degredo e a construção do império colonial português. **MÉTIS: história & cultura**. Universidade de Caxias do Sul - RS, v.5, n.10, p. 61-76, jul/dez. 2006.

TOSTA, T. L. D. Memória das ruas, memórias da exclusão. In: BURSZTYN, M. (org). **No meio da rua – nômades, excluídos e viradores**. Rio de Janeiro: Garamond, 2000. cap.7.

VERAS, M. P. B. Exclusão social – Um Problema Brasileiro de 500 anos - Notas preliminares. In: SAWAIA, B. (org). **As artimanhas da exclusão : Análise psicossocial e ética da desigualdade social**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011. p. 29-51.

VIEIRA, M.A.; BEZERRA, E. M.R.; ROSA, C.M.M. (Orgs). **População de rua: quem é? Como vive? Como é vista?** São Paulo: Hucitec, 1994.

WANDERLEY, L. E. W. A questão social no contexto da globalização: o caso latino-americano e o caribenho. In: CASTEL, R.; WANDERLEY, L. E. W.; BELFIORE-WANDERLEY, M. (orgs). **Desigualdade e a questão social**. São Paulo: EDUC, 2000a. p. 51-161.

WANDERLEY, L. E. W. Enigmas do social. In: CASTEL, R.; WANDERLEY, L. E. W.; BELFIORE-WANDERLEY, M. (orgs). **Desigualdade e a questão social**. São Paulo: EDUC, 2000b. p. 163-234.

WANDERLEY, M. B. Refletindo sobre a noção de exclusão. In: SAWAIA, B. (org). **As artimanhas da exclusão** : Análise psicossocial e ética da desigualdade social. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011. p. 17-27.

ZAMBERLAM, J. **O processo migratório no Brasil e os desafios da mobilidade humana na globalização**. Porto Alegre: Pallotti, 2004.

ZIONI, F. Exclusão social: noção ou conceito? **Saúde e Sociedade**. USP- SP, v.15, n.3, p. 15-29, set –dez 2006.



**APÊNDICE – A****SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO À DIRETORA DA CASA DE APOIO AOS MORADORES DE RUA SÃO FRANCISCO DE ASSIS**

**Prezada Diretora Sra. Maria Luiza Serrou dos Santos  
Diretoria da Casa de Abrigo aos Moradores de Rua São Francisco de Assis**

Venho por meio desta, apresentar e solicitar autorização para a realização da pesquisa sobre: “A VIDA NAS RUAS: Aspectos psicossociais das vivências de moradores de rua de Campo Grande - MS”, que tem como proposta a realização de um estudo sobre a história de vida e como se deu o rompimento do vínculo familiar de pessoas que vivem em situação de rua, sendo requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Psicologia pela Universidade Católica Dom Bosco.

O objetivo desta pesquisa é compreender a história de vida, como se deu o rompimento do vínculo familiar a partir dos aspectos psicossociais de um grupo de moradores de rua que passam por atendimento na Casa de Apoio aos Moradores de Rua São Francisco de Assis.

Para tal, serão utilizados instrumentos como o de análise documental e de história de vida com 10 homens que estejam de passagem pela casa de apoio.

A análise documental será realizada com os prontuários de registro de atenção aos Moradores de Rua. As entrevistas serão gravadas em fita cassete com autorização prévia dos participantes, não existindo riscos ou desconfortos associados a este projeto.

O participante terá garantido seu anonimato e não será remunerado financeiramente pela sua participação neste estudo, autorizando a publicação dos resultados obtidos.

Tendo sido explicitados o objetivo e a metodologia da pesquisa em questão, solicito a sua autorização para a realização no espaço físico da Casa de Apoio aos Moradores de rua São Francisco de Assis, para o acesso aos prontuários de registros de atenção aos Moradores de Rua, bem como a seleção dos sujeitos a serem entrevistados dentre aqueles nela atendidos.

Coloco-me à disposição para quaisquer esclarecimentos.

Campo Grande, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2012.

---

ANDRESSA MENEGHEL ARRUDA  
PSICOLOGA CRP-14/03581-6

**Autorizado:**

---

MARIA LUIZA SERROU DOS SANTOS  
DIRETORA DA CASA DE APOIO AOS MORADORES DE RUA SÃO FRANCISCO DE  
ASSIS

## APÊNDICE - B

### ROTEIRO DE ENTREVISTA SOBRE A HISTÓRIA DE VIDA DE PESSOA QUE VIVEM EM SITUAÇÃO DE RUA.

#### Passado e família

1. Conte-me qual a sua idade?
2. De que lugar você veio? (cidade/ estado)
3. Você sabe onde se encontra sua família (mãe, pai, irmãos, esposa, filhos) atualmente?
4. Você tem contato com eles (pessoas da família)? Qual a frequência?

#### Situação de rua

5. Por que você foi morar na rua?
6. Há quanto tempo vive em situação de rua? Quais foram os motivos que o levaram a viver nessas condições?
7. Quais as situações que foram encontradas por você nesse tempo em que esteve na rua?
8. Quais as oportunidades de trabalho que surgiram enquanto esteve em situação de rua?
9. Quais os locais em que encontrou apoio para sair da situação de rua?

#### Situação atual

10. Qual o sentimento que você tem em relação à situação em que se encontra atualmente?
11. O que você pretende fazer diante da atual situação em que se encontra?

#### Perspectivas futuras

12. O que você pensa em fazer durante os próximos meses desse ano de 2012?
13. Como você imagina sua vida nos próximos cinco anos?



